



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)
CURSO DE MESTRADO

ROSELI OLIVEIRA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR E PRÁTICAS SOCIAIS: adaptações e resistências dos (as)
agricultores (as) familiares que se propõe à transição agroecológica em Bom Jesus -PI

TERESINA
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)
CURSO DE MESTRADO

ROSELI OLIVEIRA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR E PRÁTICAS SOCIAIS: adaptações e resistências dos (as) agricultores (as) familiares que se propõe à transição agroecológica em Bom Jesus - PI

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), na Linha de pesquisa Territorialidades, sustentabilidades, ruralidades e urbanidades, do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), área de concentração Processos Sociais, atores e desigualdades Sociais, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Samuel Pires Melo

TERESINA
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

S586 Silva, Roseli Oliveira.
Agricultura familiar e práticas sociais: adaptações e resistências dos (as) agricultores (as) familiares que se propõe à transição agroecológica em Bom Jesus – PI / Roseli Oliveira Silva. – 2017.
162 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, 2017.
Orientação: Professor Dr. Samuel Pires Melo.

1. Práticas Sociais. 2. Agricultura Familiar. 3. Desenvolvimento Rural. 4. Transição Agroecológica. I. Título.

CDD 338.10981



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)
CURSO DE MESTRADO

ROSELI OLIVEIRA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR E PRÁTICAS SOCIAIS: adaptações e resistências dos (as) agricultores (as) familiares que se propõe à transição agroecológica em Bom Jesus - PI

Exame de defesa apresentado em 26 maio de 2017, à Banca Examinadora constituída pelos professores:

BANCA EXAMINADORA:

Samuel Pires Melo

Prof. Dr. Samuel Pires Melo – Orientador (PPGS/UFPI)

Klênio Veiga da Costa

Prof. Dr. Klênio Veiga da Costa - Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Ferdinand Cavalcante Pereira

Prof. Dr. Ferdinand Cavalcante Pereira (PPGS/UFPI)

Prof. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa (PPGS/UFPI)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por tudo, principalmente pela saúde. Agradecer com todo amor e carinho aos meus pais e irmãs, companheiros de sempre, e aos meus queridos Cladeoberto, Ana Eugênia e Cladeoberto segundo, pelo amor incondicional e paciência; sem dúvida alguma minha família é a maior inspiração e a maior contribuição para o desenvolvimento deste estudo.

Agradecer de modo especial aos agricultores e agricultoras que me receberam em suas casas e concederam as entrevistas, através das quais se dispuseram a contar suas histórias. Esses, para mim, representam um conjunto de agricultores e agricultoras muito maior a quem dedico este trabalho. Da mesma forma agradeço, aos agentes extensionistas do EMATER lotados no escritório central em Teresina e no escritório regional em Bom Jesus, no estado do Piauí, que me forneceram preciosas informações que me permitiram organizar o trabalho de campo. Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que me oportunizou acesso a uma das maiores riquezas dos cerrados do Piauí, as chapadas e os baixões, como também debates sobre a realidade da agricultura familiar no município.

Um agradecimento especial ao reencontro com meu amigo e meu orientador, professor Samuel Pires Melo, pelo apoio e incentivo no amadurecimento dos conhecimentos, pelas contribuições efetivas desde a elaboração do projeto de pesquisa, com discussões teóricas que subsidiaram novas discussões, por ter sido companheiro na realização dos trabalhos apresentados a partir dela e nas recorrentes discussões.

Agradeço à Universidade Federal do Piauí, por me proporcionar aprendizados acadêmicos. Aos professores, pelas contribuições e discussões teóricas, pelo estímulo acadêmico. Aos funcionários do Programa de Mestrado em Sociologia.

Aos colegas de Mestrado, pelo incentivo, força, carinho que partilhamos durante nosso caminhar. Em especial à Annaya e Malu, pela troca de ideias e angústias durante o curso e a elaboração da dissertação. Ao apoio técnico da professora e amiga Anézia Maria.

Agradeço à SEDUC, pela disponibilidade de tempo e apoio financeiro que me foram concedidos, proporcionando assim a dedicação necessária ao Mestrado. A todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção do que sou hoje.

RESUMO

O cenário sempre desafiador para as formas de agriculturas e ruralidades brasileiras, dentre eles, o da estruturação empresarial e da emergência de tipos de agricultura familiar que, anteriormente desfavorecidos, passam a ser objetos de Políticas Públicas no Brasil, como aponta a literatura especializada. Isso nos interpela para a compreensão e o desvendar desses distintos grupos, das tecnologias utilizadas, do uso dos recursos naturais, nas relações com a terra, com o trabalho, com o mercado e com a família, entre outros, no intuito de contribuir para construção e implementação de políticas públicas reestruturadas às realidades rurais. Para conduzir esses fios de inter-relações, este trabalho de pesquisa objetivou compreender as práticas sociais de adaptação e/ou resistências em um processo de transição agroecológica de agricultores (as) familiares de Bom Jesus-PI. Com o levantamento de dados primários foi possível identificar as dificuldades e as potencialidades de estratégias de reprodução dos (as) agricultores (as) familiares de base agroecológica. A realização de entrevistas semiestruturadas com as famílias agricultoras e com os extensionistas no município possibilitou correlacionar as práticas sociais de adaptação e/ou resistências desses sujeitos com as ações voltadas à agroecologia da ATER pública. Os focos principais de atenção na análise foram: as relações estabelecidas com a terra, o trabalho, a família e o mercado, as adaptações e as resistências relacionadas à produção agroecológica. Tomando por base as famílias entrevistadas, pôde-se afirmar que existe neste município uma agricultura familiar que pode ser caracterizada como camponesa, em que a busca pela autonomia e a manutenção de práticas de reciprocidade são aspectos marcantes também na agroecologia como estratégia de resistência e reprodução socioeconômica no contexto atual de ameaças e privações, a partir de estratégias efetivas de reprodução social e econômica. Porém, observa-se que as relações entre as práticas de adaptação e resistências das famílias agricultoras entrevistadas e as ações de ATER estão inter-relacionadas, isto é, tem-se um discurso e uma metodologia que indiretamente acaba construindo essa proposta por meio também de outras instituições que se relacionam com a agricultura familiar no município.

Palavras - chave: Práticas Sociais; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural; Transição Agroecológica.

ABSTRACT

The scenario always challenging for the forms of agricultures and Brazilian ruralities, among them, that of business structuring and emergency of types of family farming that, previously disadvantaged, become objects of Public Policies in Brazil, as the specialized literature points out. This challenges us to understand and unravel these different groups, the utilized technologies, the use of natural resources, in the relations with the land, with labor, with the market and with the family, among others, in order to contribute to the construction and implementation of public policies restructured to the realities ruralites. To conduct these threads of interrelationships, this research aimed to understand the social practices of adaptation and/or resistances in a process of agroecological transition of family farmers from Bom Jesus-PI. With the collection of primary data it was possible to identify the difficulties and the potentialities of reproductive strategies of the agro-ecological based family farmers. The realization of semi-structured interviews with the farming families and with extensionists in the municipality made it possible to correlate the practices of social adaptation and/or resistances of these subjects with the actions directed to the agroecology of public ATER. The main focus of attention in the analysis were: the relations established with the land, labor, family and the market, adaptations and resistances related to agroecological production. Based on the families interviewed, it can be stated that this municipality exists a family farming that can be characterized as a peasant, where the search for autonomy and the maintenance of reciprocity practices are important aspects also in agroecology as a strategy of resistance and socioeconomic reproduction in the current context of threats and deprivations, from effective strategies of social and economic reproduction. However, it is observed that the relations between the practices of adaptation and resistances of the farmers families that were interviewed and the actions of ATER are interrelated, that is, there is a discourse and a methodology that indirectly ends up constructing this proposal through other institutions that are related to family agriculture in the municipality.

Keywords: Social Practices; Family farming; Rural Development; Transition Agroecological.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABCAR	Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA	Associação de Projetos de Tecnologias Alternativas
CBAR	Comissão Brasileira Americana de Educação
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – MG
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
DNOCS	Departamento Nacional de Obras de Combate às Secas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPAM	Instituto de Pesquisa e Proteção da Amazônia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS	Programa Agroecológico Integrado e Sustentável
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PDA	Programa de Desenvolvimento Agrário
PDN	Plano de Desenvolvimento do Nordeste
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Cultura
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
ULTAB	União dos Agricultores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UEJP	Unidade Escolar Joaquim Parente

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 - Feira livre tradicional de Bom Jesus-PI.....	16
Mapa 1 - Estado do Piauí, localização do Município de Bom Jesus.....	21
Mapa 2 - Demarcações do relevo e das localidades pesquisadas.....	22
Figura 2 - Transformação da paisagem rural e urbana em Bom Jesus.....	23
Figura 3 - Atividades comerciais ligada à demanda da agricultura moderna.....	24
Figura 4 - Devastação da mata nativa do cerrado.....	76
Figura 5 - Lavouras monocultoras MATOPIBA.....	77
Figura 6 - Mata de buritizal em Bom Jesus-PI.....	78
Figura 7 - Propriedade da família “Retirantes e Empreendedora”.....	99
Figura 8- Propriedade da Família “Brejo”.....	103
Figura 9 - Propriedade da Família “Aguaia”.....	105
Figura 10 - Propriedade da Família “Boiadeiros e Assalariados”.....	108
Figura 11 - Propriedade da família “Semeador e Negociantes”.....	110
Figura 12 - Agricultora local na feira livre tradicional.....	111
Figura 13 - Propriedade da família “Buritirana e Associativos”.....	112
Figura 14 - Trajeto da Serra do Quilombo ao Assentamento Rio Preto.....	115
Figura 15 - Trajeto da Serra do Quilombo ao Assentamento Rio Preto.....	116
Figura 16 - Colheita de arroz no Assentamento Rio Preto.....	117
Figura 17- Nascente o Rio Uruçuí-Preto.....	118
Figura 18 - Propriedade da família “Mangabaranas e Mangabeirinhas ou Morro de Dentro” ...	120
Figura 19 - Propriedade da Família “Parceiros e Eficientes”.....	121
Figura 20 - Agricultora Local na feira livre tradicional.....	122
Figura 21- Propriedade da família “Parceiros e Economia Solidária”.....	124

Figura 22 - Agricultora Local na feira livre tradicional	124
Figura 23 - Propriedade da família “Empreendedores e Interação Solidária”	126
Figura 24 - Horta mandala na propriedade da família “Empreendedores e Economia Solidária”	126

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1 - Números de famílias camponesas e técnicos entrevistados	47
Quadro 2 - Primeira fase da extensão rural no Brasil	56
Quadro 3 - Segunda fase da extensão rural no Brasil.....	57
Quadro 4 - Terceira fase da extensão rural no Brasil	58
Tabela 1 - Evolução da participação das principais variáveis da agricultura familiar, no Brasil (1996-2006)	65
Quadro 5 - Matriz histórica da EMATER-PI	68
Quadro 6 - Diferenças entre agricultura de base camponesa e agricultura familiar de base empresarial.....	82
Quadro 7 - Números de famílias assistidas de acordo com os respectivos municípios pelos extensionistas da EMATER-PI	92
Quadro 8 - Objetivos das organizações que interagem com as propriedades rurais pesquisadas	131
Quadro 9 - Ordem de importância das atividades na formação da renda familiar	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	29
1.1 Epistemologia do desenvolvimento: uma nova forma de interpretar o social.....	29
1.2 Perspectivas de desenvolvimento rural – o caso do Nordeste, do desenvolvimento regional, desenvolvimento rural sustentável à abordagem territorial	33
1.3 Desvendando o campo e o objeto via metodologia	45
2 EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM PERCURSO DE AVANÇOS E RECUOS	52
2.1 Panorama histórico da extensão rural no Brasil e no Nordeste	52
2.2 O lugar da agricultura familiar e da extensão rural no contexto de integração do rural brasileiro	61
2.3 A extensão rural pública no Piauí - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (EMATER-PI)	66
3 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: PERSPECTIVAS PARA PENSAR AS RURALIDADES PIAUIENSES	71
3.1 A transição da agricultura convencional para a de bases ecológicas	71
3.2 Resistência camponesa como base para a transição agroecológica.....	75
3.3 A agricultura familiar agroecológica e as políticas públicas	83
3.4 A agricultura familiar agroecológica e as políticas públicas no Piauí	87
3.5 Desafios para as Políticas de ATER em Bom Jesus em suas interfaces com a agroecologia	91
4 OS SENTIDOS E DESAFIOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM CONTEXTOS LOCAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM BOM JESUS – PI	96
4.1 Contextualização da dinâmica do espaço geográfico para a agricultura familiar em Bom Jesus – PI	96
4.2 Caracterização dos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) pesquisados (as)	97
4.2.1 Família “Retirante e Empreendedora”	97
4.2.2 Família “Brejo”	101
4.2.3 Família “Águia”	103
4.2.4 Família “Boiadeiros e Assalariados”	107
4.2.5 Família “Semeador e Negociantes”	109
4.2.6 Família “Buritirana e Associativos”	112
4.2.7 Família “Mangabarana e Mangabeirinhas” ou” Morro de Dentro”	114

4.2.8 Família “Parceiros e Eficientes”	120
4.2.9 Família “Parceiros e Economia Solidária”	123
4.2.10 Família “Empreendedores e Interação Solidária”	125
4.3 Perfil da produção de base agroecológica do município de Bom Jesus-PI	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
APÊNDICE A	160
APÊNDICE B	162
ANEXO A	165
ANEXO B	166
ANEXO C	167

INTRODUÇÃO

A escolha da temática desta dissertação está associada à trajetória da autora, quando inicialmente fez o curso Técnico em Saneamento Ambiental, ainda no ensino médio, com preocupações imediatistas sobre o meio ambiente, mais estritamente voltadas ao meio físico, para cuja peculiar abordagem importava, em um rápido exemplo, o tratamento físico-químico das águas ou acondicionamento dos lixos. Contudo, o fator determinante foi o curso de Bacharelado em Ciências Sociais, uma vez que a opção pelas disciplinas de Antropologia Ambiental e Sociologia Rural levou à percepção de meio ambiente enquanto problema social, dotado de uma dimensão de conflito.

Durante o estágio curricular, na graduação em Ciências Sociais, realizado na Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Piauí (DFMDA) em 2006, os estudos se direcionaram para extensão rural. Na oportunidade, os debates de nivelamento conceitual sobre a reforma da extensão rural em seminários e *workshops* que ocorreram na capital do Estado, em Teresina-PI, embora se apresentassem pouco definidos, trouxeram aportes sociológicos relevantes para a análise. Neste momento, as discussões estavam acirradas, tanto pelo período de cadastramento de instituições (organizações não governamentais - ONGs e empresas privadas) para prestação de serviços de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), na incipiente modalidade das Chamadas Públicas a partir da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado (PNATER), quanto pela capacitação de extensionistas nos serviços públicos de ATER, ocorrido após o último concurso público da categoria em 2005.

No referido estágio, foi produzido pela autora um relatório em que analisava a atuação da DFMDA no Estado do Piauí, o principal resultado alcançado foi que sua consolidação traria novos sentidos à ATER no Estado do Piauí pela realização de cursos de capacitação dos extensionistas no que concerne a abordagem das realidades dos (as) agricultores (as), a fim de colaborar para o fortalecimento dos conselhos municipais criando, desta forma, possibilidades de participação dos agricultores (as) no acompanhamento às instituições parceiras na prestação de serviços de ATER (SILVA, 2006)¹.

Após esta experiência, deu-se prosseguimento à pesquisa em um curso *lato sensu* sobre o gerenciamento dos recursos ambientais em que pôde - se registrar, através de observação participante, que é insipiente a articulação das instituições públicas de ATER, pois

¹ SILVA, R.O. PNATER e atuação da Delegacia Federal do MDA no PI. Relatório de estágio curricular do curso de Ciências Sociais (Universidade Federal do Piauí, 2006).

estas atuam setorializando suas ações no Território de maneira que as políticas públicas não atinjam as demandas dos (as) agricultores familiares. A retomada do estudo da temática está ligada à vivência como frequentadora da feira livre tradicional do município de Bom Jesus – PI, local onde ocorrem trocas econômicas e simbólicas e que é composta por agricultores familiares do município de Bom Jesus e dos municípios circunvizinhos e feirantes, ocorre tradicionalmente aos sábados. Vê-se nas imagens abaixo.

Figura 1 - Imagens da feira livre tradicional de Bom Jesus-PI.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Pari passu a essa trajetória da experiência acadêmica e particularmente, a proximidade e envolvimento no projeto da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia que ocorre há 6 (seis) anos na Unidade Escolar Joaquim

Parente (UEJP), situada no município em estudo, local em que a autora trabalha, reavivou inquietações. A UEJP contempla este projeto no âmbito da educação ambiental para a conscientização de alunos para reflexões sobre os temas do meio ambiente e também sobre a realidade local. O envolvimento em leituras e observação da realidade da agricultura familiar local, a partir da necessidade de pensar as relações entre ruralidades e meio ambiente em uma chave processual, levou a autora a reflexões e possibilidades de contato com outros aportes fundamentais para vislumbrar a questão ambiental como meio de transporte para retomar a discussão sobre a extensão rural no Estado do Piauí.

É importante salientar que, em se tratando de cerrados do Piauí, o fenômeno da transferência de patrimônio público para privado se dá através da apropriação de maneira irregular de terras devolutas pela grilagem de terras, principalmente daquelas em áreas denominadas platôs planos das Gerais². Com início na década de 70, os primeiros investidores com recursos públicos da Superintendência de Recursos Públicos do Nordeste (SUDENE) se intensificaram na década de 90 em que a privatização, a valorização e a especulação imobiliária, trouxeram significativos impactos para as populações tradicionais destas áreas, principalmente pela expulsão destas populações posseiras moradoras nos baixões. Desde 2008, investimentos estrangeiros chegam à região, sendo este capital internacional interessado unicamente em especular terras (MATHOS, 2017).

Diante desse quadro que está esboçado sob as perspectivas de vias de interesses do agronegócio, dos grandes produtores, do mercado, mas também por povos que têm suas práticas tradicionais, é que esse trabalho se propõe a indagar: Como está se dando a relação entre os (as) agricultores (as) familiares e os extensionistas? Há uma transição agroecológica entre os (as) agricultores (as)? Quais as principais dificuldades enfrentadas no processo de organização produtiva e social, que possam vislumbrar uma transição agroecológica?

Nesse contexto, a noção de desenvolvimento desempenha importante papel na abordagem das dimensões relacionadas nesse trabalho, quais sejam: Estado, mediações e meio ambiente. Quanto a esses elementos, que problematizam a perspectiva de desenvolvimento rural *per se* como eixos de análise para tratar das relações entre agentes e instituições, partiu-se da literatura clássica e de suas interfaces com a ruralidade e o meio ambiente, isto é, das relações do homem na natureza e a constituição de processos sociais decorrentes dessas conexões.

²Áreas de chapadões cobertos de vegetação de cerrado e onde se localizam as nascentes dos Rios Parnaíba, o Gurgueia, o Paraim e o Uruçuí – Preto. Por conta do avanço do desmatamento, tanto o bioma e a biodiversidade sofre prejuízos, quanto os espaços de usos dos camponeses é volátil diante da ocupação e apropriação de áreas onde a população rural fazia diferentes usos.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como principal preocupação compreender as práticas sociais de adaptação e/ou resistência ao processo de transição agroecológica de agricultores (as) familiares em Bom Jesus, no Estado do Piauí. Para alcançá-lo, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os (as) agricultores (as) familiares em processo de transição agroecológica, presentes na área em estudo;
- Caracterizar as diferentes práticas sociais de adaptação e/ou resistências dos agricultores familiares identificados a partir das categorias terra, trabalho, família e mercado;
- Analisar as ações de extensão rural voltadas à agroecologia desenvolvida pela ATER pública;
- Correlacionar as práticas sociais de adaptação e resistências dos (as) agricultores (as) familiares às ações voltadas à agroecologia da ATER pública, no município de Bom Jesus-PI.

Pressupõe-se que houve certa readequação, em termos das práticas sociais dos agricultores, com propósitos de superar as ameaças econômicas, culturais e ambientais de maneira a procurar uma maior organização social, mas elas não estão necessariamente conectadas às orientações dos extensionistas.

Do ponto de vista epistemológico, para tratar da relação entre agentes e instituições, o estudo segue a perspectiva de superação da contraposição entre estrutura e agência na teoria sociológica, tomando como referências fundamentais Bourdieu (1989), Elias (2004) e Santos (2010).

Na observação direta realizada para elaboração de artigo científico³, pôde-se apontar preliminarmente que as práticas sociais dos agricultores familiares,⁴ ligadas ao processo de ecologização da agricultura e dos técnicos-extensionistas⁵ funcionaram como atores

³ SILVA, R. O. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o caso da EMATER de Bom Jesus no Piauí: Perspectivas para Pensar Agroecologia”, trabalho apresentado durante a 54ª SOBER, em Macéio, Alagoas (BRA), agosto de 2016.

⁴ O segmento da agricultura familiar é aquele que conjuga três dimensões básicas que estariam determinando a busca de alternativas por parte desses atores, que geralmente sofrem as pressões da estagnação econômica (dimensão econômica), da exclusão social (dimensão social) e da degradação do meio ambiente (dimensão ambiental). A concepção de agricultura familiar, nesse estudo, é a de atores sociais que trabalham a terra (própria ou não) com a família.

⁵São aqueles “dotados de competência” para referenciar o processo e para assegurar reconhecimento econômico e político ao setor da agricultura familiar (NEVES, 2005).

fundamentais na ampliação de espaços de emergência e viabilização de formas alternativas de produção, que expressariam, em momentos específicos, complexas relações simbólicas de dominação e resistência em relação às práticas de poder (que envolveriam representantes do poder público, de sindicatos, de associações, entre outros).

O processo de transição é abordado aqui como movimento complexo e não-linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, é, pois, como construção social que emerge por meio de interações que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural. As referências conceituais que coadjuvaram na proposta metodológica desse trabalho são de Gleissman (2001) para quem a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para uma agricultura consistente, altamente produtiva e economicamente viável; e as contribuições de Caporal e Costabeber (2004), segundo os quais este é um campo multidisciplinar que proporciona o processo de transição do modelo convencional para estilos de agriculturas de bases ecológica ou sustentável, assim como do modelo convencional para processos de desenvolvimento rural sustentável.

Assim, o processo de discussão sobre a transição apresenta-se como ação da cultura local oposta ao modelo de agricultura convencional - que é caracterizada pelo uso abusivo de insumos e tecnologias na produção, adotada pelo Brasil na década de 1960, fortemente influenciada pelas políticas de extensão rural, pois adotava os pressupostos da Revolução Verde. Conforme Jollivet (1998), se previa a utilização de pacotes tecnológicos que se baseava em intenso uso de fertilizantes agrícolas, irrigação e mecanização, variedades geneticamente melhoradas que provocassem alta produtividade.

A Revolução Verde caracterizou-se pela implantação de indústrias de bens (tratores, implementos, fertilizantes e defensivos) de produção para a agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1981), buscava modernizar os sistemas agrícolas e utilizar mão de obra na urbanização das cidades (DELGADO et al., 1985; NAVARRO, 2001).

De bases técnicas, partiu-se da premissa de que a agricultura poderia ser industrializada. Para tanto, foi alargada e apoiada por órgãos governamentais, como as universidades e, sobretudo, empresas produtoras de insumos. Sobre as consequências geradas por essa modernização, estudos de Garcia e Martine (1987) e Sauer (2010) apontam que o aumento da produtividade provocou o esvaziamento humano do campo, em função do êxodo rural, da concentração de propriedade da terra, da fome e da violência.

Em estudo no sudoeste piauiense, Moraes (2000) analisou as narrativas da modernização agrícola que são formuladas pelo contraste entre sertão/cerrados, sob o prisma da memória social enquanto fonte de conhecimento da vida social e campo de disputa.

Ponto este anteriormente destacado por Moraes (2000), através da análise das narrativas mestras que caracterizam o discurso hegemônico do Estado e de corporações privadas ao transformar espaços vazios em celeiro do mundo e para as narrativas dominantes, são vazios demográficos a serem desenvolvidos. Moraes (2000) esclarece alguns pontos desse assunto da seguinte forma:

[...] movimento contínuo de re-significação do social constitui, afinal, o campo da memória como forças sociais em disputa: uma hegemônica, racionalizadora, científica, socialmente legitimada como condutora da ação política e outra, não hegemônica, que se coloca como resistência, não em termos de resposta, mas de ações, num determinado contexto cultural que lhes confere significado. (MORAES, 2000, p. 65).

Sob o ponto de vista das narrativas, o discurso oral de camponeses e seus mediadores, e a dinâmica que se desenrola entre os baixões e as chapadas, tem-se que:

O baixão, referido pelos camponeses como interior, é o local de realização do cultivo de legumes, verduras e frutas de pastos [cultivados] e é também o lugar de assentamento, de morada, embora seja comum entre os camponeses possuir uma segunda residência na sede do município, nos bairros periféricos (MORAES, 2000, p. 240).

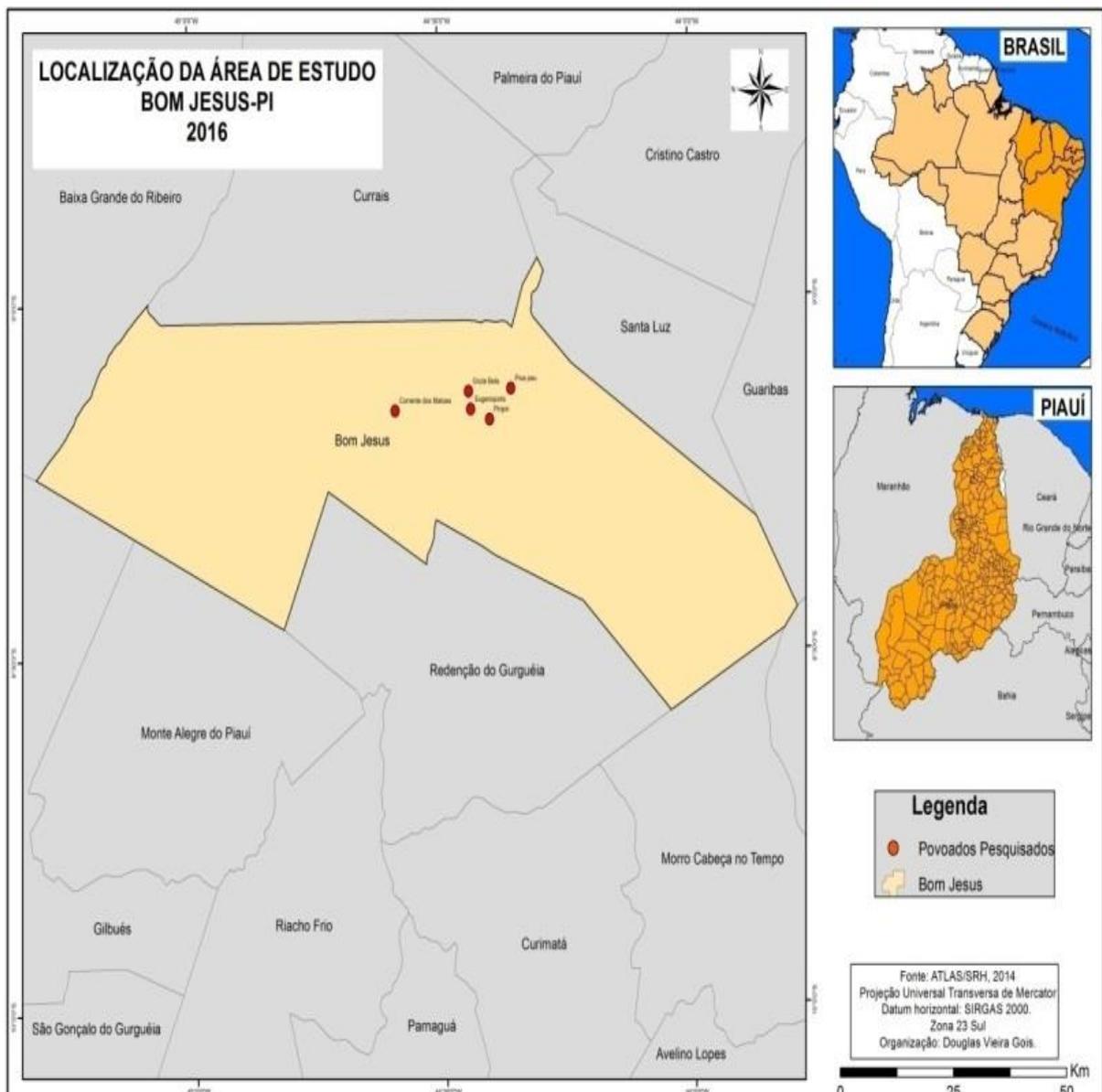
As assertivas contribuem para uma compreensão dos baixões como lugar social e ecologicamente integrado, reconhecido e identificado pela população local que margeia os rios (chamados de vazantes e brejos), e constituem os buritizais e os babaçuais. Já as chapadas são áreas tradicionalmente ocupadas pela extração de madeiras e frutos, como pequi e caju, assim como pela criação de gado e outros animais. Essas formações de ecossistemas integram-se pela vegetação de cerrados, florestas de buritis e babaçus nos vales úmidos.

A partir dessa via de mão dupla, busca-se refletir sobre a realidade da extensão rural e da agricultura familiar no sudoeste do Estado do Piauí. Nesse sentido, a trajetória anunciada traduz a escolha pelo município de Bom Jesus como uma emergência da observação, indignação e inquietação em relação à realidade dos agricultores e agricultoras familiares camponeses, assentados da reforma agrária e quilombolas que atuam onde a pesquisadora reside no momento.

Observa-se que esses agricultores familiares produzem a maior parte dos alimentos que são consumidos, mas ainda assim, vivem em péssimas condições de infraestrutura e

endividados. São indivíduos pouco visibilizados por uma sociedade que considera progressista a agricultura de grande escala, de tecnologia de ponta, sobretudo quando essa realidade é permeada por processos convencionais, tanto na ação técnica, como dos agricultores, mesmo que contamine e tenha devastado grande parte do território do município como parte do agronegócio de carnes e grãos, incorporado na década de 1970, que provocou o desencantamento de um sertão simbólico e a invenção dos cerrados enquanto fronteira produtiva, pois ao invés de corrigir o modelo de ocupação territorial, reproduziu de forma mais acentuada, indicando a necessidade de efetiva regulação dos mercados de terras (MONTEIRO, 2002; MORAES, 2000). Observa-se a localização da área de estudo no mapa abaixo.

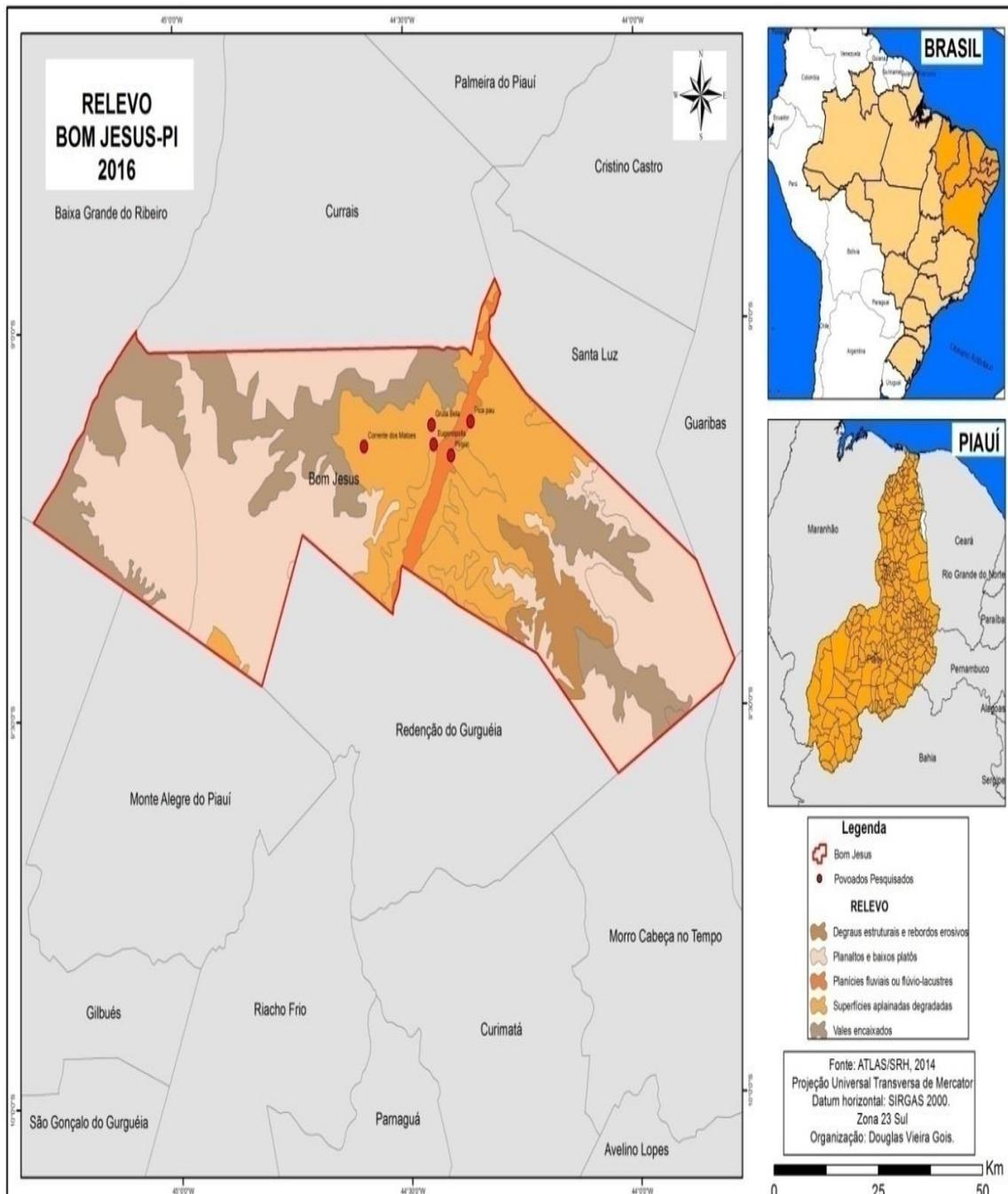
Mapa 1 - Estado do Piauí, localização do município de Bom Jesus.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

O município de Bom Jesus está localizado a 635 km da capital, na região sudoeste do Estado, mesorregião do Alto Médio Gurguéia, limitada ao norte pelos municípios de Currais e Santa Luz; ao sul, por Monte Alegre do Piauí, Redenção do Gurguéia e Morro Cabeça no Tempo; a leste, Guaribas; e a oeste, com Baixa Grande do Ribeiro e Gilbués. As localidades em que se deram a pesquisa de campo foi: Corrente dos Matões, Eugenópolis, Piripiri e Gruta Bela. Vê-se as demarcações que margeiam o relevo da cidade de Bom Jesus.

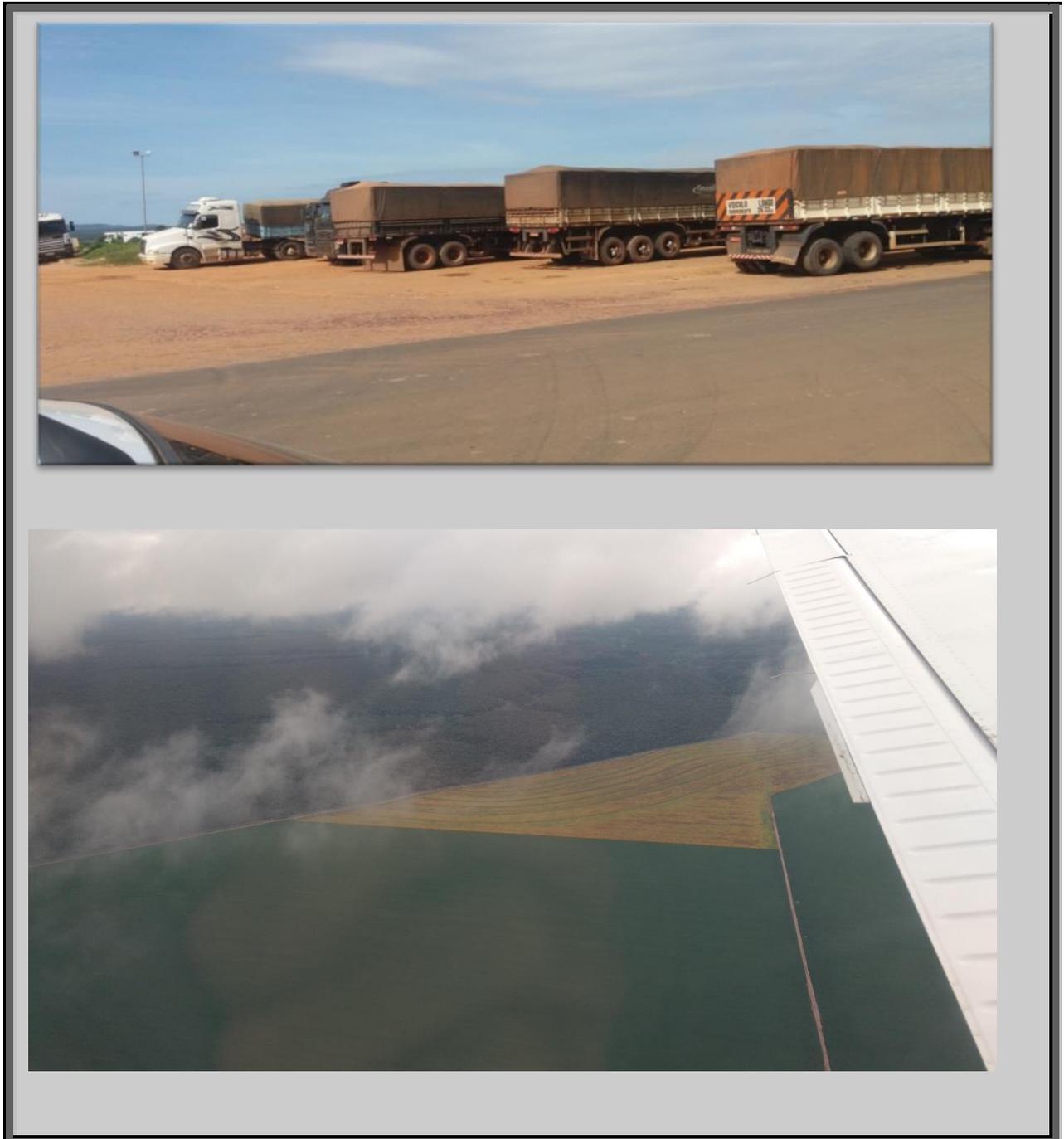
Mapa 2 - Demarcações do relevo e das localidades da pesquisa de campo.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

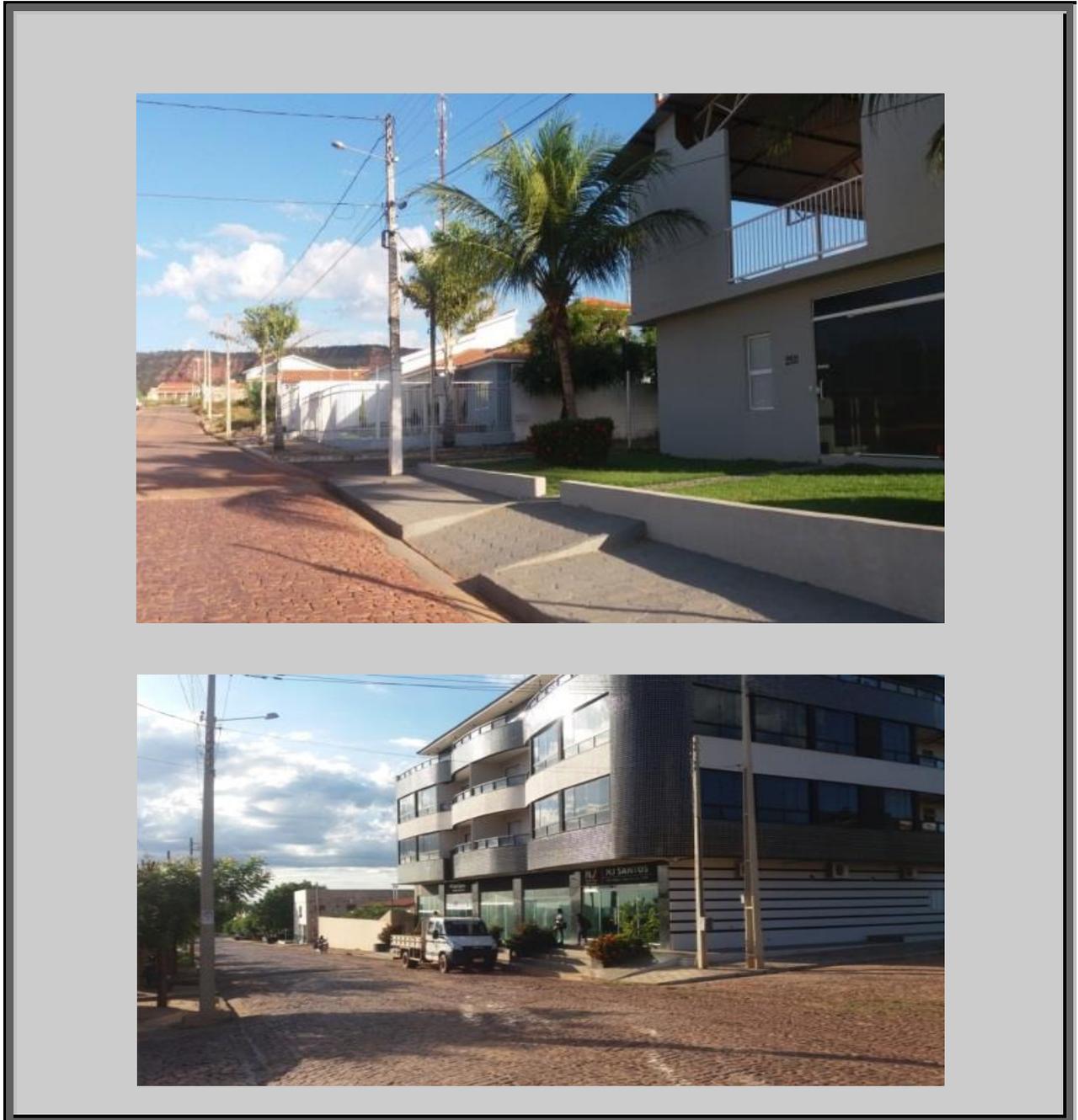
As transformações socioeconômicas, ambientais e culturais acontecem tanto no ambiente urbano quanto no rural com a presença.

Figura 2 - Transformações da paisagem rural e urbano em Bom Jesus-PI.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI,2016.

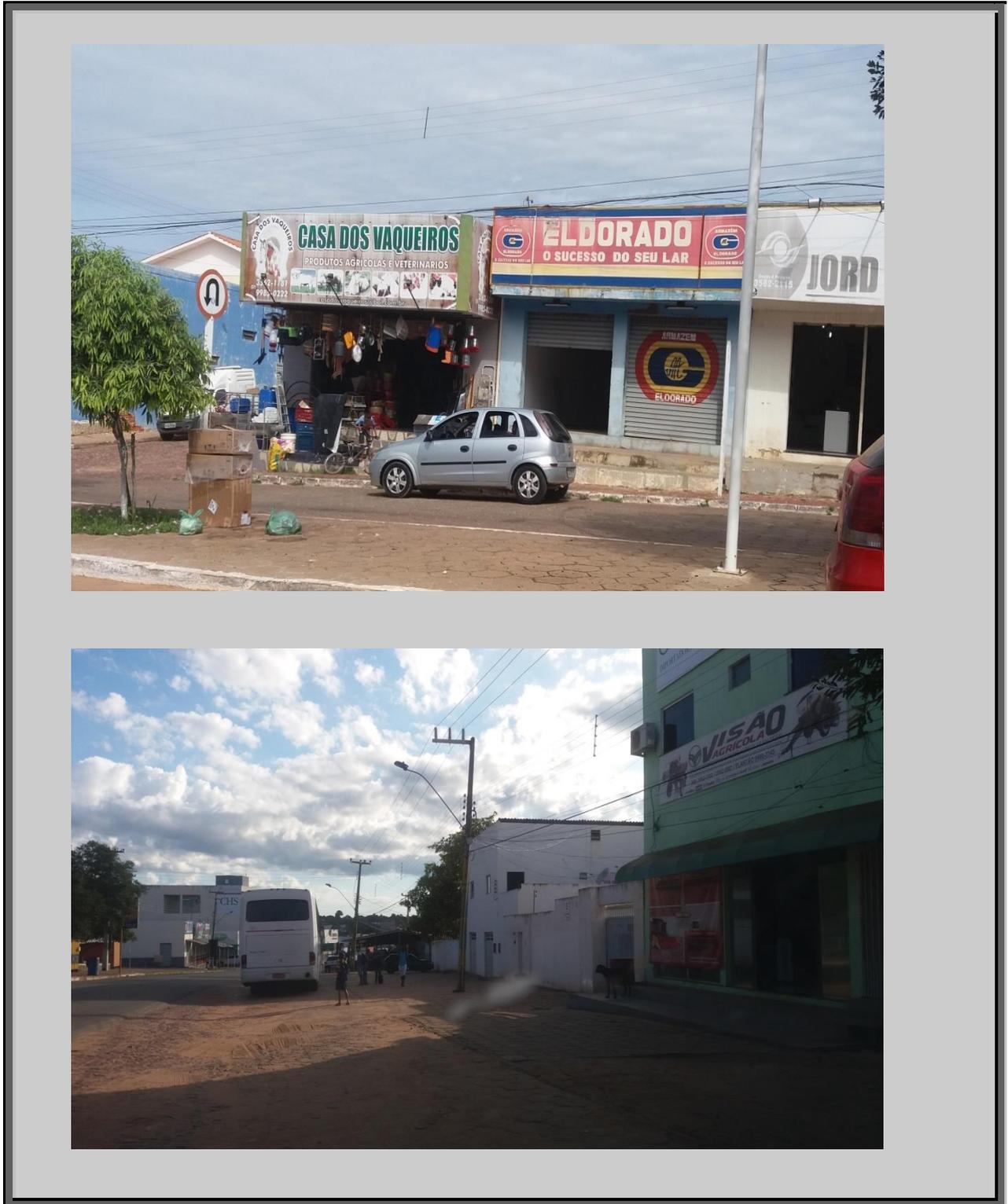
Figura 2 - Transformações da paisagem rural e urbano em Bom Jesus-PI.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI,2016.

Nessas imagens é possível observar que as atividades comerciais e de serviços (lojas de maquinários, de sementes e defensivos agrícolas, bem como escritórios e consultorias de assistência técnica) adquirem força para atender à demanda do campo e da agricultura moderna.

Figura 3 - Atividades comerciais ligada à demanda da agricultura moderna.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A realidade é que, apesar de ter alavancado todo um modelo de desenvolvimento, esse tipo de agricultura convencional vem enfrentando diversas críticas, pois demonstra a

incapacidade de atender às demandas pela qualidade de vida dos agricultores familiares, já que é excludente e dependente de insumos externos.

O tradicional modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil levou em conta questões como a produtividade e abertura para o mercado externo, com um caráter normativo, ao passo que as dinâmicas agrícolas e agropecuárias, em particular nos territórios rurais brasileiros, foram envolvidas pela ideia de progresso,⁶ gerando, ao longo do século XX, agravantes ambientais e sociais que desencadearam mobilizações sociais e o desenvolvimento de sistemas de bases sustentáveis (ALMEIDA, 1999).

Para Almeida (1999), as formas atuais de contestação da luta pela terra guardam estreitas relações com o processo de formação histórica e/ou com a própria crise atual, na concentração fundiária, desigual e excludente. As ações dos movimentos sociais que serviram para trazer inquietações ao próprio Estado partem do período colonial, quando começou a aflorar a questão sobre a reforma agrária, junto às lutas que buscavam a abolição da escravidão chegando até o MST (Movimento dos Sem Terra) e as ONG's (Organizações não governamentais) de hoje. As organizações que se propõem a elaborar práticas agrícolas capazes de enfrentar os problemas quanto a alimentação, respeito à natureza e aos recursos não-renováveis, devem promover uma viabilidade econômica - social da produção agrícola e daqueles que a dirigem.

Esse movimento articula-se numa contraposição ao Estatuto da Terra, criado pela Lei 4. 504 de 30.11.1964. Foi um instrumento criado no governo militar de João Goulart, e esteve intimamente ligado ao clima de insatisfação no meio rural brasileiro, ao temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução camponesa, posto que as lutas camponesas no Brasil começaram a se organizar, desde a década de 1950, com o surgimento de organizações e ligas camponesas, de sindicatos rurais e com a atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro.

A criação do Estatuto da Terra praticamente aniquilou os movimentos sociais no campo, com a promessa de reforma agrária foi a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terras. As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra foram divididas em três capítulos: Disposições

⁶A ideia de progresso indica a existência de um sentido de melhorar a condição humana. Porém, a credence do progresso, mesmo quando se fundamenta na verdade objetiva das ciências, conduz a formas de comportamento que levam a situações desequilibradas, como afirma Lutzenberger (1980) em uma crítica ao progresso do homem moderno, na qual denuncia as concepções desenvolvimentistas nascidas no pós-guerra e seu dogma fundamental, que é o postulado da necessidade de crescimento ilimitado (a substituição de tudo que é natural por artificial), e essas ações colocam em perigo a sobrevivência da espécie humana e a continuidade da vida (apud ALMEIDA, 1999, p. 92).

preliminares; Dispositivos de referências ao uso da terra e à reforma agrária; e Política de desenvolvimento rural. Neste último, trata-se da determinação sobre os meios para alavancar o desenvolvimento rural, a saber: assistência técnica, produção e distribuição de sementes e mudas, entre outros. Portanto, por intermédio de leis complementares foram criadas instituições que executariam a nova política (WANDERLEY, 2011, p. 29).

Entretanto, muitos críticos consideram que a parte final do estatuto foi mais efetivada, pois canalizava benefícios aos grandes proprietários, a primeira meta ficou no papel, constatou-se êxodo rural de 16 milhões de pessoas (GARCIA; MARTINE, 1987) enquanto a segunda, recebeu grande atenção do governo, pois investia na agricultura empresarial.

No Piauí, esse movimento de modernização da agricultura ao longo dos últimos anos tem agravado a estrutura de distribuição de terras, em que se moderniza o empresário agrícola, aumenta-se a importância do trabalho assalariado temporário e aumenta-se a instabilidade do agricultor (a) familiar em relação a terra e às tensões sociais no campo (CRUZ et al, 2005).

Durante a caminhada de luta pela terra, reforma agrária e dignidade no Piauí, o Movimento Sem Terras foi historicamente alicerçado das vivências, da organização e da estruturação das famílias agricultoras que já lutavam junto à CPT-PI. No Piauí, a primeira ocupação de latifúndios improdutivos se deu no Assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí em junho de 1989 (LIMA, 2007).

Diante desse cenário, os movimentos sociais como sujeitos políticos, especialmente na luta pela terra, recolocam a importância do rural e questionam sobre o papel dos agricultores e dos extensionistas como agentes de desenvolvimento (DIAS, 2008). Os agentes desse desenvolvimento, agricultores e técnicos, devem ver a complexidade do sistema dentro e fora da propriedade rural, desde os aspectos econômicos até os de organização social, que não podem ser trabalhados isoladamente. Nesse âmbito, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) traz como norte de atuação o preceito que serve de referência para a extensão rural, com orientação agroecológica. Observa-se nessa passagem:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, assentados), na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais. Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.

Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações. (PNATER/BRASIL, 2004, p.7).

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos nesse documento-síntese, essa obra organiza-se em quatro partes complementares. Além dessa introdução, no primeiro capítulo apresenta-se as referências bibliográficas que basearão as análises e elaborações, além da metodologia utilizada no estudo.

No segundo capítulo, discute-se como as mudanças nas formas historicamente construídas de concepção sobre o desenvolvimento rural e o método de intervenção, por meio da extensão rural, possibilitam enxergar os processos de ruralidades no Piauí.

O terceiro capítulo refere-se à transição agroecológica, abordando o enfoque da PNATER demonstrando as bases existentes na agricultura familiar e camponesa que permitem transformar as relações sociais econômicas e ecológicas no campo, a caminho da sustentabilidade.

O quarto capítulo concerne às interpretações sobre relações e dinâmicas estabelecidas a partir dos resultados de análises e observações do campo estudado. Também consiste no fechamento do trabalho. Além desse alinhamento de resultados e discussões, expõem-se as considerações finais sobre o estudo.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esse trabalho baseia-se em pesquisa sobre adaptações e resistências de agricultores (as) nos processos de ressignificação de suas práticas sociais para a transição agroecológica, desde a reprodução social até a comercialização. Para tanto, buscaremos na contextualização histórica da ATER concatenar a maneira como a agricultura familiar é pensada pela ATER pública no Brasil, no Piauí e, em especial, em Bom Jesus, para, a partir desse entendimento, trazer possibilidades para se pensar em uma agricultura familiar agroecológica neste município.

Ao pensar nessa conexão entre agricultura familiar e ATER, deve-se estabelecer a perspectiva de desenvolvimento. Concebe-se que a palavra desenvolvimento é multifacetada e ao longo da história tem sido articulada pela noção de modernização, mas que os últimos anos tem enfrentado críticas à ideia de crescimento econômico e industrial ilimitados. Nesse capítulo, tratar-se-á a partir de alguns qualitativos atribuídos em sua trajetória, a fim de refletir sobre as possíveis contribuições de uma abordagem relacional na análise de processos de mudanças sociais no rural da atualidade.

Para tanto, levam-se em conta as complexidades das dinâmicas que configuram o mundo rural em sua diversidade, que se tem constituído historicamente, sobretudo a partir dos anos 1980, como um desafio às ciências sociais, a partir da ruptura com as visões dicotômicas ou às contraposições entre estrutura-agência, e a superação das dicotomias objetivismo - subjetivismo, natureza-sociedade, visando a uma abordagem relacional.

1.1 Epistemologia do desenvolvimento: uma nova forma de interpretar o social

A abordagem relacional possibilita ultrapassar as dicotomias fundacionais das ciências sociais, que se entranharam nas análises sociais por longa data. As três vertentes encontradas na sociologia estão voltadas a considerar as relações entre indivíduo e sociedade, ora como relações distintas, em que entender o indivíduo basta para compreender a sociedade, para a outra, entender a sociedade basta para atingir o indivíduo, na qual se posicionam diversos pensadores; e ora como complementares, onde a relação entre indivíduos e sociedade é tida como indissociável, destacando-se nessa vertente Simmel (2000), com o conceito de sociação, pois a sociedade não se constitui em substância, algo concreto por si só (apud FERREIRA, 2000).

No esforço de romper com as generalizações nas análises da realidade social, assiste-se ao surgimento do dilema sobre as concepções entre estrutura/agência e, a partir desse binômio, a uma cisão analítica entre objetivistas e subjetivistas. Nesse diapasão, tomaremos por base Bourdieu (1989), pela sua articulação entre estrutura e ações, crítica ao objetivismo, principalmente pela incapacidade deste de esboçar um conceito satisfatório de prática social. Para o autor, há elementos estruturantes que podem ser explorados a partir dos conceitos de *habitus* e campo, com vistas a compreender as práticas sociais articuladas estrutura e agência.

As práticas são modos de vida que articulam configurações sociais, individuais ou coletivas, conforme salientou Elias (1994). A agricultura familiar associa espaços anteriormente destinados à implantação de políticas, seja de modernização ou políticas públicas— ambas alteram a organização social, pelas relações de pertencimento ao lugar ou por meio dos seus circuitos de relações.

Assim, utilizaram-se os autores de forma teórico-metodológica nas interpretações para além das relações, entre estrutura e agência, com o escopo de assimilar, por fatores objetivos e subjetivos, as relações entre agricultura familiar e ATER.

A concepção de práticas sociais, sob as noções de campo e *habitus*, expressam o encadeamento entre a realidade social e o indivíduo, e são pontos cruciais para a atualização dos estudos sociológicos, pois trazem a relação entre o macro e o microsocial. Baseado nos pressupostos de interação entre estrutura e agência, Bourdieu (2009) coloca o campo como um espaço de conflito dentro do qual se travam lutas, demarca-se o capital (material, simbólico e social) e sustenta-se o poder, ou seja, o campo surge como estrutura organizada (entendendo-se estrutura aqui como algo que é objetivamente existente), assim como sob o caráter ativo do sujeito, o qual permite referenciar as múltiplas práticas que os camponeses/agricultores familiares têm utilizado como resistência, além de adaptações às situações que se impõem por razões estruturais ou conjunturais.

Para o referido autor, o agir é resultado da relação dialética entre o campo e *habitus*, e é onde ocorrem as lutas simbólicas pelo poder simbólico (invisível) construído no percurso das trajetórias sociais. Considera-se no *habitus* o lado ativo do sujeito, sem perder de vista as condições e as possibilidades que ele tem para orientar a sua conduta. Esse indivíduo articula e constrói-se sobre um sistema socialmente constituído de disposições estruturadas e estruturantes, adquiridas por meio dessa aprendizagem, na qual se geram práticas individuais, percepção, pensamento e ação - logo, é compreendido como o conjunto de valores, representações e crenças incorporadas pelos indivíduos em suas práticas sociais.

Elias (1994), ao lançar a *Teoria do Processo Civilizador*, a qual propõe que a civilização europeia teria surgido pela interiorização de limitações e autocontrole dos impulsos, como consequência das transformações provocadas pela formação do Estado Moderno e da curialização das elites. Ademais, traz a defesa entrelaçada com uma teoria das configurações, e a percepção dos microfenômenos conjugados com os macrofenômenos da sociologia, como elementos de um mesmo processo social, que somente serão percebidos como partes relacionais.

Em *A Sociedade dos Indivíduos*, o autor examina densamente a relação entre indivíduo e sociedade, e busca uma visão alternativa para a questão de superar o individualismo e o holismo. Para o autor, a procura pelas inter-relações e interdependências permite trabalhar um conceito de sociedade:

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e de certo, não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos “sociedade.” (ELIAS, 1994, p. 21).

A interdependência é tratada como uma cadeia ininterrupta de ações que fornecem a ideia de relacional, que os indivíduos são associados em uma teia de relações complexas com outros grupos, podendo ser interdependentes ou não. O conceito de configurações expressa-se como redes de jogadores interdependentes, a partir de um conjunto de relações que estão em processo, que se fazem e desfazem, constroem-se e destroem-se, podendo ou não ser reconstruídas ou rearticuladas (ELIAS, 1994).

Nesse sentido, pensar indivíduos e sociedade em si é mito, um dependendo do outro para existir. Assim, é pela interação que se adentra na sociedade, partindo do autocontrole das emoções, que permite ao indivíduo o poder, não total, mas parcial, do mundo exterior, a psicogênese.

Partindo do conceito de configurações, Elias (1994) rompeu a dicotomia funcionalista sobre indivíduo (encapsulado) e sociedade (ente eterno), ao enfatizar as conexões entre mudanças na estrutura da sociedade e do comportamento psíquico. A teoria elisiana pensa em processo não no sentido de uma necessidade mecânica, mas como uma sociedade em constante mudança estrutural, ou seja, em conflito entre suas partes. Para ele, com a divisão

do trabalho na sociedade, aparecem os jogos de distinção social e os graus de controle dos impulsos - então, pelo processo civilizador, dá-se o avanço da interdependência.

Ao ressaltar a ideia de campo de relações, Elias (1994) demonstrou, quanto ao pensamento das interdependências, para além da oposição indivíduo/sociedade, em uma organização social que aflora no decorrer das interações sociais como parte dos processos abertos e interdependentes. O autor tratou das interdependências como um sistema de socialização. Já o processo de socialização e individuação se insere em dinâmicas maiores de transformação, provocando mudanças de longo prazo.

Consoante Schimitt (2011), quando se pensar em termos de uma abordagem relacional nas ciências sociais, os tratamentos multidimensionais são contemplados, com o intuito de romper com a dicotomia secularizada nessa área desde a sua formação. Portanto, conta-se com pares de oposições que foram construídos na produção de sentidos dos discursos ou como métodos de investigação nas ciências sociais.

Nessa lógica, a ideia de desenvolvimento que foi construída em uma trajetória histórica de afirmação e contestação, tratada como discurso ou como orientação para o desenho de projetos e políticas e, ainda, como forma de descrever a evolução das mudanças sociais, é mencionada aqui como ponto de relações conjugadas e de ordenamentos materiais e simbólicos que instituem a realidade social, reproduzindo-se, articulando-se e transformando-se a partir de interações que se fazem com os agentes sociais, e que levam a discutir a própria relação do indivíduo e da sociedade. O desenvolvimento, historicamente, foi instituído como algo de uma sociedade dada, sem ser pensada na proposta construtiva da interação entre os indivíduos.

Pensando nisso, nota-se que a ideia de desenvolvimento que aparece no campo das práticas sociais e institucionais torna-as pontos passíveis de problemáticas, uma vez que, como nos faz refletir Santos (2010), na *Epistemologia do Sul e na ecologia dos saberes*, nesse novo paradigma de desenvolvimento, o da transição, que está a todo momento permeando a elaboração dessa dissertação, inclui-se o da PNATER.

Esses pontos de vista fazem, por meio de outra racionalidade ampla e abrangente, da diversidade e experiência social em todo o mundo buscar – se a tripla orientação de “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS, 2010, p. 27), ao entender o Sul como uma metáfora de sofrimento humano causado pelo capitalismo, proposto pelo autor, no sentido de reivindicar a reinvenção de uma emancipação social no duplo, no contrário, da regulação social, ou seja, idealizar o desenvolvimento em

termos de estratégias sustentáveis em nível local, como categoria nativa oriunda das gramáticas dos (as) próprias (os) informantes.

O referencial de Boaventura (2010) tem essa preocupação de problematizar uma ciência como forma de conhecimento e uma prática social baseada no novo padrão de racionalidade, de ampliar o leque de percepções. Ao vincular capitalismo/colonialismo, entende que essas “relações de desiguais entre o Norte e Sul, na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo, foram constituídas historicamente pelo colonialismo, mas o fim do colonialismo, enquanto relação política, não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social” (SANTOS, 2010, p. 28).

Nesse contexto, amplia a concepção de dominação e de poder, e vincula as formas de controle do capital às violências do colonialismo, materializadas nas opressões e discriminações de diferentes ordens, aqui vale ressaltar a perspectiva do patriarcado, com incidências sobre o gênero em que a mulher se torna refém ainda de sujeições de direitos.

Todavia, na busca de quebrar o cartesianismo e procurou-se dimensionar as práticas sociais com base nos agentes e em suas atuações (julgamento privilegiado nessa dissertação), em uma visão construcionista⁷, longe do dualismo sujeito-objeto de pesquisa presente nos estudos do meio rural, visto que os agricultores são, igualmente, sujeitos de direitos e espaços de poder, sob o ponto de vista do paradigma inclusivo. Vê-se a seguir, abordagens do território de pesquisa de maneira holística.

1.2 Perspectivas de desenvolvimento rural – o caso do Nordeste e o desenvolvimento regional, desenvolvimento rural sustentável e a abordagem territorial.

Na década de 1960, houve a consolidação de um novo paradigma, o de reconhecimento da natureza capitalista da agricultura brasileira, com a afirmação de seu caráter urbano-industrial, introduzido desde os anos 1930. A defesa dessa tese teve início com Caio Prado Júnior para quem “o centro das questões estava nas relações sociais de trabalho e produção predominantes na agricultura brasileira, consideradas não como resquícios feudais, mas como sobrevivência do sistema capitalista existente no Brasil até 1988” (WANDERLEY, 2011, p. 24).

⁷A visão construcionista envolve a construção de saberes, em que os envolvidos no processo são agentes do saber, discutem, questionam.

A partir de então, foram iniciados diversos estudos, no Brasil, dentre os quais, o de Florestan Fernandes (1973), sublinhando que a hegemonia da economia urbano-industrial é explicada pela dependência dentro da dependência:

[...] Aos poucos, surgiram vários tipos de vínculos heteronômicos, através dos quais a economia agrária evolui na direção do capitalismo moderno, mantendo laços de dependência em face dos focos internos de crescimento econômico urbano-comercial e urbano-industrial. (FERNANDES, 1973 apud WANDERLEY, 2011, p. 25).

Fernandes (1973 apud WANDERLEY, 2011) demarcou uma análise marxista das relações de produção e trabalho, de forma que os empresários rurais assumem a posição privilegiada nessa estrutura (dominante). José de Sousa Martins, nos anos 1970, sob uma perspectiva, histórica contribuiu com o debate ao reafirmar os vínculos que articulam o mundo rural ao conjunto da economia e da sociedade brasileira, “graças à existência de uma economia agrária estruturada em molde a suportar e absorver os custos de acumulação do capital e da industrialização.” (MARTINS, 1975, p.39).

Essas distintas noções influenciaram as tomadas de decisões sobre o desenvolvimento no Brasil, principalmente quando se refere ao rural. O desafio está, pois, em dar conta e encadear os novos processos sociais que transformam a realidade rural ao conjunto da sociedade, dentre os quais se destaca a modernização da agricultura.⁸

De fato, no debate brasileiro, a modernização da agricultura trouxe uma dupla dinâmica, uma vez que a mudança das bases técnicas consolidou o mercado de produtos agrícolas para os centros urbanos. Por outro, foi seletiva, a ponto de restringir o apoio a algumas unidades produtivas, em áreas específicas do país (WANDERLEY, 2011), caracterizando, conforme Graziano (1982, p. 66), uma espécie de “capitalismo de fachada”.

Destarte, a tese de doutorado de Delgado (1985) reforçou, inclusive, as dimensões sociais e políticas: “todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas.” (DELGADO, 1985, p. 42), pois não é um processo que homogeneíza o espaço econômico, nem tampouco o social e tecnológico, mas é uma organização de interesses oligárquicos rurais que dão base política e sustentação ao projeto de modernização conservadora.

⁸A modernização agrícola é um processo relativo, exclusivamente, às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, no sentido estritamente produtivo. E o que podemos dizer com base nos estudos de Moraes (2000) no Estado do Piauí. Já eu a modernização agrária diz respeito à interpretação acerca do *mundo rural*, em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, não apenas agrícola, mas da relação com a terra. A propósito, em se tratando de reforma agrária, isso é o que o Brasil ainda não fez. (NAVARRO, 2001, p. 86).

Kageyama (1996) acrescentou ao estudar a diferenciação na modernização da agricultura no Estado de São Paulo, que há uma passagem dos complexos rurais para uma dinâmica comandada pelos ‘complexos agroindustriais’. E concluiu que, embora São Paulo tenha desfrutado de altos índices de produtividade, não se evitou a expulsão de muitos trabalhadores rurais, bem como o prolongamento da jornada de trabalho, entre outras.

Martine (1989 apud WANDERLEY, 2011, p. 35) aduziu sobre as implicações sociais desse processo, que mesmo que tenha alcançado “expressivos níveis de crescimento do produto, manteve elevados níveis de pobreza, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis.”

Consoante Navarro (2001), a noção de desenvolvimento atribuída aos projetos seria enfatizada em dois momentos: dos anos 1950 aos 1970, pela expansão do capitalismo, com o desenvolvimento rural como ímpeto modernizante; depois, a partir de meados da década de 1990, quando o tema passaria a compor a agenda pública, como melhorias da qualidade de vida das populações rurais. A noção de desenvolvimento trataria de uma ação previamente articulada que induziria a mudanças em um determinado ambiente rural, sendo o Estado seu principal articulador, trabalhado no sentido de categoria normativa, pois esta seria articulada de maneira hierarquizada às populações rurais (SCOTT, 1995).

Para Martins (1981), a história do Brasil está repleta de exemplos de práticas de como os mediadores e os formuladores de política pensam e agem em relação aos beneficiários das políticas públicas. Um deles ocorreu quando o Estado resolveu financiar o processo conservador da agricultura, transformando os latifundiários em capitalistas, mas permanecendo com as formas de dominação e controle clientelistas e pouco democráticas.

Esse tipo de análise aborda a mudança social no meio rural brasileiro pela tradição política do tipo patriarcal, ancorada no clássico da sociologia compreensivista de Max Weber,⁹ como obstáculo não só às transformações estruturais, mas, fundamentalmente, às mudanças de natureza sociocultural. Nesse campo, essa perspectiva contempla que a alteração das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade esbarra em mecanismos de dominação sociocultural construídos historicamente por privilégios que sustentam suas posições.

Como observado por Furtado (2009) ao examinar os problemas do desenvolvimento nacional pela ótica da acumulação, numa busca de desvendar a racionalidade econômica que

⁹ É nas relações sociais que Weber (1982) percebe três tipos de dominação: o poder racional ou legal, onde se criam manifestações de legitimidade à noção de competência; o poder carismático, a partir de atributos pessoais; e o poder tradicional, ligado à noção de privilégios.

orienta o processo de industrialização nacional. Sua abordagem privilegia as relações de causa e efeito entre a expansão das forças produtivas e a modernização dos padrões de consumo.

De acordo essa perspectiva, o subdesenvolvimento é produto de uma situação histórica, que divide o mundo em uma estrutura “centro-periferia”, e de uma opção política que subordina o processo de incorporação do progresso técnico ao objetivo de copiar os estilos de vida das economias centrais, pensamento esse que leva às interpretações de Furtado (2009) sobre os determinantes das desigualdades regionais e para formulação de políticas de desenvolvimento para regiões menos desenvolvidas.

Ao colocar o Nordeste no centro do debate, Furtado (2009) analisa a paradoxal dinâmica do “complexo econômico nordestino”, a crise do setor açucareiro e a expansão da pecuária extensiva, ambos haviam condenado a região a um processo de involução econômica. O Sudeste se industrializava e o Nordeste se consolidava como a grande área – problema.

Conforme as análises de Furtado (2009), no período compreendido entre os anos de 1946 e 1957, o desequilíbrio regional Nordeste/Centro Sul se acentua, sendo que o aspecto nodal da questão é o de a estrutura agrária funcionar como um bloqueio à industrialização regional, e não o de estar a agricultura nordestina estagnada ou em crescimento. Além de considerar, que até o fim da década de 50 a economia nordestina não se configurava como um entrave ao desenvolvimento do país, mas ganha forma com o resultado da política de 1958, quando há uma queda do maior controle do coronelismo e clientelismo da região, que representavam, em última instância, os interesses do governo central. .

Entre os anos de 1958 a 1964, Furtado (2009) liderou uma série de conhecimentos e praticas, dentre eles o estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste, que apontou que melhorando as instituições nas áreas do Polígono das Secas e reduzindo ou eliminando os desperdícios das atuais fontes de recursos, incluindo os financeiros; bem como o Relatório do Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), documento este que teve como objetivo analisar o regional dentro do nacional, e não o contrário.

Ambos diagnósticos analisaram a questão do subdesenvolvimento do Nordeste e apontou para uma negação do problema econômico e social ser consequência das secas, passando a negar as soluções hidráulicas, como construções de açudes pelo Departamento Nacional de obras contra as Secas (DNOCS) que somente beneficiaria os proprietários de terras, ao contrário apontou que o subdesenvolvimento do Nordeste seria provocado por problemas histórico-estrutural particular e que só se pode ser superado por transformações

estruturais. Esse diagnóstico serviu de base para a elaboração das diretrizes da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

A criação deste órgão representou as bases para a superação do dramático problema social e econômico do Nordeste, a nível administrativo, estaria de acordo as propostas do Governo de Juscelino Kubtschek, uma forma de diminuir a oposição dos grupos que ofereciam maior resistência, na medida em que o governo mantém na região os órgãos federais e estaduais ali já existentes, subordinando-os ao novo centralizador das atividades ali desenvolvidas.

Nesse período, para o Estado desenvolvimentista a ideia era direcionar a discussão no sentido de verificar o tipo de relação existente entre a estrutura agrária nordestina e o desenvolvimento industrial brasileiro, levando o Nordeste a ter uma participação ativa nesse processo como uma região fornecedora de capital e mão-de-obra para o desenvolvimento do centro-sul.

A dualidade de transferência de renda do Nordeste para com o exterior era para beneficiar as importações do centro-sul do país, a proteção cambial e a manutenção de uma economia primária no Nordeste faziam com que este importasse bens industrializados do centro-sul, a preços mais altos que os do exterior, e exportasse matérias-primas e alimentos para este. Esse duplo mecanismo de transferência provocava na economia nordestina um efeito semelhante ao efeito dos países centrais sobre a periferia. Furtado (2009) alegava que a transferência para o Nordeste tinha um caráter assistencial, era destinada ao consumo pessoal, sem criar capacidade produtiva.

Furtado (2009) apontou como saída para os problemas relativos ao atraso, à seca no Nordeste, posto que sua distância para o sul só aumentaria a criação de diretrizes Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDN), contidas no GTDN, sintetizadas em quatro grandes programas: industrialização; transformação da agricultura da faixa úmida; transformação da economia do semiárido e deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão, o argumento era reforçado pela problemas climáticos e pelas limitações de terras agricultáveis com os padrões tecnológicos da época.

Há que se colocar um agravante histórico para o Nordeste brasileiro, a distribuição de terras é muito desigual, como revela o Coeficiente de Gine de 1992, que era de 0, 7918 conforme cálculo realizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 1992, os estabelecimentos rurais no Nordeste com menos de 50 hectares representam 75% dos números de imóveis, sendo a área por eles ocupada correspondente a apenas, 12% da área total; por outro lado, os imóveis com área superior a 200hectares, representavam 7% dos

números de imóveis e ocupavam 68,6% da área total e 65% da área aproveitável para agricultura no Nordeste, em 1992, era ocupada por imóveis igual ou superior a 200 hectares de terras.

Além da desigualdade do acesso a terra, a situação é agravada pela instabilidade do trabalho assalariado temporário. Ainda de acordo com o INCRA (1992) nas propriedades de até 50 hectares predominavam os trabalhadores que exploravam diretamente a terra, nas condições de proprietários e parceiros, enquanto naquelas áreas com 200 ou mais hectares predominavam o trabalho assalariado ou algum sistema de parceria ou outro sistema.

Para Caporal e Costabeber (2000), nos anos recentes, as motivações para o reaparecimento do debate sobre desenvolvimento rural, estão ligadas à aparente impossibilidade de desenvolvimento ou, pelo menos, o questionamento sobre a sua materialização, devido aos novos processos sociais e econômicos de globalização, vez que no passado, a roupagem sobre o rural foi de peça dependente de novos interesses, classes e formas de vida e consumo. O processo de mudança produtiva na agricultura convencional estaria voltado para a absorção de novas tecnologias do padrão tecnológico da Revolução Verde, com o aumento da produtividade, uma suposta e virtuosa associação com o aumento de renda familiar, e o desenvolvimento em áreas rurais como consequência do processo maior, este desenvolvimento já se demonstram insuficientes para dar conta das desigualdades e da exclusão social.

Schneider (2010) ao apresentar um panorama sobre o desenvolvimento rural apontou, com base na literatura da área, a importância da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador para as economias locais, em consonância com o ponderado em Veiga (2002) e Abramovay (2000). A partir desse enfoque, seus trabalhos passaram a dialogar com as noções de desenvolvimento territorial no Brasil. Veiga (2002) fez um esforço em explicitar que o território rural brasileiro é maior do que as estatísticas oficiais mostram e com dinâmicas poucos conhecidas. O autor pondera que é preciso conhecê-lo para propor estratégias de desenvolvimento rural que ofereçam possibilidades para sobrevivência dos municípios de predomínio rural, e que tais estratégias devem vir de arranjos institucionais entre as esferas municipal, estadual e federal. Já para Abramovay (2000) o território é um recurso que precisa ser valorizado e vendido, conforme o autor se constrói da seguinte forma:

Na capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis – que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência

de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional. (ABRAMOVAY, 2000, p. 9).

Veiga (2002) e Abramovay (2000), em seus estudos, mostraram que não é mais possível compreender os espaços rurais exclusivamente a partir do setor primário. Estes estudos mostram que boa parte dos empregos e da atividade econômica das regiões rurais não está mais na agricultura. Os mesmos corroboram com o preconizado por José Graziano da Silva, ainda nos anos 1990, que chama a atenção para a importância das chamadas rendas não agrícolas e para a estrutura das rendas das famílias rurais. Ambos os estudos quebram com a associação entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural.

Ainda em Silva (2001), a marcação da existência de famílias pluriativas que promoviam a integração entre agricultura, comércio e serviços, e a interespacial (rural com o urbano), está ligada ao *continuum*, uma crítica à modernização conservadora que produzia uma fissura entre a questão agrária e agrícola. A esta relação o autor atribui o termo *rurbano*, e neste a visão do planejamento deve ser ampliada, no sentido de pensar as relações entre os campos e as cidades, a agricultura familiar e seu entorno. Acrescentam-se também os estudos de Wanderley (1996) que desvelam o complexo de relações que cerca os grupos familiares e suas formas de apropriação do espaço, que faz do rural não somente um lugar de produção, mas de moradia e de vida, o que faz do desenvolvimento rural não uma associação ao processo de urbanização, nos termos de superação do rural, mas de se dar ênfase às qualidades desse rural (WANDERLEY, 1996).

Contudo, para as perspectivas de força da tradição e limites históricos e sociais, Martins (1999, 2003) afirmou que o processo de mudança social no meio rural brasileiro é obstaculizado pela tradição política de tipo tradicional e patriarcal. Nesse campo, as condições e possibilidades de desenvolvimento rural e a alteração das condições de vida das populações, em contexto de privação ou dependência, esbarram em mecanismos de dominação social e cultural que são construídos historicamente por elites locais, visando legitimar o seu poder e manter os privilégios que sustentam as suas posições. Sobre essa visão, a autonomia está na possibilidade, pois quanto mais organizadas as populações estejam, mais terão como construir espaços socialmente, a partir de demandas locais e autônomas.

Segundo Favareto (2015) os discursos que se somam às narrativas hoje predominantes na sociedade brasileira sobre a estrutura e o sentido das mudanças no meio rural influenciam a formação de discursos e a percepção dos caminhos pelos quais se pode levar ao desenvolvimento das regiões rurais, tendo em mente que o papel da agricultura familiar tem um longo caminho a percorrer.

Então, não seria errado mencionar a existência de duas narrativas que dualizam as formas de compreensão do papel e as possibilidades da agricultura familiar e os caminhos possíveis de desenvolvimento rural, impondo-se o questionamento sobre que tipo de desenvolvimento se quer. Se um desenvolvimento de grandes holofotes ou um que dê perspectivas aos (as) agricultores (as) permanecerem no meio rural, com suas práticas tradicionais.

Conforme Favareto (2015) o desenvolvimento rural envolve o desenvolvimento agrícola, pois é algo mais amplo. Nesta visão os planejamentos precisam levar em consideração as relações entre o meio rural e as cidades, a agricultura familiar e seu entorno; dito de outra forma há uma correspondência inversa entre o desenvolvimento agrícola e a inclusão das pessoas pelo trabalho agropecuário, pois a agricultura moderna resolve a questão da terra do ponto de vista da sociedade moderna, pondo a propriedade a serviço da produção. Assim também é a concepção de Santos (2000) na construção de um modelo que seja revelador das identidades da população local, ou seja, que dê voz aos anseios dessas populações, populações conscientes de sua realidade e da importância da educação como transformação.

Sobre o desenvolvimento territorial, parece existir uma substituição do Estado (“que se foi”) por uma junção de forças sociais e políticas (abstrato) que passa a ser chamada de território; sobre o termo território, enquanto conceito e categoria de análise, desembocam distintos conhecimentos. Daí, o que se entende é que os atores sociais estão cada vez mais subsumidos em territórios, reguladores autômatos das relações, dotados da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Nesse sentido, as ações do Estado são pressupostas e não propositivas. Sendo assim, “o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como ente mercadejado, passivo [...] O que é fruto de relações sociais aparece como relações entre objetos [...]” (BRANDÃO, 2007, p. 49-50).

Para Saquet (2007), o território é produzido no tempo e no espaço pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Pensar o território é percebê-lo por meio de várias lentes, “culturais, geográficas, econômicas e políticas, de modo que a sua delimitação deveria representar um espaço historicamente construído, reconhecido pela sua população enquanto elemento definidor de uma identidade coletiva.” (CAVALCANTI, 2014, p.30), a fim de incluir os atores locais mais periféricos nos espaços de governança do território, para que a identificação coletiva possa dar aporte estrutural para a sustentabilidade.

Uma lente complementar para compreender a dinâmica dos territórios é elencada por Sabourin (2012) cujo autor traz elementos para tratar questões do desenvolvimento rural para além dos aspectos socioeconômicos ou baseados no princípio da troca mercantil, pois o objeto das políticas públicas para agricultura familiar é de característica mista, nega a existência estruturante da reciprocidade econômica não reveladora da lógica da troca no mundo rural brasileiro, em que sistemas econômicos e sociopolíticos nos quais praticas e relações de troca e de reciprocidade coexistem.

Nesse sentido, promover o desenvolvimento rural sustentável a partir do Estado requer considerar a capacidade interventiva (orientação) de profissionais que desempenham as mudanças propostas em termos de políticas públicas (DIAS, 2008).

Esse debate veio pelo entendimento das consequências do modelo de agricultura empresarial difundido por políticas agrícolas no Brasil, visto que modernização foi feita sobre o comando da terra, pelo e para os proprietários fundiários e ainda pela sua transferência pelos diferentes territórios do país. Posto a organização setorial dos ministérios levar a uma separação das políticas agrícola, social e ambiental e especialização das secretarias em função dos públicos-alvo.

Em termos de configurações sociais não há apenas uma dualidade entre agricultores familiares (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) e agricultores patronais (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), mas há também uma pluralidade de políticas e ministérios intervindo no mundo rural, de maneira que as secretarias dos ministérios são divididas entre as equipes de acordo com uma política clientelista, baseadas numa relação de reciprocidade centralizada e assimétrica, a partir de um centro de poder (SABOURIN, 2011a).

E para compreender essa relação que se busca entre o Estado e participação de atores locais, através de seu instrumento de extensão rural é preciso compreender em que nível essa participação dos atores locais questiona a estrutura produtiva ancorada no capital.

Daí porque trazer a perspectiva da PNATER, pois é um instrumento criado para alcançar os anseios das populações rurais, objeto dos movimentos sociais, que trazem a reivindicação de participação no processo de desenvolvimento do campo.

No Brasil, surgiram movimentos de agriculturas alternativas ao convencional, com diversas correntes de atuação, com diversas denominações para diferentes sistemas de produção, buscando alternativas para minimizar a artificialização do ambiente natural pela agricultura (SCHIMITT, 2009).

Assim, desde o seu início, no Brasil, a extensão rural tem acompanhado as diferentes concepções políticas sobre meio rural, missão institucional, intervenção, desempenho funcional, entre outros, e foi fortemente incentivada tanto pela política de crédito estimulada quanto pela transferência de pacotes tecnológicos.

No texto: *Campesinato e Reenquadramento Institucionais: Agricultores Familiares em Cena*, de Neves (2005, p.), apresentou-se uma análise sobre os processos de constituição das formações de categorias socioprofissionais de agricultores familiares, como os agentes, indicando que “as formas de percepção do mundo que organizam as relações no campo de produção intelectual assim delimitado, constituídos relacionalmente, dependem das condições como os agentes aí representados investem no próprio reconhecimento social e político.”

A análise de Neves (2005) conduz à consideração, historicamente, de que os condicionantes e as possibilidades de desenvolvimento rural, em consonância com Navarro (2001), que a ATER em seu contexto e em sua execução histórica, projetaram as formas de intervenção para o desenvolvimento que satisfizesse o avanço da industrialização do país (*input*), sendo, dessa maneira, incorporadas à agricultura a mecanização do campo e a adição de fertilizantes e insumos agrícolas, sendo estabelecidas em âmbitos de conveniência do capital internacional, como também pelos jogos de interesses e poderes das elites políticas do país. Neste aspecto, é preciso entender a extensão rural sob campo de disputa hegemônica do Estado e suas estratégias para promover desenvolvimento de territórios.

Apesar dos desdobramentos ao longo de mais de meio século de atuação, mesmo quando a conjuntura do Estado, na década de 1990, abriu espaços para uma ATER pluralista, após a retirada de investimentos da esfera federal, momento em que se alocaram espaços para a atuação de ONGs e empresas privadas, a atuação da ATER continua sendo problematizada pela sua forma de (inter) ação (NEUMANN, 2015).

É sabido que o modelo de ATER público, adotado nacionalmente, enfrenta críticas de que seu modo de atuação está esgotado e que não corresponde às necessidades dos agricultores (NEUMANN, 2015). O Brasil, diferentemente de outros países, optou por esse sistema que se sobressai por duas vias: a de atendimento aos assentamentos, coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a assistência técnica social e ambiental, voltada para assentados da reforma agrária; e a outra, coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA/ DATER), destinada aos demais agricultores familiares.

Nesse sentido, as abordagens do desenvolvimento rural sustentável, que tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de

suporte dos ecossistemas, e as pessoas que ao mesmo tempo são beneficiárias são instrumentos do processo, sendo seu envolvimento fundamental para o alcance desejado (ASSIS, 2002). A busca de autoregulação dos agroecossistemas como forma de atingir a sustentabilidade coloca em ênfase não somente os parâmetros agrônômicos e ecológicos, mas, também, nas questões socioeconômicas. Porém, para o tema da sustentabilidade se destacam duas correntes. Uma ecotecnocrática, em que se ressalta a necessidade de uma nova ordem de organização social, na qual o centro de decisões seja ditado pelo poder econômico, mas que outros segmentos possam exercer, de fato, controle sobre seu futuro. Sobre essa abordagem Sanches (2000) chama atenção para evitar o crescimento imitativo, e que as soluções devem ser encontradas localmente ou adaptadas às realidades locais, a fim de evitar o aprofundamento das desigualdades sociais e degradação ambiental.

E outra ecossocial, que se associa não de forma natural à agroecologia, mas somente quando o debate sobre crise ambiental chega ao espaço rural, quando este já não é mais restrito aos problemas ambientais. Essa noção se opõe à “ciência convencional”, mas considera o conhecimento tradicional como componente étnico essencial reproduzido pela identidade sociocultural da qual emerge. Essa corrente amplia o conceito de sustentabilidade com a dimensão sociocultural desse processo, pois considera que a agricultura é algo mais que uma atividade econômica, tem uma origem específica nas formas de conhecimento, produção, costumes, etc. Esses conceitos específicos dos agricultores são úteis para a conservação da diversidade cultural e a etnodiversidade.

Com essas noções passa-se a perceber que o desenvolvimento sustentável é ambíguo e que para se operacionalizá-lo é preciso relacioná-lo não apenas com a sustentabilidade econômica, mas também à sustentabilidade socioambiental e cultural das sociedades, a fim de se “buscar a construção social de contextos sociais de sustentabilidade no curto, médio e longo prazo, cabendo à extensão rural um importante papel neste processo.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 17).

Entender que a agricultura também é um processo social; é compreender que para pensar as políticas públicas para o rural que atendam às demandas sociais e econômicas e culturais é romper estruturas pautadas numa relação conflituosa que se embasaram numa relação do homem com a natureza em busca de conhecimento e tecnologia, estabelecendo relações de avanços, mas também de retrocessos.

Essa ideia contempla o debate proposto por Santos (2000) em que questionar se neste início de século estamos vivendo um processo de transição de paradigmas, visto que se presencia um mundo mais repleto de dúvidas que certezas. Lançada a ideia de Santos (2000),

busca-se um entendimento pelo “olhar” social, posto que a sociedade no que se pauta hoje (Estado mínimo, acúmulo de capital, políticas sociais focalizadas, entre outros) não tem correspondido aos anseios de uma vida de dignidade e direitos e também de outras dimensões constitutivas da sociedade. Como aponta Santos (2000), estamos desde os séculos XVI e XVII baseados num paradigma sociocultural em que as bases se assentam numa sociedade reguladora. O autor faz críticas de que todo novo conhecimento deve se pautar pela mudança de conhecimento, conforme apresenta:

O conhecimento - regulação cujo ponto de ignorância se designa por caos e cujo ponto de saber se designa por ordem e o conhecimento – emancipação cujo ponto de saber se designa por colonialismo e cujo ponto de saber se designa por solidariedade. (SANTOS, 2000, p. 29).

Compreende-se então que conhecer é progredir, emergir o outro da condição de objeto para sujeito, sujeito este construtor e protagonista de sua própria história no âmbito das relações sociais.

Ao reputar a situação dos agricultores familiares camponeses de Bom Jesus-PI, bem como a importância do processo educativo para a sociedade, reconhece-se que a extensão rural contribui para o desenvolvimento rural sustentável e territorial na atualidade, pois é importante meio para viabilizar as práticas agroecológicas aos agricultores familiares. Aqui, colocando em evidência o campo de disputa que se travam a se propor um desenvolvimento ecossocial, pois à medida que há dificuldades, principalmente no que tange aos discursos das agências que planejam e implementam o desenvolvimento rural, fator que é agravado quando o desenvolvimento agrícola implica em tratar a cultura rural como mercadoria para vender para o urbano, pois já se tem um histórico de subordinação econômica e depreciação social e cultural do urbano para o rural (DE PUERTA, 1996).

Em âmbito de participação social a nível de ação política, pode ocorrer de muitos dos problemas e necessidades de tipo técnica e social não tenha solução dentro de determinado modelo de desenvolvimento agrícola sustentado pelo poder público.

No caso da realidade do município pesquisado, com a implantação da modernização da agricultura e, esse tipo das ideias que aproximam a industrialização à agricultura e nos seus tipos de processos. O ponto de conflito está nos incentivos de créditos rurais pela esfera Estatal e aquisição de terras pela esfera privada como suporte para uma modernização da agricultura nos cerrados do Piauí, por um lado e do outro a ausência de um Estado fiscalizador atuante.

2.3 Desvendando o campo e o objeto via metodologia

A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa (GOLDENBERG, 2001), cuja opção pode ser justificada pelo fato de permitir uma melhor observação das dinâmicas sociais, lógicas de ação e relações entre entidades, técnicos e agricultores.

O trabalho tem caráter compreensivo/explicativo, daí porque o campo metodológico far-se-á sob a perspectiva epistemológica da dupla hermenêutica, com o intuito de compreender as mudanças, relações, mediações e contradições nas relações dos (as) agricultores (as) familiares com os extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Bom Jesus-PI, em seus processos sócio-históricos (GIDDENS, 1989).

O enfoque da realidade do município a que se destina o estudo parte do princípio de que essa área tem uma dinâmica interna que pode ser particularizada. Porém, não se exclui do estudo o fato de que essa prática é constantemente influenciada por um contexto maior. Então, foram utilizadas informações referentes ao contexto histórico, a partir de informações secundárias do Censo Demográfico de 2010.

Para desvendar o objeto estudado, far-se-á necessário um exame a partir do campo epistemológico que ultrapasse as ilusões das aparências e os sinais exteriores da cientificidade, pois, segundo Bourdieu (1989), uma prática científica que se esquece de se colocar em questão não sabe, a bem dizer, aquilo que anda a fazer. Portanto, buscar-se-á classificar o objeto de estudo para legitimar a sua objetividade, uma vez que são subjetividades estruturantes.

O uso das categorias *habitus*, campo e capitais, em Bourdieu (1989), foram discutidos para o reconhecimento do saber fazer dos agricultores (as) e de suas trocas de conhecimentos com instituições encarregadas da produção especializada de conhecimentos técnicos e científicos. Outrossim, para captar como as percepções dos intermediadores se refletem nas dinâmicas sociais¹⁰ (CARNEIRO, 2002) com os elementos constitutivos da identidade dos atores do processo e, simultaneamente, a especificidade da agricultura familiar no campo em estudo.

¹⁰Intensificação das trocas entre campo e cidade como, por exemplo, a pluriatividade e a utilização do saber tradicional.

Para a obtenção de informações primárias, escolheu-se, conforme a estrutura administrativa da EMATER-PI,¹¹ a gerência regional de Bom Jesus e dentro dessa área, atores beneficiários dos serviços de ATER. O número de agricultores familiares interlocutores da pesquisa deu-se mediante o diagnóstico do total de público atendido pela ATER pública, que, na época da pesquisa, totalizava 850 famílias agricultoras atendidas, dentre os diversos campos de atuação da instituição¹². Por conseguinte, buscou-se identificar os que são caracterizados pela diversificação da produção familiar, de forma a obter o quantitativo final com maior riqueza de informações.

Para a pesquisa bibliográfica, os temas estudados foram: o desenvolvimento rural e seus desdobramentos; a agricultura familiar; e a agroecologia. A autora procurou identificar as principais concepções teóricas sobre esses temas e fazer as correlações entre eles, para realizar uma sequência lógica que permita proposições à extensão rural. A pesquisa bibliográfica segue orientações de Gil (1996), no sentido de observar as contribuições antes pesquisadas por diversos autores sobre determinado assunto, de acordo com os objetivos da pesquisa.

O universo da pesquisa englobou dez agricultores (as) familiares¹³, em que o acesso ao campo empírico inicialmente foi mediado por representantes da EMATER, instituição pública responsável pela execução dessa política no município estudado e posteriormente, reconhecido pelos (as) próprios (as) agricultores (as). Para tanto, foram aplicados os roteiros de entrevistas semiestruturadas com os técnicos-extensionistas a fim de caracterizar os (as) agricultores (as) em estratos sociais idealmente homogêneos, mas que fossem representativos da heterogeneidade dos atores da região (PEREIRA, 2004; MANZINI, 2004; TRIVINOS, 1997). Como modelo do quadro de perfil das famílias entrevistadas e técnicos-extensionistas, utilizou-se a construção do perfil de entrevistados da tese de Costa (2014).

A definição da amostra está ligada ao processo de transição agroecológica de interlocutores que dialogam com a PNATER, o que permitiu caracterizar os (as) agricultores

¹¹A EMATER tem escritório municipal nos 224 municípios do Estado do Piauí. Estes vinculam-se às 17 gerências regionais do EMATER-PI que estão distribuídas nos territórios da cidadania do Estado. O território Chapada das Mangabeiras (extremo sul do Estado) é composto por duas gerências regionais do EMATER. Ver mapa da divisão do estado em Territórios da Cidadania, Anexos.

¹²Programas Seguro Safra, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Crédito Fundiário e outros capazes de acelerar as mudanças no meio rural.

¹³A amostra foi definida de acordo à abordagem qualitativa, baseada no princípio que à medida que as respostas dos entrevistados vão se assemelhando ou provocam certa repetição, com base nos objetivos propostos no roteiro de entrevista, das práticas sociais dos agricultores que parte da lógica das práticas dos agricultores numa perspectiva para pensar a agroecologia (MINAYO, 1996).

(as) em conversão (independentemente de estarem envolvidos em processo de certificação). Os sistemas diversificados na escala da agricultura familiar foram utilizados para aquelas cuja racionalidade está baseada na produção que mais se aproxima do modo tradicional de relações do homem/ambiente ou agroecológicos, destacando a combinação entre cultivos e criações mais significativos obtidos pela entrevista semiestruturada. Com base nesses dados foi elaborado o mapa de associação de ideias, conforme Spink (2000).

Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco técnicos-extensionistas, sendo quatro que atuam na região como extensionistas da ATER pública, e um técnico-extensionista da EMATER - escritório central território Médio Parnaíba - para diagnóstico da ATER no Estado do Piauí e de suas ações em nível de implementação da PNATER (nesse caso, o objetivo foi acompanhar as dificuldades identificadas na implementação do processo de transição agroecológica entre os extensionistas e como eles estão colocando em prática os princípios agroecológicos presentes na PNATER).

Quadro 1 - Números de famílias camponesas e técnicos entrevistados.

Família “Retirante e Empreendedora”

Manoel¹⁴ (56 anos) e Regina (52 anos) têm 5 filhos, todos casados; além dos filhos Manoel e Regina têm 4 netos. Residem desde 2012 numa propriedade de 4 hectares localizada no povoado Eugenópolis, onde construíram suas casas (habitações modernas), cada filho tem sua residência própria, são naturais do município de Bom Jesus, moraram 50 anos no povoado Corrente dos Matões. A família desempenha conjuntamente as atividades agrícolas de produção de hortaliças, de onde retiram os seus sustentos.

Família “Brejo”

Antônio (61 anos) e Cecília (58 anos) têm 5 filhos, saíram do Riacho dos Cavalos (área de brejo de buritizal) para estudar e trabalhar em Bom Jesus. Somente Cecília recebe a Previdência Social Rural.

Família “Águia”

¹⁴As identidades dos entrevistados foram preservadas com a utilização de nomes fictícios.

Francisco (49 anos) e Laura (48 anos) trabalham numa área de 2 hectares (própria) no povoado Gruta Bela e têm 4 filhos, 02 são adolescentes e 02 são casados que ajudam na execução das atividades na unidade familiar e de produção. Foi contemplado há 8 anos com o Programa PAES do SEBRAE, possui cadastro no Programa de Aquisição e Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), acessa o Agroamigo. Francisco exerce também a função de tratorista em Projetos de Soja na Serra do Quilombo.

Família “Boiadeiro a Assalariados”

Marcelo (50 anos) e Maria (39 anos) têm 6 filhos, 02 jovens que estudam e trabalham na sede do município de Bom Jesus e 04 crianças. Marcelo e Maria trabalham na propriedade de 4 hectares adquirida pela herança paterna de Marcelo. No povoado Pica-pau, Marcelo foi presidente da Cooperativa de Leite D. Cota, que foi desinstalada há 10 anos. A família é beneficiada com o Garantia-Safra, e o Programa Bolsa Família (PBF) referente a seus filhos em idade escolar.

Família “Semeador e Negociantes”

Antônia (54 anos) e Juliano (63 anos) trabalham numa área de 10 hectares na localidade Pica-pau, têm 4 filhos, todos com formação superior e empregados em suas respectivas áreas de formação. Antônia é feirante na feira tradicional do município.

Família “Buritirana e Associativos”

Jéssica (56 anos) e seis filhos. Jéssica e José recebem a Previdência Social Rural. Jéssica recebe a Previdência Social Rural. É também presidente da Associação de Moradores do assentamento.

Família “Mangabaranas e Mangabeirinhas”

Marisa (56 anos) tem um filho, juntos trabalham um lote do Assentamento Rio Preto. Marisa

é sindicalista, na ocasião da pesquisa era Secretária de Políticas Públicas do sindicato, é presidente da Associação de moradores do assentamento.

Família “Parceiros e Eficientes”

Joelma (43 anos) e Durval (46 anos) têm cinco filhos, três são casados, trabalham por conta própria, mas final de semana e feriados estão sempre ajudando. Joelma e Durval juntos compartilham o trabalho com outras pessoas numa propriedade cedida para uso comum de hortas mandalas¹⁵.

Família “Parceiros e Economia Solidária”

Carmelita (61 anos), é viúva, recebe a Previdência Social, tem oito filhos. Trabalha dois lotes de terra cedida em uma fazenda com o filho de 18 anos.

Família “Empreendedores e Interação Solidária”

João (42 anos) e Ana Clara (38 anos) juntos têm quatro filhos, ambos estudantes. Um cursa engenharia agrônoma na UFPI. O casal mora na localidade Piripiri desde que nasceram, cultivam hortaliças em sua propriedade, a terra é herança paterna de seu João.

Luis (40 anos) é técnico agrícola, extensionista da EMATER-PI/BJ, trabalha há 10 anos na empresa pública. Responsável pelo cadastramento do Programa Garantia-Safra, emissão da Declaração de Aptidão de Produtor (DAP) e extensão em agroecologia.

Guilherme (38 anos), engenheiro agrônomo, extensionista da EMATER-PI/BJ há 10 anos, desenvolveu a pesquisa sobre compostagem de solos no mestrado em Solos pela UFPI.

¹⁵Um sistema de hortas de bases agroecológicas, que contempla a agricultura familiar e incentiva a produção de hortaliças e galinheiros pela adubação orgânica, dispostos no formato de mandalas.

Jorge (40 anos), biólogo, mestre em solos, extensionista da EMATER- PI/BJ há 12 anos, responsável pela elaboração dos Projetos de Crédito Fundiário.

Maurício (42 anos), técnico agrícola, extensionista da EMATER-PI/BJ há 10 anos, na ocasião da entrevista desenvolvia a pesquisa sobre pastagem e cobertura de solo.

Vicente (56 anos), engenheiro agrônomo, extensionista da EMATER-PI/BJ há mais de 30 anos no escritório central (Teresina).

Fonte: adaptações e resistências dos (as) agricultores (as) familiares à transição agroecológica em Bom Jesus-PI.

Além disso, utilizou-se de observação direta, pois esta permite captar informações por meio dos sentidos, julgá-las sem interferência e registrá-las (LAKATOS; MARCONI, 2003); diário de campo como instrumento de registros auxiliares na rememoração e construção de dados durante todo o processo da pesquisa (BRANDÃO, 1982; WHITAKER, 2002); assim como registros fotográficos para fortalecer os laços entre pesquisador e pesquisados, abrindo um campo de diálogo, de expressão e memória, e de reflexões dos informantes sobre as imagens devolvidas, isto é, propõem a construção de interpretações a partir da imagem transmitida (MARTINS, 1981).

Partindo-se das primeiras reflexões sobre os materiais coletados, na segunda fase do trabalho de campo, buscou-se ainda através da observação direta, em cuja oportunidade foram realizadas entrevistas informais com os (as) informantes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações de trabalhadores rurais, a Universidade Federal do Piauí (Campus CinobelinaElvas) e o SEBRAE de Bom Jesus-PI, rediscutir os perfis e obter dados mais específicos, a exemplo de agricultores que desenvolvam atividades de base ecológica ou sustentável.

Tais ferramentas complementaram as entrevistas, de modo a capturar os elementos que por ventura não ficaram tão evidentes nas gravações e nos questionários, mas que variavam conforme o andamento do diálogo em cada estabelecimento, como os papéis exercidos pelos membros das famílias e a postura de uns em relação aos outros. Da mesma forma, foram

anotadas as percepções sobre a própria metodologia utilizada durante o trabalho, de forma a refinar o método para o cumprimento dos objetivos da pesquisa. No tratamento dos dados obtidos pelo trabalho de coleta em campo, foram feitas as transcrições de entrevistas e diários de campo, mapeando-se no conjunto de informações os itens que foram incluídos como variáveis para que permitam a associação de ideias (SPINK, 2000).

Igualmente, na construção de dados, empregou-se análise de documentos (MAY, 2004), principalmente da PNATER, e registros de relatórios de trabalhos da EMATER de Bom Jesus-PI. No que se referem aos relatórios, estes foram feitos após a leitura das diretrizes da PNATER e as visitas ao campo de estudo, qual seja a EMATER, a partir de entrevistas com os extensionistas e conversas com os agricultores familiares.

Durante e após a pesquisa de campo, deram-se a transcrição das falas (WHITAKER, 2002), a sistematização e a análises de dados, por intermédio de mapas de associações de ideias (SPINK, 2000). As entrevistas com técnicos permitiram perceber o discurso institucional, se estão pouco ou muito alinhados com as diretrizes da PNATER, e como utilizam essa política enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento rural, correlacionando esses dados com aqueles obtidos a partir da entrevista com os agricultores, a qual possibilita apreender a cultura do lado de dentro, absorvendo como os (as) agricultores (as) constroem a sua identidade, como eles utilizam essa política pública para a reprodução social e/ou manutenção e inserção no mercado. Em outras palavras, com esses caminhos tencionou-se alcançar o modo como se dão as práticas sociais de adaptação e/ou resistência ao processo de transição agroecológica de agricultores (as) familiares que dialogam com a política de ATER, em Bom Jesus-PI.

Salienta-se ainda que, com esses procedimentos, objetivou-se acompanhar constantemente a realidade estudada, com referência à política em tela e aos atores envolvidos no processo, de forma que permitiu uma melhor apreensão e compreensão do objeto da pesquisa. O objeto de pesquisa, embora tenha sido definido no início, não se constituiu em uma camisa de força, podendo, devido às dinâmicas sociais, ter sofrido ajustes (BRUYNE et al., 1991).

2. EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM PERCURSO DE AVANÇOS E RECUOS

O objetivo desse capítulo é buscar na literatura a fundamentação teórica acerca de como vem se construindo a relação entre o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública e os agricultores familiares ao longo dos anos até a implantação da PNATER, partindo-se da apresentação do marco inicial e seguindo com a visão de sociedade dos extensionistas e ação em relação ao público atendido pelo serviço, de acordo alguns pesquisadores e a percepção atual em torno da ATER que fazem pensar na relação com a transição agroecológica.

2.1 Panorama histórico da extensão rural no Brasil e no Nordeste

Os serviços de ATER são pontos-chave para se pensar historicamente em aprimoramento das formas de produção¹⁶ do capitalismo moderno. A extensão rural, como é conhecida, está associada às diferentes concepções do modo de produção agropecuário. Em seu processo interventivo, estabelece a comunicação entre o desenvolvimento tecnológico, o (a) agricultor (a), os centros de pesquisas e ensino. Muitos estudos indicam que esse regime prosseguiu de maneira controversa aos anseios das populações locais ou ao desenvolvimento rural.

Destacam-se aqui as definições de Figueiredo (1984) para quem a extensão rural é um serviço de assessoramento a agricultores, às suas famílias, aos seus grupos e às suas organizações, nos campos de tecnologia da produção agropecuária; administração rural; educação alimentar, sanitária e ecológica; associativismo; e ação comunitária.

Importa evidenciar, igualmente, a ótica de Freire (2002), de acordo com a qual a extensão é colocada como ato de educação em uma perspectiva humanista, visto que de todas as formas como o termo se apresenta imprimem ações que transformam o (a) agricultor (a) em coisa, concebendo a extensão como antidialógica, pois visa a estender, transferir.

¹⁶ O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual, em geral. Marx (2008) destacou o progresso na formação econômica da sociedade, nos diversos modos de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, pois provém de condições sociais de vida dos indivíduos. Marx (2008) afirma existir uma determinação causal na base sobre a superestrutura, enquanto há apenas uma influência da superestrutura sobre a base. Isso significa que os fatores materiais são dominantes, mas de forma alguma seria correto negligenciar ou desprezar os fatores ideais. Partindo-se da análise dialética, as ideias e as atitudes provocam ações e produção sem, porém, esquecer o fato mais importante, que são estas ações e produção que determinam as ideias e atitudes.

Freire (2002) tem a preocupação de estabelecer uma reflexão sobre a práxis, de tal forma que sanciona que a extensão está distante da educação, mais ligada a um processo de invasão cultural e manipulação, por basear-se em substituição de uma forma de conhecimento por outra. Propõe a comunicação como termo mais apropriado para uso por profissionais que se apresentam como agentes de desenvolvimento.

A extensão rural esteve baseada em uma concepção de educação bancária, na qual os educadores são os depositários e os educandos, depósitos. Freire (2002) considera o homem um ser do trabalho e da transformação do mundo, e identifica o mundo humano como histórico-cultural. Nesse âmbito, questiona a atuação profissional com relação ao compromisso e ao diálogo entre os profissionais e os agricultores, para que as trocas possibilitem a sua emancipação:

Embora as ações extensionistas estejam registradas na Antiguidade, contemporaneamente, o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas, na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecida como *land-grandcolleges*, consolidou, naquele país, pela primeira vez na história, uma forma institucionalizada de extensão rural. (PEIXOTO, 2008, p. 7).

Para Peixoto (2008), após a implantação do modelo americano de extensão rural muito se conceituou sobre o assunto, que pode ser compreendido sob três formas distintas: como processo, como instituição e como política. Como processo, a extensão pode ser explicada como atos educativos de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam técnicos ou não. Explica sobre a extensão rural da seguinte forma:

A extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente a resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de ATER, organizações não governamentais e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica. (PEIXOTO, 2008, p.7).

Baseado em literatura estrangeira, o autor afirma que “[...] dificilmente, uma ação de extensão rural deixará de abranger ações de assistência técnica [...].” (PEIXOTO, 2008, p. 8). Como instituição, a extensão rural seria desenvolvida pelas organizações públicas em cada Estado, a exemplo da EMATER-PI, neste caso, uma organização prestadora de serviços de ATER.

Compreender a extensão rural como política pública é considerar que ela é elaborada pelos governos municipal, estadual e federal, em dispositivos legais, podendo ser executada por organizações públicas ou privadas, ou seja:

[...] Há uma relação entre política e modelo de extensão rural resultante, adotado por um país, e as estruturas institucionais que se consolidam. Conforme uma ou outra forma de prestação de serviços seja privilegiada (pelo Estado e/ou pela sociedade), é possível identificar, em linhas gerais, o modelo adotado, que pode ser público ou privado, pago ou gratuito. Nesse sentido, quatro modelos básicos podem coexistir: público e gratuito, público e pago, privado e gratuito. (PEIXOTO, 2008, p.9).

O modelo de extensão rural brasileiro partiu de princípios e acordos internacionais, como os norte-americanos. Surgiu com o escopo de expansão do capitalismo, quando o mundo estava dividido em dois blocos, EUA x URSS, cada um buscando o controle ideológico e comercial dos países subdesenvolvidos, e as elites brasileiras, a manutenção do poder. A expansão estava baseada no desempenho da agricultura, no contexto de relações políticas pós-movimento de 1930 e sua relação com o cenário internacional do pós-guerra, além de interesse das elites para com a educação rural.

Fonseca (1985) fez uma contextualização histórica acerca da implantação de serviços de extensão no Brasil: na década de 1940, o governo brasileiro fechou acordo com o governo americano e a Organização das Nações Unidas (ONU); em 1945, criou-se a Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), apoiada pela UNESCO, a qual tinha como base que o atraso no meio rural era consequência da escassez de métodos e técnicas, portanto, pretendia a implantação de uma educação comunitária com bases americanas.

A autora ainda ratifica a proposta de extensão rural no campo da política brasileira, a crise cafeeira de 1929, o movimento político de 1930, o capital industrial como centro da nova economia, o fornecimento de alimentos para exportação, produtos baratos como a matéria prima para a indústria e alimentação da população. As elites continuaram sob o controle durante a ditadura de Getúlio Vargas ou do Estado Novo, mantendo o isolamento da classe trabalhadora de 1937 a 1945. Não obstante, a política de Vargas para fortalecer a emancipação nacional desagradava os interesses estrangeiros, mormente os norte-americanos, o que culminou com o golpe, em 29 de outubro de 1945, criando-se condições favoráveis à abertura do capital estrangeiro no país (FONSECA, 1985).

Para Fonseca (1985), “[...] está sempre vinculado a uma determinada forma de interpretação da realidade [...]” (FONSECA, 1985, p. 28), e é justamente nesse seu enraizamento histórico-cultural que reside a impossibilidade de ser neutra. Nesse sentido, não se pode esquecer que a presença do Estado e a formação profissional do extensionista são vistas como controle ideológico, e não se pode reduzir a educação a um mero instrumento desse domínio, pois se incorre no perigo de negar o caráter político, a própria contradição social ou a luta de classes.

Assim, a trajetória da extensão rural pública é caracterizada por três fases, marcada por cinco períodos distintos, de acordo com as classificações de diversos autores (SANTOS, 2004).

Na primeira fase, houve a organização dos serviços de extensão rural pública no Brasil, na década de cinquenta, conhecida como “humanismo assistencialista”, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola, melhorar o bem estar das famílias rurais, entendia-se que o extensionista deveria envolver os agricultores com o padrão de produção e consumo hegemônicos, altamente dependentes de insumos externos, com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra na produção agrícola. A educação deveria inculcar nos jovens e adultos novos valores, com um tratamento pedagógico tradicional do tipo norte-americano, no qual o extensionista era o responsável por conduzir o processo, utilizando-se de pacotes tecnológicos.

Esse tipo de extensão foi difundida e executada por instituições privadas, como o grupo Rockefeller,¹⁷ em diversas partes do país a fim de transferir um conhecimento tecnológico aos (as) agricultores (as), de maneira que atendia aos anseios de crédito supervisionado, a equipe era formada basicamente por extensionistas agrícolas e da economia doméstica, apesar de haver um método humanizado, as ações extensionistas eram também paternalista. Já no período de meados dos anos 60, ocorreu uma reorientação da extensão rural vinculada às políticas governamentais e o afastamento da cooperação internacional, quem participou efetivamente desse serviço foram as elites agrárias do sul do país, especificamente nos Estados de Minas Gerais e São Paulo (FONSECA, 1985).

No entanto, a incorporação dos camponeses só seria possível com a criação de um sistema de crédito que lhes permitisse as mesmas condições para arcar com as inovações tecnológicas da Revolução Verde. Assim, foi criado pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de

¹⁷ Fonseca (1985) destaca “a trajetória de Nelson Rockefeller” como empresário, filantropo e representante dos Estados Unidos na articulação com o Estado Brasileiro, para a implantação do serviço de extensão rural.

1965, e regulamentado pelo decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Quadro 2 - Primeira fase da extensão rural no Brasil.

Período	Modelo institucional de ATER	Cenário político/gestão do Estado	Cenário econômico
1949 a 1966	<ul style="list-style-type: none"> - Extensão rural não estatal coordenada pela ABCAR e desvinculada das políticas governamentais; - atuação da cooperação internacional; - política de crédito supervisionado; - predomínio do humanismo assistencialista; - Clientela prioritária: pequenos e médios produtores. 	Democratização (até 1964), tensões sociais e políticas, cenário de Guerra Fria.	Política de substituição de importações/industrialização
1966 a 1974	<ul style="list-style-type: none"> - Produtivismo; - crédito rural orientado; - extensão rural vinculada às políticas governamentais; - afastamento da cooperação internacional; - ABCAR atuando por delegação e sob coordenação do Ministério da Agricultura; - clientela prioritária, grandes produtores: 	Acirramento do regime militar; - centralismo estatal;	Milagre brasileiro (altas taxas de crescimento econômico).

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Santos (2004).

Na segunda fase, predominou o difusionismo, implantando-se, nesse período, uma matriz tecnológica altamente especializada e produtivista, onde as instituições de extensão rural eram organizadas dentro de uma concepção centralizada, com ampliação de seus instrumentos de controle e supervisão.

Foi neste período do “difusionismo produtivista” em que se buscava impor ou estender um conceito de produtividade com a adoção de novas tecnologias, que foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e assim, pode-se alcançar mais da metade dos Estados brasileiros. Com uma extensão rural como instrumento para introdução do homem do campo na dinâmica do mercado, seus conhecimentos tradicionais não eram levados em conta, bem como suas necessidades reais, mas a ideia era inculcar a passagem do modelo “tradicional” para “moderno”. Como apresenta o quadro abaixo.

Quadro 3- Segunda fase da extensão rural no Brasil.

Período	Modelo institucional de Ater	Cenário político/gestão do Estado	Cenário econômico
1974 a 1980	Extinção da ABCAR e criação da EMBRATER; - modernização acelerada; - crédito subsidiado como um fim em si mesmo; - estatização do sistema de ATER; - máxima regulação e controle estatal; - abordagem individualizada; - auge do modelo orientações difusionistas.	- Regime militar perde credibilidade; - ocorrem pressões pela abertura democrática	Crise no sistema monetário internacional; - crise do petróleo; - fim do milagre brasileiro.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Santos (2004).

A terceira fase teve início nos anos oitenta, com a crescente percepção de crise do modelo de desenvolvimento agrícola, e a busca de formas alternativas de fazer a extensão rural em um método que aguçasse a consciência crítica dos agricultores. Essa fase conhecida como “humanismo crítico”, era baseada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, a

diferença para a difusionista são os valores culturais do público-alvo que deveria ser levado em consideração e o ponto alto seria a participação ativa dos agricultores. Desse contexto, elenca-se a complexidade de mudanças pela qual a ATER passou. Diversos países vêm experimentando mudanças institucionais desse modelo, uma vez que a tradicional forma de lidar com a terra vem se caracterizando como desgastada pelo uso intensivo de insumos externos, e o manejo convencional da agricultura torna os modos de vida de populações tanto rurais quanto urbanas insustentáveis. Observa-se o quadro com os modelos dos cenários políticos na fase da extensão rural no Brasil.

Quadro 4 - Terceira fase da extensão rural no Brasil.

Período	Modelo institucional de Ater	Cenário político/ gestão do Estado	Cenário econômico
1980- 1990	<ul style="list-style-type: none"> - Fim do crédito rural subsidiado; - ATER permanece como serviço estatal, porém com escassez de recursos; - Crise e perda de credibilidade do sistema de ATER; - emergência de ONGs atuando no meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> Abertura democrática; Fim do regime militar (1985); - Assembleia Nacional Constituinte (1986-88); - Realização de eleições diretas (1989); - emergência de movimentos sociais no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> Busca de superávits primários; - redução de gastos públicos; - descentralização e reforma do Estado.
1990-2003	<ul style="list-style-type: none"> Descentralização dos serviços de ATER; -Atuação de ONGs e outras organizações não estatais. 	<ul style="list-style-type: none"> Atuação dos movimentos sociais no campo; - realização de eleições livres para os três níveis de governo; - neoliberalismo e retração da ação estatal; 	

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Santos (2004).

A partir da década de 1980, o discurso da ATER, principalmente pelas mudanças estruturadas pela EMBRATER, por meio das transformações da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e da Associação Nordestina Crédito e Assistência Rural (ANCAR) em EMATER parte para uma política agrária em que o público-alvo da extensão rural passou a ser os pequenos produtores e as suas famílias.

Para Portilho (1998), a mudança foi gradativa, e no fim dos anos 1980 e início de 1990, o público foi ampliado, incluindo: “[...] Os mini, os pequenos e os médios produtores, tipificados segundo critérios regionais, incluindo-se também os trabalhadores rurais e os assentados em projetos de reforma agrária, bem como suas organizações formais e informais.” (EMBRATER, 1989 apud PORTILHO, 1998).

O trabalho da EMBRATER passou a ter um caráter participativo entre os poderes constituídos, os produtores e as suas organizações, e as comunidades rurais. Essas nuances são reflexos do processo de redemocratização do país se configurando um cenário de avanço no número de EMATER's nas diversas regiões do país.

Segundo Oliveira (1993), existe no Nordeste grandes problemas de estrutura agrária, baixa produtividade do trabalho e falta de instituições que apoiem o agricultor através da pesquisa e da extensão rural, comercialização, transporte e comunicação, entre outros. A criação do DNOCS e da SUDENE e o crescimento econômico brasileiro não se fizeram acompanhar de mudanças significativas nas condições de vida de grande parte da população no Nordeste, em particular, do meio rural.

Nessa linha de atuação os projetos tinham uma característica emergencial, as frentes de trabalho voltadas para incentivos fiscais e creditícios do Nordeste à industrialização do Nordeste, às obras de armazenamento de água e perímetros de irrigação.

A extinção da EMBRATER pelo governo Collor de Melo instaurou o caos no setor, e ainda, a implantação de projetos de Polos de Desenvolvimento: Polo Nordeste, Polo Centro etc., o que inchou as EMATER tanto em nível de pessoal quanto de infraestrutura, no qual as responsabilidades que antes eram do governo federal (salários, manutenção de veículos, escritórios etc.) passaram a ser dos Estados cada vez mais pobres (SANTOS, 2004).

Todavia, a institucionalização da Política de Desenvolvimento Rural e o fortalecimento da agricultura familiar, a retomada da contribuição do governo federal à ATER, em resposta às ações dos movimentos sociais, a renovação de concepções e do formato institucional de atuação governamental nessa área, com a PNATER (tem como público alvo produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros), em 2004, a qual pôs em pauta o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, elucidando as disputas em torno das agendas do Estado, concepções de desenvolvimento rural e formatos institucionais, ou seja, a ATER, que tinha um caráter de apoio técnico e burocrático para a aquisição de crédito, passou para reivindicatória e agora correspondia a uma política propositiva.

Esse aspecto leva em consideração a discussão sobre a nova ATER, que marca o pluralismo, tendo em vista a abertura à atuação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e empresas privadas. Com a Conferência Nacional de ATER, em 2012, que promulgou a Lei nº 12.188, resultado de sua articulação desde 2010, embora esta conte com a atuação de outras entidades, o foco está no imperativo socioambiental, que substituiu a categoria agroecológica por agricultura de bases ecológicas. Tal ação reflete os embates políticos, com registra Neumann (2015):

[...] entorno dos distintos projetos portados pelo MDA, as reivindicações dos seus públicos beneficiários de ações, que podem ter relação com a necessidade de diferenciação política deste Ministério em um momento em que se questiona a especificidade da agricultura familiar e as estratégias de desenvolvimento para esse público. (NEUMANN, 2015, p. 123).

Para Neumann (2015), a PNATER institucionalizou a passagem do Estado como executor da política após o desmonte do sistema na década de 1990. A Política de ATER trouxe uma série de princípios metodológicos e tecnológicos a serem adotados pelas instituições e pelos extensionistas, além de preconizar mudanças na atuação dos profissionais e modelos de assistência técnica e extensão rural.

Porém, à medida que a extensão rural pública, ponto incidente dessa análise, ganha dimensão central pela discussão da transição de paradigmas de desenvolvimento,¹⁸ bem como pelo uso de racionalidade econômica e tecnológica dominantes¹⁹ e legitimação de ações sociais voltadas para a agroecologia por meio da PNATER, buscam-se compreensões em termos de condições de operacionalização dos discursos elaborados pela PNATER diante das reais condições das organizações públicas de ATER (DIAS, 2008).

Aliás, ao sintetizar críticas à agricultura moderna, a PNATER acaba por refletir sobre o papel do profissional extensionista e a função do Estado nos processos de promoção do desenvolvimento. Ainda consoante Dias (2008), argumenta-se que no cotidiano das organizações que trabalham com ATER em que será possível verificar o sentido atribuído à

¹⁸ O processo de transição não pode ser compreendido apenas do ponto de vista econômico. Embora a dimensão econômica costume representar uma categoria fundamental nas análises teóricas e empíricas que tratam a questão, aqui se inclui a dimensão social e ambiental, a fim de estabelecer um quadro teórico que permita a compreensão das razões e atitudes dos atores sociais que se envolvem no processo de construção e experimentação de estilos de agricultura de base ecológicas (COSTABEBER, 1998).

¹⁹ Em que natureza e sociedade, mais do que conceitos ou objetos científicos, são categorias genéricas, apropriáveis de diversas maneiras e transversais aos múltiplos conceitos científicos. Por intermédio da supracitada expressão, estão as bases históricas da evolução das sociedades, que Leff (2002) associa à crise civilizatória da sociedade de mercado e à fragmentação do conhecimento.

proposta de promoção do desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, na agroecologia e na participação política dos envolvidos na gestão da política.

2.2 O lugar da agricultura familiar e da extensão rural no contexto de integração do rural brasileiro

Em se tratando do lugar da agricultura familiar, para Wanderley (2001) quer dizer que:

a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (WANDERLEY, 2001, p.21).

Historicamente, diversas terminologias foram utilizadas para identificar os mesmos sujeitos: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. As nomenclaturas estão ligadas à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por essa categoria, como também às novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

As mudanças de termo deram-se até o final dos anos 1950, quando o vocábulo agricultura camponesa tinha um fundo político, em oposição a latifúndio. A expressão **pequena produção**, utilizada na década de 1970, desviava o caráter político e buscava a sua integração ao processo de modernização da agricultura. Nos anos 1980, acrescentaram-se as noções de integração e exclusão.

Em nível mundial, o conceito relacionado a partir de um estudo entre a Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definiu agricultura familiar como:

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transmissão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996).

Outro estudo importante refere-se à comparação realizada por Lamarche (1998) sobre a agricultura familiar existente na França, no Canadá, na Polônia, na Tunísia e no Brasil, identificando a predominância da mão de obra familiar como estratégia, reivindicação pelo acesso a terra como meio de reprodução da família.

No entanto, para fins de delimitação conceitual de agricultura familiar, dispõe-se de diversas lentes na literatura, dentre as quais se destacam duas contribuições: uma que considera a moderna agricultura familiar como nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas; e outra que defende ser a agricultura familiar um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (NEVES, 2005).

Tendo como foco o caso europeu, a primeira corrente considera que não há significado em buscar as origens históricas do conceito, como, por exemplo, estabelecer uma relação com a agricultura camponesa. Já para a segunda linha de pensamento, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno mantêm uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Nesse universo, revelam-se importantes contributos de Lamarche (1998) e Wanderley (1999) sobre agricultura familiar enquanto conceito genérico, que engloba múltiplas situações específicas.

Para o caso brasileiro, Wanderley (1999) considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno e inserido ao mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem de enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com forças próprias.” (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Com base em estudos historiográficos recentes, um mosaico de formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno foi colocado à margem das políticas públicas. “Foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.” (WANDERLEY, 1999, p.37).

Esses agricultores camponeses são historicamente os responsáveis pela produção de alimentos no Brasil, sujeitos ligados a diferentes trajetórias de grupos indígenas, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus, alinhados pela posição secundária que ocuparam no modelo de desenvolvimento do país, desde a sua origem. Nesse processo de formação histórica e social, o Brasil está alicerçado em uma abordagem eurocêntrica sobre o rural, em uma relação de assimetria entre o rural e o urbano, porque no ideário político-filosófico foi a razão iluminista que imperou.

Mas foi Queiroz (1978), em seus *Ensaio sobre Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*, ainda muito baseada nas visões de Sorokin (1981) e Mendras (1969), quem remeteu a uma visão de heterogeneidade rural/urbano no texto *Do rural e do urbano no Brasil*, trazendo um novo olhar, baseado em uma visão culturalista, que diz sobre a nossa

história. O meio rural é historicamente lembrado como espaço diferenciado, que corresponde às formas sociais distintas, ou seja, que desempenham importante papel na história de povoamento brasileiro como espaços de apoio da civilização, mas constituem, em si, espaços de vida de camponeses de origens diversas (CANDIDO, 1964 apud QUEIROZ, 1978).

Para Martins (1986), nas diferentes regiões do Brasil, o agricultor é referenciado como aquele que vive no campo, de maneira rústica e atrasada. Os argumentos depreciativos camuflaram conceitualmente esses sujeitos, pois, no Brasil, há uma história urbana dos que participaram do acordo político, na qual o camponês era visto como ator não essencial, sendo o passado contado sob as perspectivas de grandes lavouras escravistas, monocultoras e de exportação – o ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café, por exemplo.

Logo, a visibilidade desses atores sociais dá-se pela compreensão de seus modos de vida, suas formas de incorporação aos processos sociais. Neves (2005) destaca que o processo de profissionalização dos agricultores, enquanto agricultores familiares:

é coadjuvante ao da redefinição do papel dos extensionistas rurais; ao da construção de novas estruturas de mercado de trabalho para os profissionais da assistência técnica [...] O termo revela, então, o peso político das ações de agentes dos movimentos sociais que investem no reconhecimento da categoria sócio-profissional *agricultor familiar*, dotada de direitos e de acesso a recursos que venham a subsidiar a produção e a comercialização. (NEVES, 2005, p.74).

Entretanto, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, que se voltou à modernização tecnológica, em produtos de exportação, o conjunto de agricultores que foram classificados quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, divididos em pequenos, médios e grandes, foi marcado pela despolitização da categoria *campesinato* (DELGADO, 2010).

Nessa lógica, a existência de áreas ociosas em nada se relacionava com o fato de o (a) trabalhador (a) rural não ser proprietário (a) da terra. A ação do Estado no período militar teve como consequência a expulsão de posseiros e extrativistas, aumentando os conflitos no campo. Com a intensificação do processo da chamada *modernização conservadora*, o foco da reflexão fixava-se nas relações de subordinação da pequena produção ao capital. Contudo, reconhecer a descontinuidade e a imprevisibilidade da ação social²⁰e, ao mesmo tempo, discernir o porquê da funcionalidade presente na estrutura social é colocar a questão da

²⁰A perspectiva compreensiva de Max Weber influenciou/ia muitos estudos, ao considerar a ação social dos atores como ponto-chave para entender o processo de mudança na estrutura social (WEBER, 1991).

relativização das dicotomias e a valorização da experiência como caminhos para uma sociologia mais próxima da realidade (HILLIG, 2008).

Conjecturar a agricultura familiar como integrante das políticas de desenvolvimento, valorizá-la, e pensar sobre descentralização e democratização das políticas públicas são eixos para a relativização da tecnoburocracia na atualidade (HILLIG, 2008). Isso porque, ao apreender as diversidades, a natureza e a eficiência da agricultura familiar, nota-se que a racionalidade econômica não será a mesma de um empresário capitalista.

Hillig (2008) contempla uma relação entre as racionalidades e a ação social, no contexto da racionalidade econômica, com predomínio de valores de uso, onde a agricultura familiar adota uma estratégia que maximiza a diversificação da produção para prover as necessidades da família durante o ano, evitando-se a especialização, ao contrário das tendências predominantes na maioria dos projetos de modernização rural.

Sobretudo com o processo de redemocratização do Brasil, quando os movimentos sociais do campo ganharam força, retoma-se, expande-se e muda-se a forma de intervir. Na década de 1990, a categoria agricultura familiar ganhou ênfase em diferentes setores da sociedade, tendo como foco o tipo de mão de obra e de gestão empregados. Nesse sentido, caíram por terra teses que orientavam que o desenvolvimento capitalista no campo levaria ao desaparecimento dos camponeses, reforçando os distintos povos que de forma familiar de produção rural, resistem e apresentam novas formas produtivas e organizativas (LITTLE, 2002).

É cada vez mais claro o papel da agricultura familiar. A produção familiar não compete com as produções em escala, mas já se sabe que o consumo de seus produtos se faz presente de maneira progressiva entre as populações urbanas, que mesmo com a imposição do modelo agroindustrial, garante modelos híbridos que introduzem novidades no manejo.

Schumacher (1972), economista e humanista alemão, que inspirou as tecnologias sociais concebidas pela produção familiar a partir da indústria, no contexto da Revolução Industrial, permite traçar um paradoxo interessante quanto à ressignificação da realidade rural ou da relação rural/urbano. Em: *O negócio é ser pequeno*, demonstra que a escala de evolução mundial tanto simplifica o processo como desumaniza e insere certo tipo de controle generalizado do padrão tecnológico, que vai além do econômico. De acordo com ele, a tecnologia nunca vai produzir paz, sanar a fome mundial ou produzir uma sociedade pacífica. Propõe também que os processos produtivos sejam repensados em escala menor e sob novas tecnologias, com a valorização das tecnologias sociais, da identidade local, com perspectivas endógenas para a diversificação da produção.

A lógica apresentada pelo referido autor faz uma crítica à concepção segundo a qual o mundo ocidental definiu que quanto maior é a escala maior é a produtividade, quando na verdade é o inverso: a escala familiar é pequena, mas com sistemas diversificantes e integrados que permitem se tornar perene. Os dados do Censo agropecuário brasileiro, em 2006, o último realizado, apesar da defasagem de dez anos, já demonstravam essa dinâmica, com uma representação de 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil.

A agricultura familiar ganhou mais espaço, em relação ao Censo de 1996. Quanto à participação no valor da produção, houve um ligeiro decréscimo, passando de 37,91%, em 1996, para 36,61%, em 2006.

Tabela 1 - Evolução da participação das principais variáveis da agricultura familiar, no Brasil (1996-2006).

Variável	1996	2006
% de estabelecimentos agropecuários	85,17	87,95
% da área dos estabelecimentos familiares	30,48	32,00
% de VBP dos estabelecimentos familiares	37,91	36,11
% do pessoal ocupado total dos estabelecimentos familiares	76,85	78,77

Fonte: GUAZIROLI, 2012. Elaboração própria, com base em IBGE, censos agropecuários 1995-1996 e 2006-tabulações especiais.

A manutenção ou o leve decréscimo na produção agropecuária confirma a relevância econômica desse segmento que, além de produzir alimentos, conseguiu crescer quase no mesmo ritmo que as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias do campo brasileiro (GUAZIROLI, 2012, p.358), em um total de 70% da produção de feijão; 46%, de milho; 38%, de café; 34%, de arroz; 21%, de trigo. Na pecuária, 58% de leite; 59% da criação de suínos; 50%, de aves; e 30%, de bovinos (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Depreende-se que a melhoria de renda por meio de sua inserção no mercado tem impactos no interior do país, pois “as variações mais expressivas na participação da agricultura familiar foram registradas nas regiões Norte e Nordeste, onde esse segmento passou a dominar a produção agropecuária, provavelmente também com efeito das políticas públicas (PRONAF, PCPR etc.).” (GUAZIROLE, 2012, p. 357).

A agricultura familiar, sob o ponto de vista da diversificação, é uma alternativa não somente para fornecer alimentos, mas, igualmente, para a complementação de postos de

trabalho, assumindo um agregado nos modos de vida, em um contexto mais amplo (SCHINEIDER, 2006).

2.3 A extensão rural pública no Piauí - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (EMATER-PI)

O Serviço Público de Extensão Rural do Estado do Piauí foi criado, no ano de 1966, por meio da ANCAR-PI, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada com a finalidade de estabelecer um programa de assistência técnica e financeira baseado nos moldes desenvolvimentistas do país, cujo público-alvo era os médios e grandes produtores, e o objetivo, contribuir com o rápido crescimento do país.

A partir de 19 de agosto de 1975, pela lei nº 3.337, o serviço de extensão rural passou para o âmbito governamental, institucionalizando-se com a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí, sucessora da ANCAR-PI. Nesse período, no Piauí, a agricultura, que até então esteve estagnada pelo discurso de vocação pastoril, ascendeu sob o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), do Vale do Gurgueia. Tal plano, integrado ao Polo Nordeste, programa executado pelo Banco do Nordeste à época, visava à modernização agrícola da região, com a introdução de projetos de cajucultura e perímetros irrigados, devido, principalmente, aos seus recursos hídricos subterrâneos, como diz Araújo (1992):

O rio Gurgueia nasce na chapada das Mangabeiras (extremo sul do Piauí), desembocando no rio Parnaíba, após percorrer 541 km². Nesse percurso, forma-se um vale, na área de transição do cerrado com o semiárido, com 27.743 km², onde se encontra o maior lençol freático (13.000 km²) da América Latina, com águas pouco profundas (inferiores a 50 metros) e até mesmo jorantes, com elevada vazão (até 100m³/h-km²). (ARAÚJO; FRANÇA, 1992 apud MORAES, 2000).

Na década seguinte, a EMATER atuava justamente no auxílio à implementação de projetos que foram acordados com o Banco Mundial, entre eles, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) visando estimular o desenvolvimento desses agentes e sua inserção no mercado.

Vinculando-se, para fins do parágrafo único, do art. 41, da Lei nº 4.382, de 27 de março de 1991, à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado (SDR), em que tinha regime celetista, A EMATER PI foi transformada em autarquia pela lei nº 4.572, de 1º de

maio de 1993, dotada de autonomia administrativa e financeira, patrimônio e receitas próprias, e modificada pela Lei Estadual Complementar nº 28, de 9 de junho de 2003, competindo-lhe:

- I- planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para o aumento da produção e produtividade agrícola, e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Piauí, de acordo com as políticas de ação dos governos estadual e federal;
- II- propor medidas para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, e executar, para esse fim, ações educativas e tecnológicas relacionadas com o meio ambiente, a agricultura, a pecuária, a nutrição, a saúde, a agroindústria, a organização rural e as atividades não agrícolas de expressão na economia dos agricultores;
- III- oferecer serviços de elaboração de projetos de crédito rural e outros, com a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável das atividades agropecuárias e agroindústria, orientar e acompanhar a sua implantação;
- IV- executar ações tendentes à prevenção e recuperação do meio ambiente, por meio da programação de florestamento e reflorestamento, manejo dos recursos naturais, do solo, da água, das plantas e uso de agrotóxicos;
- V- estudar e propor diretrizes para as políticas agrícolas, no contexto da agricultura familiar;
- VI- colaborar em atividades de pesquisa agrícola aplicada e de experimentação agropecuária, em articulação com as entidades especializadas;
- VII- desenvolver processo educativo e qualificação de quadro de servidores e agricultores familiares;
- VIII- estimular, em caráter prioritário, os programas nos quais a assistência técnica e extensão rural estejam associadas ao crédito, à provisão de insumos, à comercialização, à armazenagem e à organização social de famílias, no contexto da agricultura familiar;
- IX- desenvolver e gerenciar sistema de acompanhamento, avaliação de resultados e controle de atividades do instituto;
- X- exercer outras atividades correlatas ao seu objetivo. (LEI COMPLEMENTAR, 2003).

Desse modo, seu papel é prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais e às suas famílias, considerando o homem do campo o agente de mudanças, ao buscar compreender suas práticas de trabalho e aumentar a sua renda. Para tanto, os extensionistas valem-se de novas metodologias participativas: Diagnóstico Rural participativo (DRP); Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP), e outras técnicas e ferramentas participativas.

Com a extinção da EMBRATER, a EMATER-PI passou à responsabilidade do governo estadual, o que fez com que a instituição buscasse meios de resistir ao processo de

desgaste e decadência. À vista disso, reorganizou os trabalhos com as lideranças, no atendimento às comunidades rurais e com a comercialização dos produtos. Em seguida, foi criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), no Ministério da Agricultura; depois, surgiu a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).

Quadro 5 - Matriz histórica da EMATER-PI.

1954	1975	1977	Anos 1980
Com a criação da ANCAR, nasceu a ANCAR-PI, filiada à ACAR, coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).	Criação da EMATER-PI, após a substituição da ABCAR pela EMBRATER.	Instalação do escritório da EMATER em Bom Jesus, surgindo como Centro Regional de Desenvolvimento Agropecuário, com recursos do Polo Nordeste, no governo de Dirceu Arcoverde. Passou por uma reestruturação no governo de Francisco de Assis Moraes Sousa, com recursos da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos (SEAAB-RH), em maio de 1996.	A crise financeira nacional e os constantes empréstimos do Estado brasileiro com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD); os desafios para a recomposição do atendimento do público beneficiário e das ações para o meio rural; a retirada do Estado de algumas ações que já não são consideradas estratégicas para os interesses empresariais, atingiram as instituições de ATER.

Fonte: Adaptações e/ou resistência ao processo de transição agroecológica de Bom Jesus-PI, 2016.

Em 2003, teve início a reestruturação do serviço de assistência técnica e extensão rural no Estado do Piauí, priorizando-se a agricultura familiar, a reforma agrária, a inclusão dos afrodescendentes e quilombolas, dos ribeirinhos e residentes no entorno de barragens e ações específicas para a convivência no semiárido.

A EMATER-PI tem presença nos 224 municípios do Estado, com 16 escritórios regionais e 78 territoriais e um centro de treinamento, apoiados por um quadro técnico²¹. No Piauí, a preocupação com o meio rural é antiga, mas não tem o reconhecimento por uma

²¹ Ver anexo A.

relativa parcela dos setores da sociedade piauiense e do Estado. Em parte significativa das discussões, volta-se para a política capitalista do Estado brasileiro, que promove, às avessas, o setor agrícola de maneira combinada e desigual à dinâmica de expansão do capital internacional.

A formação histórico-econômica piauiense costuma vincular-se ao setor básico da pecuária bovina de corte, atividade desenvolvida pelos agregados das fazendas. As transformações e contradições particulares do Estado do Piauí estavam relacionadas ao processo de colonização dessa região, que se alinham a três produtos que não são econômicos e sim culturais, a saber: a exportação de corpos para guerras, escravos e agregados. Para Martins (2002):

A excelência das condições físicas do “Piauí” para os primeiros ocupantes reside, em primeiro lugar, nas enormes possibilidades de criação de gado(abundância de pastos naturais onde proliferavam gramíneas e leguminosas, fartos recursos hídricos e salubridade do clima) e, em seguida, a relativamente boa oferta de produtos coletáveis e animais de caça [...]. (MARTINS, 2002, p. 19-20).

A concentração da propriedade da terra e da renda nas mãos de latifundiários, que com poucos investimentos e rentabilidade não conseguiram manter-se no mercado de exportação de carnes, e a ausência de um mercado interno estimulador para a criação de pastos são fatores que provocaram pouca expressividade da agricultura no Piauí, uma vez que esta foi vista desde o início sendo realizada pelos “desprotegidos da fortuna” (ROCHA apud MARTINS, 2002, p. 73).

Esses fatores também compuseram a elite política agrária do Estado. Até a década de 1970, houve poucas transformações dessa estrutura de relações, o desmatamento das áreas de cerrados para retirada de madeira e carvão vegetal foram atividades que antecederam e viabilizaram a ocupação agropecuária dos cerrados. Daí em diante, associada ao projeto de modernização da agricultura comercial do Estado brasileiro, nessas condições a população tradicional do sudoeste do Estado do Piauí, tornou-se intensamente vulnerável ao fenômeno de desterritorialização, emigração para outras regiões ou áreas urbanas, devido às mudanças econômicas, sociais, geográficas ou ambientais ou; reterritorialização, que é a adaptação às novas circunstâncias, aos novos territórios .

Estes processos foram reafirmados nos anos 1980 com as políticas regionais e os programas específicos de pesquisas e extensão rural, voltados para as atividades agropastoris e urbanização da região, contidas no II Plano de Desenvolvimento do Nordeste, com avanço da tecnologia agropecuária, produtos tradicionais como o arroz, passaram a ser produzidos em

bases tecnológicas voltadas para atender o mercado externo, daí incorporando o milho, as frutas e o cultivo de hortaliças, ficando de “fora” as questões dos povos tradicionais, marginalizados nesse processo (MORAES, 2000).

Com a retomada da agenda pública pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003, teve-se como produto a PNATER, em 2004 e em 2006, impulsionada pelas ações dos movimentos sociais, ao associar as questões de ambiente ao meio rural, iniciou capacitações de pré-serviço para ingresso no serviço público de extensão rural no Estado do Piauí e tentativas de nivelamento com as diretrizes e os princípios da PNATER, a partir de *workshops* e treinamentos. Nesse período mais recente da extensão rural no Estado, vem-se trabalhando com as chamadas públicas, com amplas tentativas de construção do Programa Estadual de ATER.

Com o ressurgimento do debate atual sobre o meio rural, essas noções estão relacionadas à trajetória das discussões em “torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira” (SCHINEIDER, 2010).

A reestruturação da ATER a partir da implementação da PNATER, em 2004, foi colocada em pauta pela agenda pública brasileira a transição dos sistemas agrários convencionais para sistemas de base agroecológicos, em discussão voltada para as distintas ruralidades existentes no Brasil e a abertura para a incorporação dessas diversas identidades brasileiras. A esse respeito, remete-se à ideia de atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, que funcionam de maneira interdependente.

O capítulo seguinte apresenta a transição agroecológica rural brasileira.

3. TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: PERSPECTIVAS PARA PENSAR AS RURALIDADES BRASILEIRA

Este capítulo busca aprofundar o conhecimento sobre agroecologia e sua relação com o campesinato e a lógica que esse assume, além de refletir acerca das interfaces sobre as quais as políticas agrárias e ambientais, percebem esse campesinato.

3.1 A transição da agricultura convencional para a de bases ecológicas

Muitos casos, hoje, no Brasil tiveram grande influência 20, 30 anos atrás. Geralmente, esses sujeitos engajam-se na conversão de base ecológica pelo interesse de melhorar seus rendimentos e, por isso, podem ir incorporando outros valores (SCHIMITT, 2009).

A noção de agroecologia surgiu no debate sobre agricultura e desenvolvimento rural, em meados dos anos 1970. Uma associação aos primeiros conceitos de agroecologia é dada à Gliessman (2000) que, já em 1981, escrevia sobre a base ecológica para aplicação de tecnologia agrícola tradicional ao manejo de agroecossistemas, este definido como unidade de análise da agroecologia. Por outro lado, Altieri (2000), em 1983, já a tratava como “a base científica para uma agricultura alternativa.” A partir de então, seria tratada como disciplina científica, com definição de quadros conceituais e métodos holísticos para estudo dos agroecossistemas. No presente, as discussões vão além, englobando todo o sistema alimentar.

Em 1993, lançou-se a agroecologia européia, com *Ecologia, Campesinato e História*, de Servilla Guzmán e Gonzalez de Monila, conectando as práticas e o movimento ético dos ecologistas com a teoria social agrária: “partem da crítica aos paradigmas vigentes para estabelecer uma nova forma, menos entrópica, de entender as reações dos homens com a natureza.” (CAPORAL, 2012, p. 65). Nesse diapasão, a agroecologia é consagrada como uma ciência multidisciplinar.

A discussão sobre a agroecologia, no contexto da complexidade, é realizada por meio da crise do Estado moderno e da relação que estabelece entre a articulação e o diálogo, entre os saberes culturalmente instituídos e compartilhados pela sociedade, que se propõe ao debate acerca da agroecologia nesse campo.²²

²² Para Edgar Morin (2011), a lente complexa é diferente da lente dicotômica, característica do positivismo, em que fenômenos, processos e atitudes são classificados como certo ou errado, bons ou ruins etc.

A velocidade cada vez maior das informações, os diferentes interesses de agricultores e agentes, a intervenção e as diversas formas de interação das unidades de produção familiar com o ambiente são manifestações associadas à complexidade do meio rural. Esta não se mostra limitada à compreensão de uma evolução da matéria e do homem em um mundo em que a tecnologia domina, mas é produto da intervenção do pensamento no mundo, e o ambientalismo é situado como política do conhecimento e campo de poder. Então, para apreender essa complexidade ambiental, necessita-se de um processo de desconstrução do pensamento (LEFF, 2002). Nesse âmbito, um ponto-chave é a inclusão do ser humano como constituinte da natureza e sujeito capaz.

Para Leff (2002), o movimento agroecológico possibilita reverter o processo de inércia presente na atual crise civilizatória, cuja racionalidade ecotecnológica, com base na agroecologia, não se produz nem se pratica como um conjunto de regras produzidas em laboratório, mas se aplica por meio de saberes pessoais e coletivos, de contextos ecológicos específicos e culturas particulares:

A agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades ecológicas e antropológicas, econômicas e tecnológicas, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas. Estas ciências se amalgamam no caldeirão no qual se fundem saberes muitos distintos para a construção de um novo paradigma produtivo. (LEFF, 2002, p. 42).

Altieri (2000) patenteia que as práticas agroecológicas se concretizam como práxis da agricultura camponesa, pois o camponês agroecológico é um sujeito social histórico, trabalha e vive sob princípios sociais específicos e vinculados à relação cotidiana com a terra. Essas práticas não se reduzem ao econômico ou ao tecnológico: há uma problemática que é ecológica, cultural e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; 2004).

Caporal; Costabeber (2004), integrantes da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fizeram uma síntese entre a produção científica e a ação política. Caporal (2009) assevera que:

Agroecologia constitui-se em um campo de conhecimentos científicos que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da evolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência. (CAPORAL, 2009, 17).

Tal conceito parte do campo da ética. Nesse paradigma, a agroecologia surge como uma busca de superar modelos convencionais de agricultura por meio da integração de diversos conhecimentos mobilizados, sem perder de vista a importância dos saberes dos agricultores, acumulados ao longo da relação do homem com os agroecossistemas, além de colocar em confronto visões de mundo, forjar identidades, ativar conflitos e processos de negociações entre distintos atores. Conforme as análises de Schimitt (2009) a transição agroecológica longe de ser uma intervenção planejada é uma construção social das interações entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural.

Observadas as consequências da lógica dominante de produção agrícola, como um modelo que se baseou na industrialização da agricultura e, no Brasil, essas estratégias tiveram influência incisiva sobre as práticas agrícolas e extensão rural difusionistas nas décadas de 60 e 70. É por isso que se problematiza os processos de mudanças socioambiental na agricultura observada as ideias de transição agroecológica.

A resistência foi materializada a partir dos movimentos sociais²³; dos movimentos ambientalistas na segunda metade da década de 70; na realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa ocorridos em 1981, 1984, 1987 e 1988 sob articulação da Rede de Projetos em tecnologias alternativas (Rede PTA)²⁴; e, mais recentemente, o movimento agroecológico, embora tivessem a intenção, mesmo sem ter a defesa dos referenciais agroecológicos como eixos estruturados de negociações com o governo, tem-se o registro da participação de setores como Articulação Nacional de Agroecologia (ANA – Agroecológica) com experiências inovadoras e às avessas à política agrícola das décadas anteriores, porém pode-se afirmar que “o país não conta com um projeto nacional que oriente para a busca de estratégias de desenvolvimento mais sustentável.” (CAPORAL; PETERSON, 2012, p. 5), devido às políticas agrícolas continuarem a orientar o produtivismo-mercado.

Porém, desde o Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio na década de 90, durante essas duas décadas pôde-se perceber que ações do governo tanto investiram para reposicionar o país com os resultados da balança de pagamentos quanto nos incentivos para a

²³ As lutas pela reforma agrária, em defesa dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, e em defesa dos desapropriados pelas construções de hidrelétricas (SAUER, 2010) .

²⁴ Na década de 80 surgiu no Brasil o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado à FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Visou a formação de uma equipe multidisciplinar que estabelecia relações com equipes do exterior para aprimorar ações de tecnologias “alternativas”, ligava-se também à órgãos dos trabalhadores, das universidades e centros de pesquisa para assessoria técnica a pequenos agricultores assentados, no final da década de 80 com o processo de sua reestruturação, desvincula-se da FASE e passa a constituir a Rede PTA (ANA/FASE, 2014).

agricultura familiar, embora fossem para modernizar as unidades produtivas com base em tecnologias da Revolução Verde.

A agroecologia entra no debate com a PNATER como referencial sobre a construção de uma nova modalidade de atuação da ATER, especificamente a pública, como porta de entrada para uma ressignificação das categorias socioprofissionais envolvidas no processo e no enfrentamento da crise socioambiental resultante do desenvolvimento de agriculturas convencionais executada nas últimas décadas (CAPORAL, 2009).

O nivelamento de ações ancoradas nos princípios agroecológicos, no escritório de Bom Jesus, é embrionário. Acontece, sobretudo, quando se refere às cadeias produtivas do buriti, onde os agentes fazem referência à utilização de técnicas que causam menor impacto ao ambiente. Na fala do técnico-extensionista Jorge: “para tornar a agricultura sustentável, é preciso investir nessa área, para levar conhecimento ao homem do campo, é preciso treinamentos, novas tecnologias, qualificação.”

Como apontado por Lima (2011), em sua dissertação sobre agroecologia e extensão rural no Estado de Pernambuco, os modos de vida da agricultura familiar são impulsionadores da transição agroecológica, pois trazem benefícios à saúde e ao bem-estar do produtor e de sua família, e a possibilidade de alcançar maior rendimento com a atividade produtiva. No entanto, faltam maior apoio e envolvimento de ações e políticas públicas voltadas para o setor, incluindo-se os serviços de ATER, seja desempenhado pelo sindicato rural, órgão oficial, por cooperativas de produtores ou organizações não governamentais.

Embora haja atuação dos governos em investimentos nas políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar, na visão do extensionista Luis:

em alguns trabalhos facilita, mas em outros prejudica, como no acesso às novas tecnologias, o grande tem investimentos para aquisição, já o pequeno não, mas ela tem influenciado muito no seu trabalho...prejudica, eu diria nos impactos ambientais, ele não sabe manusear e acaba é afetando, às vezes pega um trator, uma grade e acaba não fazendo um treinamento e sai gradeando onde não deve...ai, o jeito nosso manual vai, esta ficando de lado”
(**Fala do extensionista Luis**).

O que corrobora para esta situação é o fato da extensão rural ter forte influência sobre as escolhas dos agricultores, uma vez que muitos fatores organizacionais e institucionais moldam as preferências e interesses dos atores e são capazes de influenciar ou controlar suas preferências, ‘então o agricultor chega com sua proposta e os órgãos competentes e os órgãos que realizam o financiamento vem com uma planilha pronta, não obedecendo as expectativas do agricultor, acaba que este aceita o que tem disponível?... Mas a capacitação para nós

técnicos antes ocorria de 2 a 3 vezes ao ano, agora reduziu bastante” (Fala do técnico-extensionista Jorge).

Portanto, ao se pensar a agroecologia como *modus operandi* de uma agricultura familiar e/ou reconhecimento da categoria de agricultores, precipuamente na luta contra os agrotóxicos, com a implementação de políticas de enfrentamento aos impactos da modernização da agricultura.

3.2 Resistência camponesa como base para a transição agroecológica

Ao falar de campesinato no Piauí, observa-se suas especificidades na maneira como buscaram se reproduzir socialmente. Para se ter uma ideia, o processo histórico de ocupação territorial do sudoeste do Piauí, em sua forma de exploração, esteve baseado na relação do morador com a terra alheia (MARTINS,1975, p.16). Assim, ao compreender o desenvolvimento sustentável do Vale do Gurgueia, buscou-se analisar as condições e a racionalidade de exploração da terra. Pereira, 2004, entende que:

A reprodução social esteve vinculada à história de apropriação dos recursos nessa região [...] e na evolução desse processo histórico de ocupação, a tendência restritiva do acesso à terra pelos agricultores obrigou-os a (re)combinar seus sistemas produtivos, organizados segundo a construção de relações sociais com base em valores identitários e de solidariedade. (PEREIRA, 2004, p. 187-188).

Em consonância com o aludido autor, a racionalidade internalizada sobre a produção é desigual, decorrente de alterações nas multifuncionalidades que a agricultura familiar produziu ao longo de mais de 200 anos, fazendo sentir o desaparecimento de particularidades constituintes de seus sistemas produtivos locais.²⁵

²⁵ Ver Anexo B.

Figura 4 - Devastação da mata nativa do cerrado.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Com relação ao cerrado, estima-se que cerca de 37% da área já perderam a cobertura original, dando lugar a diferentes paisagens antrópicas, estima-se que 63% estejam em áreas privadas, 9% em áreas indígenas, 1% sobre Área de Conservação Federal (VIANA, 1990).

Figura 5 - Lavouras monocultoras MATOPIBA.



Fonte: Google Maps. Acesso em: 10 jan. 2017.

Os lugares não alcançados pela agricultura moderna, como os baixões na região de Bom Jesus–PI, são locais onde se conservam os recursos naturais, onde habitam as populações rurais, com usos tradicionais que podem ser definidos como de maior proximidade e respeito com a natureza, com a terra, tanto no habitar quanto no produzir, em que se extrai buriti para a alimentação, para uso medicinal, para produção de cosméticos e limpeza (LORENTZ, 2011; PEREIRA, 2004).

Figura 6 - Mata de buritizal em Bom Jesus-PI.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Embora pressionadas pelos aspectos modernizantes, essas populações rurais ainda são capazes de criar formas de resistências e sobrevivências, em um jogo entre continuidade, mudanças culturais e rupturas. Os aspectos importantes de seu modo de viver guardam uma correspondência com o campesinato, que ganha diferentes personagens entre esses agricultores que têm maior inserção no mercado, formando um espectro diversificado de sujeitos, identificados como agricultura familiar sem, contudo, transformá-lo em um novo grupo social. Não obstante, mantêm-se até os dias de hoje, adequando a relação entre terra, trabalho e família, o que ainda lhes confere particularidades culturais, econômicas e de sociabilidades (WANDERLEY, 1996).

Como revelou Wanderley (1996), nas sociedades modernas, essa categoria “deve adaptar-se a um contexto socioeconômico, próprio dessas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida tradicional.” (WANDERLEY, 1996, p.2). Isso não implica o seu fim, pois há uma lógica interna que está relacionada com o equilíbrio das necessidades da família e as possibilidades de produção, da

terra e do trabalho, que se refere a compreender a importância da campesinidade²⁶ que margeia as áreas dos latifúndios.

Não se trata de retomar uma visão marxista de compreensão da sociedade capitalista, mas de entender a sua contribuição para a percepção de princípios fundamentais da produção camponesa. Esses aspectos teóricos influenciaram as análises clássicas em Shanin (2005), para quem os camponeses compõem uma especificidade de características socioeconômicas que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem, devendo ser compreendidos tanto em tais, como dentro dos contextos societários mais amplos para maior alcance do que são eles e do que é a sociedade em que vivem. (SHANIN, 2005, p.14).

Recuperando a visão econômica clássica de Chayanov (1966 apud WOORTMANN, 1995), a família é reputada como uma unidade de produção e consumo - a produção como atividade indivisível e inseparável, única da família e, por isso, esta recebe uma quantidade de bens pelo seu trabalho, que não podem ser considerados lucro sobre o capital; da mesma forma, não existe pagamento de salário. Em sua cultura, há hábitos de trabalho e vida cotidiana ligados mais à garantia de reprodução da família do que de acumulação de capital (THOMPSON, 1998 apud SAQUET, 2014).

No início dos anos 1990, a definição de um projeto de nova ruralidade trouxe um conceito genérico, que classifica os estabelecimentos de acordo com as atividades socioprodutivas em *familiar/patronal*, embora a adoção generalizada desse termo servisse para esvaziar alguns conceitos-identidades, como *sem terra*, *assentados* e *camponês*, tendo sido utilizado para justificar proposições conservadoras para o desenvolvimento do setor.

Nessa conjuntura, surgiu o conceito de agricultura familiar em substituição ao termo pequeno produtor, justificado pelo fato de a noção de tamanho (pequeno/grande) da unidade produtiva não mais servir para discriminar as diferentes formas de exploração da terra, pois são igualmente relativas às formas de organização produtiva, localização, qualidade dos recursos naturais e tipo de produto que cultivam.

Conforme estudos de Lamarche (1998), grande parte das explorações familiares em vários países define-se entre a empresa agrícola e a exploração camponesa, com graus obtidos por meio da inserção (autonomia ou dependência) em relação ao mercado. No Brasil, um estudo da FAO/INCRA delimitou um universo para a análise de estabelecimentos familiares a

²⁶ Reis; Silva (2004) elaboraram um entendimento de campesinidade baseado na abordagem de Wootmann (1990): “a campesinidade assume valores morais, éticos e sociais do camponês, que se apresentam na sua relação com a terra, com o trabalho, com a família e com a comunidade. Dentre esses valores, a reciprocidade é a que permite a compreensão da campesinidade, contrariamente ao que se denomina na sociedade moderna de *fetichismo* da mercadoria que é trocada, a reciprocidade significa mais. Constitui-se um espírito de campesinidade que se afirma pela negação do negócio.” (REIS; SILVA, 2004, p. 12 apud MAZZETTO, 2008).

partir de dois critérios, baseados na direção dos trabalhos exercidos pelo produtor, de o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado. Estes serviram para quantificar o censo agropecuário no Brasil.

Neto (2007) indicou a existência de três tipos de agricultura, concomitantes: a agricultura familiar camponesa, a agricultura familiar empresarial e a agricultura familiar capitalista.

O supracitado autor tece críticas ao posicionamento teórico de Abramovay (2002), Graziano da Silva (2001), Schineider et al. (2006) para quem ocorre o desaparecimento da agricultura camponesa, e a agricultura familiar capitalista tecnificada foi uma opção progressista diante do capitalismo agrário, como já ocorre historicamente nos Estados Unidos da América, pois essa unidade de produção não é funcional ao capitalismo, em termos socioeconômicos, já que sua capacidade de sobrevivência é precária. Portanto, as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente mercantil, sendo o espaço no qual se desenvolve agricultura familiar na atualidade aquele que asfixia as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.

Para a corrente teórica desenvolvida por Abramovay (2000), a agricultura familiar assume uma nova funcionalidade em relação ao capital. O uso de técnicas mecanizadas (para além do uso da tração animal) seria a condição de elevação patrimonial de sua terra, o que conduziria à expectativa de alcance de renda futura, a ser obtida pelas relações comerciais de sua propriedade, distinguindo a agricultura familiar não camponesa da camponesa, em nível de tecnificação, sendo que quanto menor esta maior a submissão do trabalho agrícola ao capital. Trata-se de entendimento semelhante à concepção de agricultura familiar, no sentido de trazer em suas raízes históricas características do campesinato (WANDERLEY et al., 1996).

Van der Ploeg (2008) também tratou das diversidades sociais e tecnológicas em unidades de produção familiar e sua relação entre agricultura camponesa e empresarial, referindo-se ao modo camponês de fazer agricultura, que reside na condição camponesa e é produzido por ela, assim como o modo empresarial de fazer agricultura pressupõe condições específicas, das quais emerge a diferença básica entre as duas maneiras, que reside no grau de autonomia inerente à base de recursos - eles coexistem lado a lado, o que permite uma análise comparada. E explica que existem espaços interativos e trajetórias que levariam tanto o agricultor camponês como o agricultor empresário à descampesinização, o qual “os camponeses podem tornar-se empresários”, e à recampesinização, que é o inverso. (PLOEG, 2008, p.54).

Pereira (2004), ao elaborar uma classificação da agricultura familiar no Vale do Gurgueia, percebeu a existência de três tipos abstratos que tinham como pontos de referência auxiliar na captação e comparação de situações intermediárias. Em cada um dos tipos identificados foram encontrados os padrões sustentáveis ou não de relações de organização social da produção e do trabalho. Pereira (2004), apresenta os tipos coma seguinte formatação:

como representante do primeiro grupo, o tipo de produtor mais avançado da região, que se intitula **Familiar Comercial-Moderno**, seguido pelo segundo grupo, formado pelo tipo de produção **Familiar Comercial-Sustentável**, que está em fase de capitalização, transitando do sistema produtivo de tipo tradicional, de subsistência, para o sustentável ou convencional moderno na região, e o terceiro grupo, formado pelo **tipo Familiar Subsistência** e pelo **tipo familiar-volante**, em processo de descapitalização. (PEREIRA, 2004, p. 36).

Essas concepções supracitadas, dentre elas a de Pereira (2004), mas também a partir dos debates de Wanderley (1996) e Costa Neto et al. (2007), é que se nota que a força do modo camponês de fazer agricultura está em função de suas resistências, expressas em suas formas particulares, sociais, tecnológicas e ecológicas. Salienta-se ainda que elas podem ser compartilhadas pelo enfoque agroecológico presente no entendimento de Leff (2002), Servilha-Guzman (2003), Caporal; Costabeber (2004), no sentido de aglutinar forças e ações em busca da transição do desenvolvimento rural convencional, e desarticular os instrumentos da visão clássica econômica de que agricultura camponesa desaparecerá por não se enquadrar no capitalismo rural moderno.

Essa identificação das diferenciações da agricultura familiar, idealizada por Graziano da Silva (1997), no *Projeto Rurbano*, ainda na década de 90, abriu um debate sobre uma caracterização da nova ruralidade brasileira, representada pelo crescimento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, trazendo o questionamento de acordo com o grau de *rurbanização* e *pluriatividade*, desarticulado da produção, tanto na cidade quanto no campo, sendo cada vez menos agrícolas.

Reafirma-se, conforme Wanderley (1996), ao contrário das demais correntes apresentadas, que no campesinato, a agricultura familiar é voltada a compreender suas raízes históricas, não somente em termos de reprodução social, mas em termos socioeconômicos, mesmo em condições de predomínio de relações sociais capitalistas do campo.

Quadro 6 - Diferenças entre agricultura de base camponesa e agricultura familiar de base empresarial.

Diferenças	AGRICULTURA FAMILIAR BASE CAMPONESA	AGRICULTURA FAMILIAR EMPRESARIAL
Geração de renda	Obtida principalmente da agricultura, dentro da propriedade, mas também de atividades pluriativas, articuladas com a produção.	Feita mais fora do que dentro da unidade de produção, seu sustento e o da família é retirado mais de atividades não agrícolas, dentro e fora da propriedade, até mesmo fora do próprio ambiente rural.
Vínculo com os mercados	O vínculo com o mercado depende do “grau de campesinidade” de cada unidade familiar de produção.	A relação, o vínculo, é mercantil.
Técnicas utilizadas na agricultura	Base técnica de características ecológicas- respeito aos limites bióticos dos agroecossistemas, em seus processos de artificialização da agricultura	Características da média produção, mais elaborada e evoluída. Maquinário, tecnificação, mecanização. Utilizam o trabalho familiar na atividade agrícola. Essas técnicas fazem com que os processos de agregação de valor de transformação possibilitem a essas empresas familiares pequenas, em relação ao espaço rural, participarem de cadeias produtivas maiores que, no caso brasileiro, são agricultores modernos, tecnificados, capitalistas-agronegócio.

Fonte: Costa Neto (2007), com base nas análises de diferenciações da agricultura familiar de Graziano da Silva (1997).

Com base nas referências apresentadas no item sobre o desenvolvimento rural no Brasil, notou-se uma diversidade de caráter tecnológico entre os agricultores familiares, que se deu principalmente a partir da produção de bens de consumo para o capital, no Brasil, desde a década de 1950. Tal fato identifica-se com os estudos de Fonseca (1985) e Dias et al. (2004), segundo os quais a extensão rural e a educação passaram a preparar o homem do meio rural para o progresso tecnológico.

Por isso, desde a década de 1960, com a introdução da modernização conservadora associada à Revolução Verde, ampliou-se o crédito rural estatal e a ampliação da extensão rural difusionista, de traços culturais *desenvolvidos para não civilizados*. Assim, a agricultura

tornava-se menos dependente da terra e da força de trabalho e mais submissa à indústria de agrotóxicos, fertilizantes e corretivos do solo etc. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

No entanto, o Relatório Brundtland, publicado pela ONU, em 1987, trouxe as noções de *desenvolvimento, modernização e extensão rural* sob o eixo de discussões da relação do homem com a natureza, com críticas ao modelo de desenvolvimento econômico dominante e impondo uma releitura da Revolução Verde. Esse processo levou a um novo ordenamento, voltado à criação do ISO 14000, em que órgãos oficiais dos países envolvidos passam a fazer a fiscalização e o manejo ambiental de empresas, aliando o discurso da sustentabilidade com o meio ambiente, constituindo os pilares: desenvolvimento rural sustentável, modernização alternativa e extensão rural ecossocial e agroecológica (SANCHES, 1993).

O modelo em questão coloca a ideia de que o agricultor familiar camponês tem uma dupla condição: socioeconômica e cultural - são unidades de produção/consumo e de reprodução, combinadas com valores culturais e éticos e ambientais. Nesse caso, destaca-se a importância da relação entre o conhecimento tradicional dos agricultores, o desenvolvimento técnico e o conhecimento científico - como destacam Caporal; Costabeber (2004), o contínuo processo de construção e expansão de saberes no campo, envolvendo a dimensão de conhecimento científico e local.

Com base nos argumentos sobre a agricultura familiar, a fim de guardar raízes históricas com o campesinato e trazer à tona a importância da valorização dos saberes locais, culturais e sociais desses atores, buscar-se-á refletir sobre como as políticas públicas com enfoque agroecológico, estão ao encontro dessa concepção.

3.3 A agricultura familiar agroecológica e as políticas públicas

No estudo sobre as Concepções de Ruralidades Contemporâneas (IICA, 2013) se reconhecem as limitações da visão convencional dominante, que define o rural como resíduo do urbano. Em correspondência com essa percepção, as políticas rurais foram concebidas como parte de políticas setoriais para agricultura (reforma agrária, desenvolvimento rural, agricultura familiar) que reduziu o rural como objeto de política agrícola ou à sua dimensão econômica.

No entanto, a necessidade de reconhecer o rural sob a perspectiva do território em sua integralidade, em sua multidimensionalidade, em sua importante contribuição ao emprego,

aos alimentos, serviços ecossistêmicos, segue tendo importante peso populacional, preservando a cultura e gerando sentido de identidade entre as populações.

Assim, a maneira como vem se discutindo a agricultura familiar, observa-se que uma grande parte dela apresenta um modelo de produção diferenciado do cultivo de monocultura, pois sua prática agrícola é baseada no policultivo, exige mão de obra e gera trabalho no campo.

Uma forma de fortalecimento dos (as) agricultores (as) familiares foi, sobretudo, o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, quando os (as) agricultores (as) familiares conseguiram dispor de um programa que favorecia o seu modo de fazer agricultura. No decorrer de duas décadas, surgiram outros programas que viabilizaram a comercialização dos produtos diretamente pela agricultura familiar, como os PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) (GRISA, 2012). Destaca-se também, no mundo rural brasileiro, a influência de movimentos agroecológicos sobre as políticas públicas, que ao menos em parte, nos últimos anos, tem feito parte dos programas de crédito, pesquisa, capacitação, assistência técnica e extensão rural, voltados para as práticas tradicionais de agricultores familiares. Podemos citar no Nordeste do país, como no Estado de Pernambuco as experiências de agroecologia e agricultura familiar que servem como subsídios para a extensão rural, como abordado por Lima (2011).

Saravia (2006) ajuda a compreender que o processo de política pública adquiriu um formato relativo a cada sociedade específica. Assim: “o estágio de maturidade de cada uma delas contribuirá, ou não, para a estabilidade e eficácia das políticas públicas, para o grau de participação dos grupos interessados, para a limpidez dos procedimentos de decisão.” (SARAVIA, 2006, p. 32). As políticas públicas têm estágios diversos, e em cada um deles, os atores, os acordos, os processos e as ênfases são distintas. O aludido autor indica a importância das instituições:

Como organizações, pelas quais os agentes públicos perseguem finalidades que não são exclusivamente respostas a necessidades sociais, como também configurações e ações, que estruturam, modelam e influenciam os processos econômicos com tanto peso como as classes e os grupos de interesses. (SARAVIA, 2006, p.37).

Diante da complexidade dos processos de politização das políticas públicas, Saravia (2006), ao fazer uma contextualização histórica sobre a evolução das políticas públicas, contempla que ela esteve baseada em diversas perspectivas: a filosófica, a das ciências

administrativas, as antropológicas e as psicológicas, onde cada uma delas prevaleceu em algum momento da história.

Como complementação a essas considerações, Marques (2013, p. 24) aduz as políticas públicas como “conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo [...]”. Enfatiza que estudar políticas é analisar porque e como o Estado age, dadas as condições que o cercam. De forma geral, “cada perspectiva de análise sobre políticas se inspirou em teorias a respeito da natureza, do funcionamento e das características do Estado.” (*Ibidem, idem*).

No referido estudo, o autor fez um mapeamento, em linhas gerais, dos referenciais teóricos sobre políticas públicas no interior da ciência política, no Brasil e no exterior, e relatou que ocorreram mudanças de enfoques dos anos 1930 até o período contemporâneo, que vão desde a redução da importância da racionalidade e do próprio processo de decisão, passando ao centro das análises a formação de agendas públicas e sua implementação por conta da representação do processo ter se tornado mais complexo. E ao longo de todas as fases do ciclo:

O processo foi sendo pensado como cada vez mais político, exigindo uma análise política para a compreensão das políticas [...] De modo que se teve de incorporar cada vez mais os atores e contextos envolvidos, suas estratégias e conflitos, assim como suas crenças e relações. (MARQUES, 2013, p. 44).

Entre os anos 1930 e 1970, a corrente behaviorista influenciou a constituição das políticas. Os estudos dos cientistas políticos norte-americanos Harold Lasswell, Herbert Simon e o canadense David Easton trouxeram a ideia de políticas públicas como “um sistema de comportamento aberto, influenciado pelas dinâmicas de outros sistemas sociais, e seriam explicadas pelas interações entre os sistemas de políticas, o sistema político e os demais sistemas” (MARQUES, 2013, p.28-29). Este aspecto é imprescindível para perceber como se desenvolveram as políticas públicas no Brasil diante dos percursos históricos.

Um dos grandes entraves, hoje, está no alcance dessas políticas, tanto no que se refere à operacionalização das políticas que demonstram não atender às reais necessidades dos (as) agricultores (as), como pelos arranjos institucionais e/ou cultura organizacional dos órgãos executores das políticas de Estado, pois já estão habituados a rotinas operacionais concebidas para a implantação de outro desenvolvimento, distantes dos conceitos e enfoques agroecológicos.

Os movimentos da sociedade civil, em particular as atuações das organizações de produtores familiares, têm encontrado uma retórica da coexistência de equilíbrios nos dois

pontos contraditórios da agricultura no Brasil (agronegócio e agricultura familiar). Na ótica de Caporal (2012):

Essa retórica da coexistência exerce grande influência do atual quadro político, já que oculta das organizações da agricultura familiar a sua crescente subordinação ao agronegócio, além de legitimar as políticas públicas perante a sociedade. Ao mesmo tempo, confirmam aos grupos do agronegócio suas expectativas em torno do papel preponderante que estão chamados a desempenhar nas políticas públicas de desenvolvimento (CAPORAL, 2012, p. 6).

Como ratifica Caporal (2012), a partir desse contexto de contradições é que se devem conceber as evoluções positivas no sentido de institucionalização de abordagens agroecológicas em programas e projetos públicos, pois é perceptível da parte do Estado que não há um esforço superior para que ocorra, de fato, o fortalecimento dessas políticas públicas, como também a sociedade civil não apresenta força política para fazer valer seus interesses nos espaços de disputas de poder. Um exemplo é a PNATER, que foi discutida no grupo de trabalho sobre ATER no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (CONDRAF), mas o texto aprovado traz as contradições, principalmente quando coloca a agricultura de bases sustentáveis.

De acordo com Faria (2012), o maior limite de efetividade das políticas públicas, especificamente as agroecológicas, está na própria concepção e institucionalidade dessas políticas, marcadas pelas ações setoriais. Conforme análises da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) há muitos avanços, como os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm facilitado caminhos para uma política de comercialização e abastecimento, mas há grandes desafios, como a “implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar voltada para a promoção da soberania e segurança alimentar, recuperando o papel regulador do Estado na realização do direito humano à alimentação.” (ANA/FASE, 2014, p.75).

Outro ponto significativo é o prazo de vigência dos mandatos, fato que se opõe à lógica de acúmulo de experiências pelas organizações, a fim de buscar resultados meritórios. Algumas reflexões já foram feitas anteriormente, no Seminário Final dos Projetos PDA/Redes- Redes ATER-NE, Redes AS-PTA/CTA/SASOP, realizado em Olinda, em dezembro de 2011, no qual se discutiram os resultados das políticas de ATER nas trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar em territórios onde as entidades da referidas redes atuam. Dentre o leque de observações, ressalta-se que, nesses casos, não só o governo demonstra ser incapaz de estabelecer coerência de conjunto em suas ações para a agricultura

familiar, já que as ações são realizadas autonomamente, com instrumentos próprios e diferenciados, que funcionam como barreiras “impostas” pelos agentes do desenvolvimento e dos próprios agricultores.

3.4 A agricultura familiar agroecológica e as políticas públicas no Piauí

Durante essas duas últimas décadas, pode-se perceber que as ações dos governos tanto investiram para reposicionar o país como exportador de *commodities* agrícolas, como contribuiu com os resultados da balança de pagamentos quanto aos incentivos para a agricultura familiar, embora fossem para modernizar as unidades produtivas com base em tecnologias da Revolução Verde ou para buscar o equilíbrio para a crise econômica.

A “entrada” do Piauí no processo de modernização agrícola deu-se pela inserção do cerrado brasileiro como espaço de fronteira agrícola, desde seu início, pelo acordo entre o Governo Brasileiro, na época da ditadura, e o Governo Japonês, através do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que tinha o objetivo de fundar núcleos de agricultura “moderna” no interior do país a produção de agroecossistemas.

Nos anos de 1970, os cerrados do Piauí foram incorporados ao projeto desenvolvimentista que vinha sendo implementado nos cerrados brasileiros, a incorporação deu-se do Centro-oeste para o Nordeste. Os programas governamentais estavam baseados no uso intensivo de tecnologia e capital e na política de terras com preços baixos que favorecia a mecanização e compensavam os investimentos com correção dos solos, Moraes (2000) identificou as narrativas hegemônicas do processo de construção social dos cerrados, como construção do passado e do presente da passagem de espaço vazio a um espaço preenchido pela agricultura. A imagem construída pela memória dominante remete aos agenciamentos do Estado sobre o próprio espaço, com as noções de improdutividade e de abandono (MORAES, 2000, p. 67)

E mais atualmente, pela especulação de terras, com capital estrangeiro, com significativa expansão através do projeto MATOPIBA, implantado desde 2008, reacendendo o processo de expansão territorial²⁷ sobre os cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

²⁷Conferir campos de latifúndios monocultores do modelo de expansão territorial do MATOPIBA, que conforme estudos da ONG inglesa Oxfam, lançado em novembro de 2016, menos de 1% das fazendas brasileiras concentra 45% da área rural do país e no relatório, que compara várias bases de dados, mostra que o lucro do agronegócio

Nesse contexto atual se torna evidente a necessária composição de um feixe mais amplo de políticas para região, pois vem se tornando uma região de produção dinâmica, altamente especializada, mas esterelizando a vida social (FAVARETO, 2015).

Esse modelo de desenvolvimento adotado pelos países latino-americanos, segundo Costilho (2011), está fundamentado no agronegócio que em profundas contradições traz consequências como a reprodução das relações de dependência típicas de economia fragmentadas. Os efeitos da abordagem seletiva dessa política incidem de maneira diversa sobre os diversos atores sociais que dela participam, ou seja, o processo de expansão territorial é, antes de tudo, fruto do mercado. Exemplo disso, é o processo de reterritorialização que ocorre nos cerrados do Piauí, como registra a agricultora na seguinte passagem: “dois homens de Formosa (BA) chegaram lá, e começaram a derrubar as casas... daí nos ficamos só olhando, aí na porteira tinha uma tocaia...”. (relato da agricultora Marisa, sobre a violência sofrida no processo de expansão territorial em Bom Jesus-PI).

O bioma cerrado tem por característica principal a importância hídrica no continente, sendo localizado em área de transição com os principais biomas é o ponto de equilíbrio. Abrange uma área correspondente a ¼ do território brasileiro.

No Estado do Piauí, o cerrado se estende em áreas do Território Chapada das Mangabeiras, ocupando 11, 8 milhões de hectares e corresponde a 46% da área do Estado. Apresenta-se em vários pontos do território piauiense, principalmente nas regiões sudoeste e extremo sul, apresenta transição nas regiões leste e norte do Estado com base nos dados da Fundação CEPRO (1999).

No Censo Demográfico de 2010, o Território Chapada das Mangabeiras, compreende uma área de 53.887,99 km², registrou uma população de 192.670 habitantes, destas 109.593 estão na área urbana e 83.077 na zona rural. Esse contingente populacional vive em vinte e quatro municípios do Estado, quais sejam: Alvorada do Gurguéia, Avelino Lopes, Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Colônia do Gurgueia, Corrente, Cristalândia do Piauí, Cristino Castro, Curimatá, Currais, Eliseu Martins, Gilbués, Júlio Borges, Manoel Emídio, Monte Alegre, Morro Cabeça no Tempo, Palmeira do Piauí, Parnaguá, Redenção do Gurguéia, Riacho Frio, Santa Filomena, Santa Luz, São Gonçalo do Gurguéia e Sebastião Barros. De todos estes municípios, segundo as informações dos dados do Território, IBGE Censo Demográfico (2010), ocorreu sobre a população rural uma redução de 9, 24%.

fica nas mãos de poucos, prevalecendo a intensa exploração dos recursos naturais que favorece a concentração de terras e fragiliza os indicadores socioeconômicos para o restante da população (MATHEUS, 2017), ver anexo D.

A concentração de recursos hídricos nessa região favoreceu a agricultura tradicional de subsistência e a expansão da pecuária extensiva, complementados por atividades diversas (extrativismo, trabalhos por terceiros, entre outros) que se combinavam conforme estratégias próprias de cada comunidade ou de cada família.

Sob este aspecto, Pereira (2004) assevera em seus estudos para uma reconstrução da formação da agricultura tradicional familiar na região do Vale do Gurugúia (PI), aborda as transformações recentes desse espaço agrário, bem como os mecanismos e as estratégias produtivas para pensar que a sustentabilidade da agricultura familiar da região, que está para a redefinição da identidade socioprofissional desses agricultores, assim como na construção coletiva de relações sociais constituídos de laços de parentesco e vizinhança.

Acerca desse assunto, Pereira (2004) argumenta que:

As políticas públicas atuais não incorporaram todos os segmentos sociais, no sentido de ampliar as condições de sustentabilidade do desenvolvimento em curso, e buscam muito pouco potencializar a utilização de recursos naturais disponíveis. O segmento da agricultura familiar foi o que recebeu menor atenção por parte das políticas públicas em meio à crise do setor agrícola. (PEREIRA, 2004, p. 33).

Sendo assim, como defendem Vasconcelos e Monteiro (2014) em estudo sobre as políticas públicas para agricultura familiar a partir de um estudo sobre o PRONAF no semiárido Piauiense, observam que o papel das agências especializadas em pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária precisa ser ressaltada, no intuito de identificar alternativas, gerenciais e organizativas, a fim de serem utilizadas pelos diferentes segmentos da agricultura familiar.

Conforme dados do IBGE, elaborados pela Fundação CEPRO (2013), a economia do Estado do Piauí, segue crescendo, mas verificou-se uma desaceleração nos períodos de 2011 a 2013, devido à crise enfrentada pelo país desde 2008, e principalmente os fatores climáticos. Ocorreu uma retração da atividade agropecuária, cuja participação no PIB saiu de 7,86% em 2012 para 6,38% em 2013 e que afetaram a produção agrícola de base familiar (empresa agrícola), embora tenha ocorrido crescimento na produção de grãos nos cerrados do Estado.

Ressalta-se no planejamento estratégico elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) para os anos de 2016 a 2019, que as ações estratégicas para fortalecer as organizações da agricultura familiar para produção e comercialização em bases sustentáveis é missão da ATER, com base nas ações da Política de ATER, fortalecer os aspectos econômicos e socioambientais, bem como as dimensões de gênero e geração.

O governo do Estado buscou, através de conferências ocorridas nos 11 Territórios da Cidadania em 2015²⁸, avançar na formulação compartilhada de propostas, desde a estrutura e gestão, da eficácia dos serviços prestados até a formação dos técnicos. Esta pasta integra a agenda nacional de qualificação e universalização da ATER, junto ao compromisso de criar-se a Rede Estadual de ATER. A Rede de ATER permite uma articulação política maior nos espaços locais pelos (as) agricultores (as) envolvidos (as), segundo pesquisa realizada pelo Centro Sabiá, em Pernambuco (ANA/FASE, 2015).

Essa política de reenquadramento socioprofissional e institucional, com ações que abrangem um leque de variáveis, foram articuladas em 2003 no início do governo Lula (2003-2006). O MDA encaminhou processo de discussão para formulação de uma nova ATER, mas em 2010 foi aprovada a Lei 12.188 que institui a PNATER (BRASIL, 2010).

A política tem no discurso institucional a pretensão de contribuir para uma atuação institucional que implante estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, potencializando as atividades agrícolas, a produção de matérias primas e alimentos saudáveis, apoio a comercialização em mercados locais, regionais e internacionais, com base no rompimento do enfoque difusionista, através de métodos participativos e construtivistas e adoção dos princípios da agroecologia como enfoque tecnológico. O público alvo definido são os agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, povos da floresta e pescadores artesanais. É um sistema descentralizado, coordenado pela MDA, conta com a participação de entidades governamentais e não governamentais (BRASIL, 2004).

Caporal (2011) observa algumas distorções entre a Lei e o texto produzido em 2003, quando contou com a participação de quinhentas pessoas, entre estes cerca de cem entidades, entre organizações governamentais, organizações não governamentais, representações dos agricultores e dos profissionais de ATER. Entre as distorções, tem-se a que faz referência ao enfoque agroecológico ter sido substituído pela “agricultura de base ecológica”, pois para o autor não dá conta da dimensão sociopolítica da PNATER.

Outro aspecto a ser considerado é que quando se fala em território outras questões são articuladas, e aqui aparecem as ações agroecológicas de Políticas públicas.

²⁸ Em 2016, foram redefinidos os Territórios da Cidadania que passaram a 12 Territórios.

3.5 Desafios para as Políticas de ATER em Bom Jesus em suas interfaces com a agroecologia

No Estado do Piauí, encontram-se vários pontos fortes e fracos com relação à PNATER no seu propósito de transição agroecológica. Com relação ao EMATER, este enfatiza o esforço empreendido, mas também a capacidade técnica-gerencial, que compromete a política. O principal entrave percebido é com relação aos interesses dos que fazem a agência. Outro ponto são as ações de extensão que são organizadas como “pacotes tecnológicos” de visitas, reuniões e dias de campo, associadas ao pagamento por atividades, devido o curto prazo estabelecido nos contratos, o que provocam também a descontinuidade dos serviços, a ausência de ações na área social e, no caso específico da regional em estudo, a falta de previsão para capacitação dos técnicos. Outro ponto apresentado pelos extensionistas na entrevista é quanto a diversificação das ações, causando uma sobrecarga de trabalho. Sobre este assunto, Diesel et al (2006) diz que a extensão rural historicamente exerceu vários papéis e que atualmente esses papéis não foram substituídos, e sim somados às demandas do público. Vê-se isso na fala do técnico extensionista Guilherme:

Infelizmente nos últimos anos o aparelho do Estado que realiza a extensão rural está sucateado... a demanda existe... os profissionais que atuam nesta área estão saindo para outras instituições...Hoje temos como meta abrir o escritório e atender aqui, quando temos estrutura para sair realizamos a visita de campo... **(Fala do técnico extensionista Guilherme).**

Corroborando que a PNATER articulada em âmbito de Estado pela EMATER-PI, em suas respectivas regionais e escritórios, no caso da regional em estudo, precisa ser potencializada para isso com a parceria efetiva entre associações comunitárias e produtivas e os conselhos de políticas públicas com significativa potencialização do capital social, tornando-se ponto essencial capaz de influenciar nas políticas de agroecologia e no desenvolvimento sustentável no município. Na fala de outro extensionista, têm-se o seguinte posicionamento:

no caso das associações e cooperativas eles tem a opção de escolher se querem ou não uma ATER pública, com relação às cooperativas aqui não tem não, em projetos que não são financiados, o custo é do próprio agricultor, agente acompanha também, nós trabalhamos em cima do potencial das habilidades e especificidade do agricultor, se ele não tiver o habito de trabalhar com peixe, isso é meio a caminho andado para o insucesso. **(Fala do técnico extensionista Luis).**

Nesse sentido, quando se busca a transição agroecológica no município de Bom Jesus – PI sobressai a perspectiva do SEBRAE, a do Banco do Nordeste da Universidade Federal do Piauí (UFPI), bem como do seu Colégio Técnico. No Primeiro, o objetivo está na transformação da atividade rural em agronegócios rentáveis com práticas de uso sustentável dos recursos naturais, aumentando o número de pessoas ocupadas na produção e ampliando o faturamento bruto, para isso, as ações são de implantação de unidades de produção agroecológicas no município, através do projeto de hortas mandalas e a realização de consultorias e capacitação preparatória para fornecimento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

No Banco do Nordeste, tem a perspectiva de crédito rural condicionado a financiar à agricultura familiar, com fortalecimento das parcerias para viabilizar assistência técnica e capacitação, com a adoção da metodologia de microcrédito produtivo orientado ao Pronaf, por meio do Programa Agroamigo, que visa disseminar e incentivar a produção de negócios inclusivos; no terceiro, a perspectiva é de incentivo à pesquisa científica e aquisição de conhecimentos, no caso da perspectiva da extensão rural, no campus UFPI – Professora Cinobelina Elvas existe um Núcleo de Pesquisa sobre Agroecologia – NAGO tem sobre base os princípios da nova ATER.

O número de famílias assistidas pela Ater pública em Bom Jesus é de 850 famílias. Tal soma configura quantidade superior de agricultores (as) a serem atendidos (as) do que a capacidade dos técnicos da EMATER-PI à época da pesquisa, segundo os extensionistas. O mesmo problema foi apontado por Lima et al (2016) na EMATER do Estado de Roraima, o qual vem passando por problemas parecidos com os da EMATER de Bom Jesus. Os estudos diagnosticaram ainda uma demanda na contratação de extensionistas.

Quadro 6 - Números de famílias assistidas de acordo com os respectivos municípios pelos extensionistas da EMATER-PI.

Município	Número de famílias
Alvorada do Gurgueia	1656
Bom Jesus	1309
Cristino Castro	1135
Currais	1643

Colônia do Gurgueia	1492
Palmeira do Piauí	946
Redenção do Gurgueia	1185
Santa Luz	1209
Eliseu Martins	803

Fonte: EMATER-PI (2016).

Estes dados estão baseados no número de DAP emitidos, independentemente de terem sido emitidos pelo Sindicato ou pela EMATER, mas demonstram que em algum momento receberam ATER. Os dados apontam que a quantidade de 7200 agricultores a serem atendidos é superior a quantidade de 12 técnicos. Segundo Caporal (2016), houve um acréscimo do número de profissionais que atendem na ATER pública, no entanto ainda insuficiente. Soma-se a este o gargalo de poucos números de automóveis, motocicletas, combustíveis e materiais para trabalho em campo.

Sendo assim, todos os extensionistas entrevistados afirmam não atender à demanda dos municípios. Quando a autora indagou sobre o atendimento às mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, afirmam não atender a estas categorias, todavia há pescadores artesanais em que a presença marcante deste público é registrada no município de Colônia do Gurgueia. As comunidades quilombolas ficam no município de Redenção do Gurgueia e não há terras indígenas sob gerência da regional em estudo, mas há uma Área de Proteção Ambiental (APA), Uruçuí - Una, de conservação e uso sustentado dos brejos e buritizais, localizada no município de Currais, onde são desenvolvidas pesquisas pela UFPI e é um local monitorado pelo IBMA.

Para Caporal (2009), um dos novos desafios da Ater pública diz respeito às formas de gestão. Para o autor é necessário introduzir formas participativas de gestão que permitam compartilhar e distribuir poder. Num momento da pesquisa, pôde-se perceber uma disputa dentro da própria instituição pública de ATER, sobre a questão ambiental no campo da agronomia e confronto entre as distintas noções de desenvolvimento rural. Uma polaridade nos discursos dos extensionistas. Na visão de dois dos extensionistas em Bom Jesus há espaço para produção agroecológica, para outros dois:

a modernização é um caminho sem volta, o agricultor já experimentou a tecnologia, uso dos maquinários... hoje nos não iremos recomendar o uso de agrotóxicos, desmatamentos, mas os próprios incentivos do governo para o uso de sementes crioulas não existe...a agroecologia é feita de modo opcional...não adianta falar para a família produzir de modo ecologicamente correto e esquecer que a família precisa se alimentar, o excedente precisa ser comercializado. (**Fala do extensionista Jorge**).

Os extensionistas fizeram apontamentos positivos, pois mesmo com os gargalos no sistema, veem a política pública como oportunidade para contribuir para o aumento da renda dos beneficiários e manutenção do homem no campo.

A discussão sobre a relevância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento local (ALMEIDA, 2007). Portanto os agricultores, comunidades tradicionais, gênero e geração devem estar inseridos nesse processo de apreender e, como atores sociais, devem ser os protagonistas da sua realidade. Nota-se essa realidade na fala do extensionista Maurício:

[...] quando havia treinamento nas comunidades tradicionais aqui, nós num era inserido, ai briguei que eu tinha que participar, porque como era que eu ia trabalhar lá...então quando fui convidado para uma troca de experiência com outras comunidades, que vieram de São João, vi que tinha as coisas dos povos tradicionais e que conhecia, muitas daquelas coisas aprendi com meu pai. (**Fala do técnico-extensionista Mauricio**).

Portanto, mesmo diante de tantas perdas e dificuldades, estas constituíram em seu ambiente um saber e experiência jamais vista ou alcançada por técnicos ou pela tecnologia mecanicista:

no passado ela foi bem, se deu mais atenção à ela...Os órgãos oficiais, muitos deles já fecharam e outros órgãos estão tentando fazer este tipo de trabalho... Porque a extensão é muito mais do que você atender com assistência técnica uma lavoura... não adianta trabalhar outras atividades, se ele não tiver o hábito de trabalhar, podemos trabalhar com inúmeras alternativas, primeiro é feito um levantamento do imóvel da família, para elaborar o laudo técnico, a proposta dele (agricultor) e no final das contas precisa se chegar a um denominar comum, pois o agricultor chega com sua proposta pronta, muitas vezes o órgão não obedece as expectativas, acaba que o agricultor aceita o que tem disponível. (**Fala do técnico - extensionista Jorge**).

Sendo assim, o que Freire (2002) chama de “alienação da ignorância”, o agricultor tem sua proposta, mas tem que se acomodar ao conteúdo programático da instituição, “é o que costume dizer, quando a extensão rural faz bem feita o agricultor não vai precisar se utilizar

destas ferramentas...se agricultor fosse mais bem acompanhado pelo extensionista acredito que ele não precisava estar utilizando créditos (**fala do extensionista Luís**).

Daí se retoma as discussões propostas por Dias (2004) quando fala da capacidade interventiva dos profissionais, chama atenção para o fato de o extensionista compreender o processo de construção das novas diretrizes, que nasce a partir da crítica ao modelo de difusão de tecnologias adotado em fases anteriores da extensão rural no Brasil. Nesse “novo” processo para construção de uma agricultura desenvolvida, a partir de critérios não-convencionais.

O capítulo seguinte apresenta a transição agroecológica em contextos locais da agricultura familiar em Bom Jesus, cidade objeto de pesquisa desse estudo.

4. OS SENTIDOS E DESAFIOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM CONTEXTOS LOCAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM BOM JESUS – PI

Este capítulo é dedicado à apresentação das informações empíricas e sua discussão à luz da teoria apresentada nos capítulos anteriores. Para isso, será feito, em um primeiro momento, uma contextualização da dinâmica da agricultura familiar em Bom Jesus-PI, buscando identificar a relação entre agricultura familiar e a questão agrária no território. Em seguida, caracteriza-se os (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) pesquisados (as), principalmente no que diz respeito às suas figurações sobre terra, trabalho e família nas formas de produção e comercialização, seguido do perfil da agricultura familiar camponesa que lança as bases para uma agricultura agroecológica no município de Bom Jesus. No terceiro momento, procura-se realizar um diálogo entre os referenciais teóricos e o campo de pesquisa.

4.1 Contextualização da dinâmica do espaço geográfico para a agricultura familiar em Bom Jesus-PI

As dinâmicas ocasionadas pelo processo de modernização da agricultura, no município de Bom Jesus, não produziram a homogeneidade dos espaços rurais.

Nos espaços rurais de Bom Jesus, segundo Censo Demográfico de 2010, habitam 5.006 dos 22.629 habitantes da população total. Desse total, o número de estabelecimentos da agricultura familiar fica na ordem de 824, mas o número de pessoal ocupado na agricultura familiar fica da ordem de 2.276. O espaço socioambiental que esse agricultor ocupa tradicionalmente é a margem do Rio Gurguéia e seus afluentes, no entanto, na pesquisa, pela própria característica da diversidade dos espaços rurais do município, existe esta miscelânea nas formas organizativas dos agricultores familiares interlocutores da pesquisa.

A produção para o provimento da família é cultivada em áreas próximas à área de moradia e a divisão do trabalho é realizada conforme gênero e faixa etária. Os produtos que se destacam pela agricultura familiar são mandioca, melancia, banana, manga.

Com base no Censo Agropecuário 2006, 214.771 ha de terras do município são próprias; 1840 ha são de assentados sem titulação definitiva; 1266 são arrendatários; 178 parceiros e 5692 ha são ocupantes. Conforme dados do Relatório do Cadastro Ambiental de

Propriedades Rurais²⁹ do município de Bom Jesus, realizado em 2016, foram catalogadas 10 Datas de Terras (Jenipapo, Tábua, Viana, Castelo, Riacho dos Cavalos, Pinga de Fora, Couves, São Gonçalo, Corrente dos Matões e Doca), conservando suas características socioeconômicas, culturais e territoriais. Pode-se dividir as áreas em culturas de sequeiro e de vazantes, tendo como ponto de referência os rios perenes que margeiam o município, Rio Gurgueia e Corrente e seus afluentes (Palmeirinha). As terras do município de Bom Jesus ocupadas por maiores índices de povoamento são as margens dos rios com destaque para data Jenipapo com a maior quantidade de propriedades e aquelas com menor incidência de propriedades localizam-se nas proximidades do Parque Nacional da Serra das Confusões. Conforme o Relatório, a queimada das roças no período de secas é uma das práticas agrícolas mais utilizadas. Outro ponto é o desmatamento para pastagem do gado e uso de inseticidas em combate às pragas.

4.2 Caracterização dos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) pesquisados (as)

A seguir, a descrição de cada um dos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) pesquisados (as) pela ótica de sua organização familiar e os processos de interação com a terra, trabalho, interconhecimento local, produção e comercialização.

4.2.1 Família “Retirante e Empreendedora”

Na primeira propriedade analisada, a composição familiar se dá pelo casal, Manoel com 56 anos e Regina com 52 anos, e 4 filhos com suas respectivas esposas e netos (as) do casal.

A família migrou de outra localidade há 8 anos, onde eram moradores de fazenda, quando herdaram uma terra e com o dinheiro da venda desta adquiriram a propriedade em que residem atualmente. O filho mais novo teve a ideia de trabalharem com a terra em busca de qualidade de vida e melhoria de renda. Segundo Manoel, na época este filho era solteiro e apresentou-se com potencial empreendedor, assim a família abraçou a ideia.

Analisa-se a fala do agricultor Manoel:

²⁹ Relatório elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bom Jesus no ano de 2016, nele consta que as Datas de Terras, nome utilizado para designar a individualização dos lotes de terras, ou seja, os dados do terreno, como número e demais dados latitude, longitude, metragens, divisas e concentrações do terreno.

Plantamo os primeiros canteiros, ai fomos vendendo na cidade e aumentando a plantação. Nós foi construindo as casas uma atrás da outra... as muié ficam na ajuda da colheita e montagem dos mói. Esse menino é que é responsável pela venda. **(Fala do agricultor Manoel).**

As casas foram construídas com os recursos advindos do trabalho na roça. A princípio os produtos eram levados em uma carrocinha de motocicleta, mas com a fiscalização foi adquirido um veículo modelo corsa sedan, através de financiamento da própria loja, que serve para transportar as hortaliças e também como passeio para família. Também foi adquirido um sistema de irrigação por aspersão e gotejamento com investimentos próprios.

O casal estudou as séries iniciais, dos 4 jovens casais um já concluiu o ensino médio e os demais estão estudando na própria comunidade, que dispõe de uma escola rural do município para o ensino fundamental e outra da Secretaria Estadual de Educação³⁰ com o ensino médio.

A área total é de 4 hectares com 1 hectare aproveitado para o cultivo de hortaliças e frutos e nos outros 3 hectares foram construídas 5 casas, onde residem as famílias. A família não dispõe de maquinário agrícola, mas ferramentas que auxiliam no trabalho agrícola e a mão de obra utilizada são da própria família.

³⁰ Escola anexo da Unidade Escolar Joaquim Parente, sob gerência da 14ª GRE, funciona na comunidade há 15 anos.

Figura 7 – Propriedade da família “Retirantes e Empreendedora.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A renda mensal é de R\$ 7.500,00. Sobre a renda da propriedade são retirados os valores para compras domésticas, insumos (esterco de gado, adubo e areia) comprados anualmente em carradas. Os pagamentos das dívidas são discutidos entre todos os membros da família.

A produção agrícola é de hortaliças (couve-folha, coentro, rúcula, alface e cebolinha) e frutas (banana e mamão). Inexistem insumos internos e isso representa uma alta dependência externa; no caso o esterco de gado é adquirido pela compra na fazenda de um compadre. Os cuidados com a produção são durante o ano todo, ocorrendo colheita e entrega de 120 molhos de coentro e cebolinha, 60 pés de alface e 20 de couve-folha todos os dias. A mão de obra é da família, pagando diárias a um parente (tio) 02 vezes por semana. As frutíferas, além de proporcionar a diversificação da produção, permitem a ciclagem de nutrientes, evitando a erosão do solo. As dificuldades apontadas pela família são relacionadas às pragas que ocorreram na plantação de tomates, mas pararam com a produção. Utilizam receitas caseiras aprendidos com a troca de experiência entre os professores do Colégio Técnico Agrícola.

A estratégia de comercialização é diversificada, sendo que o forte das vendas está no contrato de abastecimento de hortaliças de dois supermercados do município e um restaurante

da cidade, realizando-se a entrega dos produtos nestes locais todos os dias da semana, conforme a colheita diária anteriormente especificada.

A participação social dos membros da família é ativa e interagem no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Associação de Moradores do Povoado e como campo para aulas demonstrativas do Colégio Agrícola de Bom Jesus.

De forma geral, o fato de não acessarem políticas de crédito rural os distanciam das relações com a ATER pública, no entanto, recebem orientações de professores do Colégio Agrícola de Bom Jesus e alunos-estagiários. A contrapartida de aulas demonstrativas é que eles apreendem técnicas de manejo, produtos caseiros para combate de pragas e orientações técnicas. Nisso, o Colégio Técnico Agrícola acaba desempenhando o papel da própria extensão rural. Adquiriram o Agroamigo³¹ no valor de R\$ 2.000,00 uma vez, logo no início da produção em 2009, através de contato com a ATER, onde tiveram as primeiras orientações de produção. Faziam uso de adubos químicos e a mudança para um cultivo orgânico está ligada ao aumento dos canteiros, o não manuseio de agrotóxico e as orientações dos professores aos alunos. E atualmente, como a produção cresceu, estão buscando orientações com a ATER. Também aderiram ao programa de desconto especial no consumo de energia elétrica, para agricultores familiares irrigantes.

As preocupações são quanto ao pagamento do financiamento do veículo em 24 parcelas, pela própria loja no município, à manutenção das atividades na propriedade e ao investimento no plantio de mandioca, que já foi plantada em 1 hectare, adquirido com recursos vindo da plantação de hortaliças. As palavras de Manoel demarcam o significado que a terra traz à vida da família “retirante e empreendedora”: ‘o que farta para as pessoa viver da terra é corage’. Os recursos advindos da terra subsidiaram a criação dos filhos, isto é, as estratégias de produção e reprodução social estão baseadas na família (núcleo), que através do trabalho na terra realiza a mediação entre indivíduo e sociedade, conseguindo estabelecer uma teia de relações sociais que se configuram como especificidade diante das relações capitalistas estabelecidas pelos projetos da soja em Bom Jesus, o que permite suas sobrevivências e permanência na terra. A divisão do trabalho no cultivo da terra e a solidariedade estabelecida entre as famílias tornam possível sua permanência na terra, o que permite que essas pessoas se coloquem de maneira diferenciada daqueles que vivenciam a alienação do trabalho, e apesar

³¹ É um programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil socioeconômico do (a) agricultor (a) no Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Tem como característica o atendimento a agricultores enquadrados no Pronaf, exceto as categorias A e A/C.

de estarem integrados à ordem dominante, mantêm de certa forma o controle sobre o seu território.

As estratégias de reprodução socioeconômica desta família agricultora contribuem para uma proposta agroecológica, à medida que ajudam efetivamente na construção de autonomia da família, na geração de trabalho da família de Manoel e Regina, pelo controle do seu próprio trabalho, dos seus meios de produção e contribui na (re) ativação de relações socioeconômicas, no sentido de proporcionar a geração de autonomia na própria comunidade.

4.2.2 Família “Brejo”

O núcleo familiar da propriedade da Família “Brejo” é formado pelo casal Antônio, 61 anos e Cecília, 58 anos, que moram sozinhos, são naturais de Bom Jesus e filhos de agricultores. Casaram-se e foram ser vaqueiros, mas tiveram que ir para cidade em busca de estudo para os filhos, pois na comunidade não há escolas. Segundo ele: “[...] hoje já se pode contar com escola na comunidade aqui perto... mas mesmo assim é longe para mandar as criança[...].” Durante o período de 20 anos que residiram na cidade foram trabalhando, Cecília em casa de família, na qual ganhava menos de salário e Antônio como diarista. Os filhos do casal residem na cidade, sendo dois casados e um solteiro; a filha exerce a função de doméstica e os dois filhos trabalham por diárias.

A propriedade é de um hectare, adquirida com recursos da aposentadoria. Tiveram acesso uma vez ao PRONAF, quitaram a dívida, mas não solicitaram outra vez. Os itens de produção são feijão, milho, mandioca e buriti; neste caso, como culturas anuais, são comercializados na feira livre local pelo filho solteiro que mora na cidade. Como diz Cecília: “como é a natureza quem da pra nós, nós num conta...nóis vende só porque tem que comer”.

Não soube dimensionar a produção de mandioca, mas é vendida a preço de R\$ 6,00/kg; O feijão a R\$ 7,00/kg; a raspa do buriti a R\$ 10,00/kg; o milho a R\$ 40,00 o saco. A renda bruta total está em torno de R\$ 1000,00. Há quatro anos não tinham renda agrícola, moravam na cidade, conforme a moça: “às vezes passava até necessidade...”. Antônio trabalhava por diárias, mas quando Cecília se aposentou resolveram comprar um pedaço de terra, pois o vínculo com a terra é muito forte, sendo filhos de agricultores, e a volta para o lugar de origem era o sonho do casal, assim Cecília relata que o que tem “dá pro gasto”.

Também não têm custos com insumos, pois não utilizam agrotóxicos. O trabalho é braçal, a família não tem dívida. A participação social se dá na igreja evangélica da localidade e são afiliados ao Sindicato dos trabalhadores rurais. Antônio se filiou ao sindicato em 2010

para ter direito a aposentadoria: queria receber auxílio doença quando machucou a coluna e não podia trabalhar; já Cecília se filiou em 2012, vindo a receber o direito antes que Antônio. O que traz um peso maior no planejamento familiar está relacionado à aquisição de mais terras.

Antônio e Cecília são analfabetos e entre os filhos, um concluiu o ensino médio e os outros dois as séries iniciais. Com relação a ATER, há aproximação com o extensionista agrônomo através da metodologia de contato e visitas técnicas semestrais dentro do ano agrícola, para auxílio no melhoramento da produtividade dos plantios devido ao cultivo de sementes melhoradas de feijão e de milho, e com relação à aposentadoria de Antônio. A relação com o sindicato permitiu que organizassem a documentação da família, que iria permitir acesso a direitos como os programas governamentais de Inscrição do Seguro Safra (IGS) e o recebimento de sementes melhoradas. O acesso a crédito rural³² permitiu que se fizessem investimentos na propriedade, a começar pela casa de morada. Em relação à qualidade e disponibilidade de água há abundância, mas não encanada; a propriedade fica nas proximidades do brejo de buritizal.

As estratégias de reprodução social da família “Brejo” são organizadas pela memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro (LAMARCHE, 1994). A lógica que os expulsou da terra é sempre delimitada pelo desejo maior de não se perder a autonomia, conquistada a duras penas, até que estruturaram sua morada na própria terra. O retorno ao campo pôde colocar a renda agrícola como mais uma estratégia de complementação à aposentadoria e à reprodução social da família, assim os filhos que não residem na propriedade revezam na ajuda com o plantio.

³² O crédito PRONAF para custeio de R\$ de 2.500,00 feito somente uma vez.

Figura 8 – Propriedade da Família “Brejo”



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

4.2.3 Família “Águia”

A família “Águia” é formada pelo casal Francisco, com 49 anos e Laura, com 48 anos, e quatro filhos (uma adolescente e 3 rapazes casados), ambos ajudam na execução das atividades na propriedade. A filha adolescente estuda na escola municipal na própria comunidade, já o casal e os 3 filhos jovens estudam na sede do município no turno da noite. São estudantes do ensino médio e pegam o ônibus escolar que passa na comunidade para ir para a cidade distante 10 km.

A área da propriedade é de 2 hectares adquiridos com recursos próprios, que juntaram quando trabalhavam como assalariados na fazenda de Antônio, mas ainda ficaram devendo. Foi a produção no próprio terreno que os ajudou a pagar o que faltava, conforme Antônio: “nós já tinha costume de trabalhar com os canteiros, os coentros nasce com 8 dias, com 30 dias já colhemo e os alface com 45 dias, assim foi terminando de pagar.” A família não utiliza serviços mecanizados, embora Francisco exerça a função de tratorista na cidade de Santa Luz, a 40 km de Bom Jesus, profissão exercida desde quando veio com seus pais para o município há 32 anos. É natural do Ceará e seus pais exerciam a função de gerentes na fazenda de plantação de soja. Laura é filha da terra, trabalhava ajudando uma tia a fazer bolos, conheceu Francisco e casaram três meses depois. “Naquele tempo as pessoas não podia namorar muito tempo, né.” Foram cuidar de uma fazenda como assalariados e lá passaram 18 anos, mas guardando no peito a vontade de ter um pedacinho de terra seu.

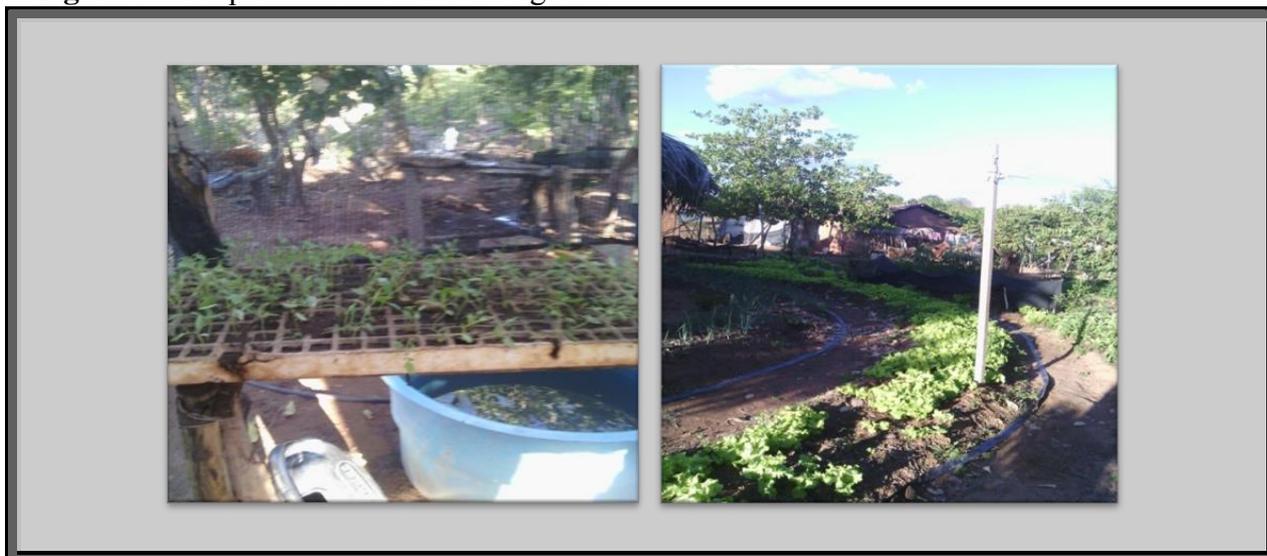
Com recursos próprios, obtiveram a propriedade atual que foi contemplada há 8 anos com o programa PAES³³, através do qual adquiriram a infraestrutura (caixa d'água de 10.000 litros; galinheiro, mangueiras de irrigação) necessária para desenvolver a produção de hortaliças orgânicas (alface americano, rúcula, couve-flor, salsa, cebolinha, coentro e pimentão), e a criação de galinhas caipiras e caipirão. A adubação é preparada a partir da compostagem de folhas secas e do esterco das galinhas. Já as galinhas são alimentadas com ração (geralmente para cada 40 galinhas, são comprados de 4 a 5 sacos de ração) e também com hortaliças. A produção é constante, pois Francisco e Laura têm alguns anos de experiência com o cultivo de hortaliças, e foi na fazenda em que trabalhavam que obtiveram as primeiras práticas de manejo com técnicos da ATER pública que atendiam a propriedade. Quando foi para uma propriedade sua que o casal passou a incorporar técnicas repassadas em cursos, como manejo do solo (como não roçar todo o mato), utilização de folhas secas para fazer a compostagem, receitas caseiras para prevenir pragas e foi ponto fundamental o contato com a ATER, além de manter um terreno arrendado com 3 hectares de terra para o plantio de milho e feijão com sementes melhoradas, mandioca, abóbora e tomate. Há uma estabilidade para o arrendamento proporcionada pelo acompanhamento técnico no plantio e pelo Seguro Agrícola (IGS).

Quanto à colheita de hortaliças, esta é feita três vezes por semana em períodos de safra maior, que é quando não está chovendo e geralmente colhem 70 pés de alface, 50 molhos de coentro e cebolinha, 60 molhos entre rúcula, salsa e couve-flor, e a entrega dos produtos é realizada num restaurante da cidade. Francisco abriu um ponto comercial em sua residência para comercialização dos produtos com o crédito do Agroamigo, e com esse recurso também comprou uma despoldadeira.

No entorno da horta há árvores frutíferas de onde retiram frutas para o preparo de polpas (manga, cajá, goiaba, acerola, caju, tamarindo) que são comercializadas ao preço de 7,00 reais um balde de 20 L de cajá e acerola, rendendo 8 polpas. Frutas como acerola, manga e goiaba, sob mesma medida, rendem 10 polpas que são comercializadas no ponto comercial na própria residência e também têm contrato de fornecimento nas fazendas na Serra do Quilombo, onde é feita entrega uma vez por semana. As hortaliças são também comercializadas através da entrega direta a consumidores individuais, “os gaúchos derramam veneno na serra, mas na sua mesa são exigentes...”.

³³ O Programa apoia os agricultores familiares no processo de transição da agricultura convencional para orgânica, através do projeto hortas mandalas. No município de Bom Jesus, ocorre em parceria do SEBRAE e a Prefeitura Municipal, a seleção dos participantes é aleatória, os requisitos são a terra e água.

Figura 9 – Propriedade da Família “Águia”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Laura também fez cursos de culinária quando era jovem e atualmente prepara lanches para venda (sucos naturais, salgados, cremes e tortas). Os produtos têm boa aceitação e são preparados durante a semana, em média 100 salgados, vendidos ao preço de R\$ 3,00 a unidade. A família também revende para o governo através do PAA³⁴ e PNAE³⁵.

Com a produção de galinhas e ovos, para autoconsumo e revenda (R\$ 25,00 o caipirão e R\$ 35,00 a caipira), o casal retira por volta de R\$ 700,00 mensais. Em média, a família retira uma renda mensal de 6.000 reais a partir da produção.

A participação em organizações sociais é fraca. A vida social é vinculada com as relações comerciais e a escola, pois todos estudam, e também recebem visitas de parentes e amigos. Possuem dívidas (Agroamigo) que são compatíveis com a renda obtida. Nas relações socioeconômicas são distantes com as organizações. A prioridade é o trabalho na propriedade.

O planejamento familiar é de continuar a produção de hortaliças e ampliar a venda no ponto comercial para proporcionar estudos aos filhos. A principal limitação da propriedade está relacionada à água. O local fica próximo ao poço da localidade, mas para o uso particular pretende furar um poço individual.

³⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003 para colaborar com o enfrentamento da pobreza, e ao mesmo tempo, fortalecer a aquisição da agricultura familiar. O programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações.

³⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi instituído pela lei nº 11.947/2009, o programa prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, visa à compra de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

O ponto forte está relacionado à produção diversificada, a relação com a ATER é estreita, “quando preciso de apoio técnico eles vem aqui, participamos do curso sobre agricultura familiar, do curso sobre utilização de receitas caseiras para pragas”. Já aderiram ao PRONAF 2 vezes, e a partir desse crédito obtiveram contato com ATER. O acesso ao crédito possibilitou várias melhorias na produção: manutenção dos canteiros, estufa, motor de água, uma despoldadeira.

Na família “Águia”, Francisco coleciona pedrinhas das mais diversas, disse: “tenho um vínculo maior com a natureza”, o que demonstra a construção de um projeto de vida baseado na relação de harmonia do homem com a natureza. Outro ponto que chama atenção é o casamento como estratégia de reprodução da vida social, como já estudado por outros autores como Woortmann (1995) entre outros, mas nos remete a Bourdieu (1996) com o lugar do casamento nas estratégias de reprodução da vida camponesa, e na sociedade tradicional este é a instituição responsável pela constituição da mulher em ser social.

Mas, sem querer dimensionar pressupostos morais, buscou-se o rigor científico. Assim, a divisão do trabalho no cultivo da terra e das aves, com a lidada casa, a solidariedade do fruto do trabalho destaca-se na família de Francisco e Laura como características do uso do território. Destaca-se também a atividade não agrícola de Francisco como tratorista, a de Laura com os lanches, como complementação à renda da família, e também o acesso às políticas públicas como uma estratégia para assegurar a renda oriunda do trabalho na terra.

As estratégias de diversificarem a produção fazem com que as relações da família “Águia” se complexifiquem e a relação com a ATER seja mais próxima. O contato e as visitas técnicas são a cada dois meses e ocorre também fiscalização pelos agentes financeiros. Essa complexidade se dá pelas fontes de renda agrícolas e não agrícolas. O salário de Antonio, como tratorista tem papel importante na estratégia econômica da família, mas foi na produção no próprio terreno que dois anos mais tarde compraram uma moto. Antes disso, compraram uma antena parabólica com o dinheiro das hortaliças. Mas hoje Laura trabalha com polpas e salgados, além da criação de galinhas e das hortaliças, “é o que mantém nós mesmo... a renda da agricultura”, assim criam a capacidade da família de se desvencilhar das amarras do capital, bem como negam a especialização da produção pela monocultura.

A estratégia da família “Águia” é recorrente, precisando a cada ano recorrer ao crédito para viabilizar a produção, pois a família “Águia” acredita que diversificando a produção é possível obter renda, inclusive com pouco espaço, mas ainda assim, renda agrícola. Esta relação indica, com base em Costa Neto (2009), que os (as) agricultores (as) estão no campo e retiram seu sustento da atividade agrícola, daí recorrer como agricultura familiar para agilizar

a funcionalidade (CARNEIRO, 2011) em relação à sociedade capitalista, em termos socioeconômicos. “Nóis prepara a terra... os menino, filho da gente, ajudam a plantar, cuidar da roça... nóis pensa que assim, eles pegam gosto e quando nóis faltar eles sabem como seguir.”

Nesse sentido, a família “Águia” tem essa característica multifuncional, socioeconômica e cultural, combinando valores culturais e de produção de mercadoria, daí quando se fala que a relação com extensão é estreita realça a quebra de hierarquia entre agricultor e extensionista. Assim, também frisa o processo de construção e expansão de saberes no campo.

4.2.4 Família “Boiadeiros e Assalariados”

É formada pelo casal Marcelo (50 anos) e Maria (39 anos), que tem 6 filhos, sendo 2 jovens (do primeiro casamento de Marcelo) que têm vínculo empregatício, regime CLT, e trabalham em empresas de vigilância na cidade; os outros 4 filhos do casal são adolescentes e crianças que residem com os pais. A família vive em uma casa antiga, herdada dos pais de Marcelo que era boiadeiro, e o apego a terra está muito presente, pois foi onde seus antepassados viveram e constituíram suas famílias (LAMARCHE, 1998).

Marcelo e Maria estudaram o ensino médio completo no anexo da Unidade Escolar Joaquim Parente, em comunidade próxima, e os filhos seguem a mesma trajetória escolar dos pais, tendo iniciado os estudos na comunidade.

A área é de 6 hectares e está toda utilizada com bovinocultura de leite, criação de porco e galinhas e o plantio de hortas para o autoconsumo, não quantificados. A casa é construída de adobe cru, a água é de poço jorrante da comunidade, há caixa d’água e um estábulo.

Na criação de 8 vacas leiteiras, criadas soltas no pasto, são produzidos cerca de 60 litros diários, vendidos *in natura* por R\$ 3,00/L, comercializados no mercado local e na residência. Também são produzidos queijo e iogurte sob encomenda, vendidos principalmente na comunidade. A bovinocultura de leite foi organizada com assistência técnica da Cooperativa de leite D. Cota, extinta há 10 anos, e também pela EMATER e pela Secretaria de Agricultura do município.

Figura 10 – Propriedade da Família “Boiadeiros e Assalariados”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A produção de queijo e iogurte é de iniciativa da mulher: “os cursos de capacitação repassam muito conhecimento... e nós tem a experiência...”. A fala da mulher demonstra a relação com a ATER, “os cursos ofertados na comunidade nos participa tudo... já tivemos sobre agricultura familiar, produção sem agrotóxicos, como fazer queijo, iogurte, polpas de frutas, daí a gente aproveita o que dá aqui.”

A fala de Maria ressalta o trabalho de capacitação fornecido pela Ater na região, porém ela aponta a falta de recursos financeiros para agricultura familiar, sendo os créditos limitados, as linhas de crédito disponíveis somente em uma instituição financeira.

A participação social da família é ativa. Participam da Associação de Moradores da localidade, da qual são membros do conselho comunitário. Sempre participam de atividades organizadas pela ATER, de atividades de lazer (futebol) e banhos de poços jorrantes, também têm forte ligação com a escola, resultado da preocupação com a educação dos filhos.

A criação de gado é considerada atividade principal, sendo que a comercialização do leite e seus derivados e a produção diversificada para o autoconsumo assumem a principal fonte de renda para a família.

A relação do (a) agricultor (a) com sua terra não se pauta apenas na produção para comercialização da produção, mas o indivíduo é identificado com o lugar que trabalha e vive, pois foi nesta terra que seus antepassados viveram. Essa família agricultora identifica o lugar como carregado de sentimento de posse e de identificação. Segundo Marcelo, os problemas relacionados à sucessão foram definidos antecipadamente pela mãe que deixou ele o filho mais novo com a propriedade e continuidade da atividade tradicionalmente trabalhada pelos seus antepassados.

A família teve experiência com cooperativa, no entanto as relações de trocas desiguais no mercado (mercado de varejo local), que exigiu a certificação dos produtos e o endividamento dos cooperados, dificultaram as condições mais favoráveis de comercialização, de acesso ao crédito, à extensão rural, e outras políticas públicas. Mas como forma de resistir, a estratégia utilizada foi a continuidade de sua produção individual, a partir de uma utilização mais crítica dos métodos tradicionais de cultivar e criar animais, assim sua comercialização está baseada na relação direta do produtor com o consumidor.

4.2.5 Família “Semeador e Negociantes”

A família é formada pelo casal Antônia (54 anos) e Juliano (63 anos) e um filho solteiro que reside com o casal. Têm mais 3 (três) filhos, todos com formação superior e casados, residentes na cidade e desempenham atividades laborais relativas às suas áreas de formação: enfermagem, professor universitário e nutricionista. O casal não estudou, já os filhos estudaram na comunidade as séries iniciais. Quando eles estavam no ensino fundamental Antônia comprou uma casa na cidade para colocar os filhos para estudar. Quando concluíram o ensino médio, os filhos mais velhos foram estudar na capital do Estado, moraram na casa de estudantes e retornaram. O mais novo ficou e fez o curso de Engenharia Florestal na UFPI – Campus Cinobelina Elvas... “ hoje só tenho a agradecer a Deus, por meus filhos terem seguido bons passos, porque criar filho nos dias de hoje não é fácil não.” (Fala da agricultora Antônia).

A área é de 10 hectares, herdados da mãe de Juliano. Na propriedade se produz uma diversidade de produtos: hortas, legumes, verduras e frutas, onde tem um pomar de maracujazeiros, plantado recentemente. A renda mensal gira em torno de R\$ 4.000 com a

venda dos produtos na feira livre tradicional. Para o autoconsumo produz porco e galinha. Possuem casa com alpendre, poço tubular e caixa d'água, e não existem maquinários na propriedade.

Figura 11 – Propriedade da Família “Semeador e Negociantes”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Não participam muito de organizações sociais. A vida social é vinculada com as relações comerciais, a esposa frequenta a igreja, vai às orações frequentemente e faz visitas a parentes e amigos.

Durante a pesquisa de campo estava em fase de elaboração junto a EMATER um projeto de crédito custeio pelo PRONAF para compras de galinhas caipiras, pois têm percebido a procura na feira.

A principal dificuldade é quanto a produção de laranjas, que tinham 5 pés que já chegaram a produzir 200 laranjas cada um, e estas eram comercializadas na feira livre tradicional estes “parece sofrer com o desequilíbrio da natureza... A vida da roça era melhor, andava mais de 4 km... Era mais sofrido para ir plantar... Mas era mais respeitoso”, ressalta Antônia para justificar a diminuição da produção e o não uso de agrotóxico.

Figura 12 – Agricultora local na feira livre tradicional.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A estratégia de diversificar a produção, sempre apresentando produtos diferentes ao seu consumidor na feira, abre precedentes para que a família “semeador e negociantes” desenvolvam seus próprios mecanismos de reprodução, que vão desde a produção livre de venenos, à venda diretamente ao consumidor, que dribla a empresa capitalista que expropria a renda camponesa. Na fala da agricultora Antônia, isso fica evidente:

Hoje é um desafio a venda na feira, mas ela não se acaba não... Antigamente as pessoas criavam e colhiam o que iam consumir, naqueles tempos não tinha maçã, mas a goiaba era farta... Hoje se déia de consumir o que tem no fundo do quintal para comprar uma coisa que não se sabe nem a procedência. **(Fala da agricultora Antônia sobre a presença de atravessadores e a abertura de frutarias na cidade).**

Isso talvez ajude a compreender o que Martins (1975) explica, que a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho do outro, mas é instrumento de trabalho de quem trabalha, isso porque os resultados sociais são que a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não são controladas pela necessidade do lucro do capital.

A estratégia de reprodução socioeconômica da família é a busca pela autonomia. Autonomia em relação à compra de insumos, na medida em que não utilizam agrotóxicos. A fertilidade do solo é resultado da utilização de esterco bovino, que pega na propriedade vizinha de Marcelo, também interlocutor desta pesquisa, o qual não cobra pela utilização. Do esterco bovino faz composto orgânico e também utiliza a urina da vaca, aplicando em alguma plantação.

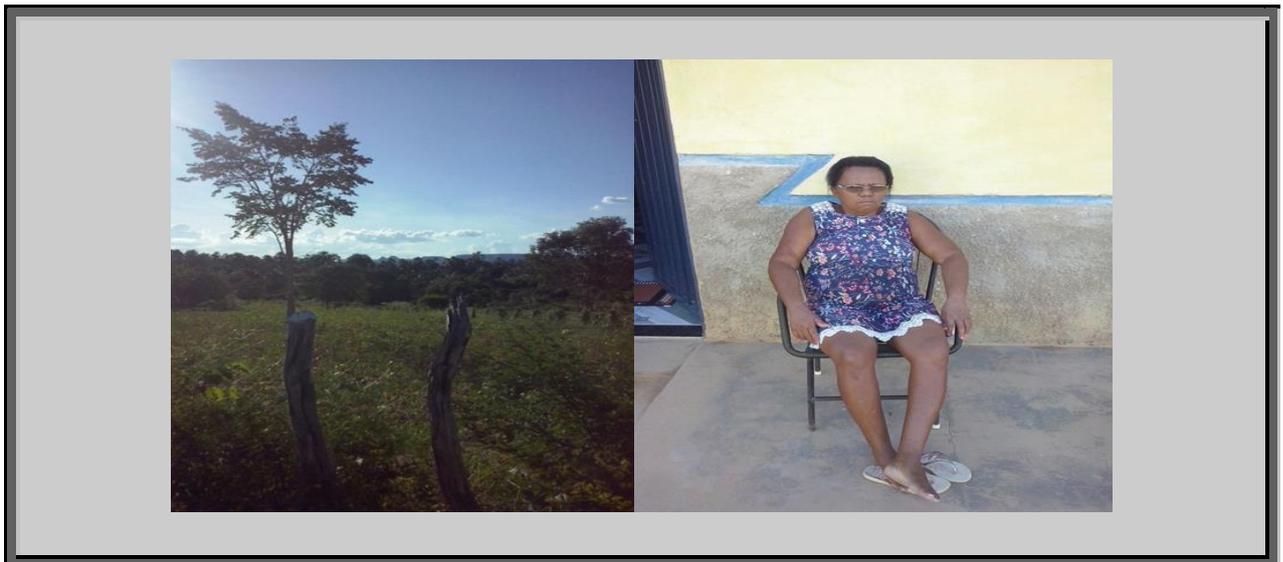
4.2.6 Família “Buritirana e Associativos”

A família é composta por Mercês, de 56 anos e seis filhos. Mercês estudou as séries iniciais em Bom Jesus, morava numa outra comunidade do município até o início da mocidade, quando conheceu o pai de seus seis filhos. Tiveram duas mulheres e quatro homens, estes concluíram o ensino médio na escola da comunidade. Uma das filhas casou-se com um paraibano e foi morar em João Pessoa, capital do referido Estado, e a outra formou-se em pedagogia e mora e leciona em Picos, no sul do Estado do Piauí. Os quatro filhos ficaram com mãe:

[...] convivemos todos esses anos, com muita dificuldade, a roça era pequena e além de ser ruim, morava nas terras do pai do meu marido, ele trabalhava à meia, o pai determinava a forma de produzir ...vamos procurar outro lugar para nós ... lembra dos conflitos que viveu com marido... Comecei a estudar e marido botava banca [...].

Vivem em um lote que está localizado num assentamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário³⁶, a 8 km da sede do município. A área é de 2 hectares, sendo 1 hectare de área produtiva. O assentamento está organizado em 4 núcleos, com 30 famílias em cada. São 120 casas no assentamento, a família é envolvida com a associação de moradores, que não tem sede própria, as reuniões acontecendo na residência da família.

Figura 13 – Propriedade da Família “Buritibanas e Associativos”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

³⁶ É uma política pública complementar de reforma agrária. Tal política propõe como requisito básico a organização dos indivíduos em associações para que sejam beneficiários e estes devem gerir seus projetos de assentamentos. Melo (2009) analisa em seus estudos que as associações desta política pública assumem espaços de ação coletiva com interesses individuais.

No assentamento foi instalada, com recursos de fundo pedido, uma fábrica equipada para o processamento do buriti. Não foi realizado o treinamento para manuseio da máquina despulpadeira, no entanto não foi colocada em atividade, não ocorrendo produção a partir dela, de modo que a exploração e comercialização do buriti da comunidade é artesanal e individual, portanto a fábrica não trouxe impactos positivos para a exploração do buriti. O trabalho da ATER é pontual, para dar atendimento ao Programa das cadeias produtivas do buriti na região.

A família agricultora produz feijão colhendo duas tarefas. Esta atividade fica sob os cuidados dos filhos, que realizam a venda para um comerciante, e a horta no quintal da casa serve para o autoconsumo, bem como a criação de 20 galinhas no quintal. Tem participação ativa nas atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no assentamento e reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Também se dedicam à Presidência da Associação dos Moradores do Assentamento.

Quanto à ATER pública, entendem que no início do assentamento “[...] começou tão animado, o pessoal fazendo visita, agora quase não tem [...]”. Foram bem atendidos, os cursos trataram sobre agricultura familiar; associativismo; e agrotóxicos, entre outros. O mais recente foi sobre *mudas dos cerrados*, realizado no ano de 2016, e quanto às atuações recentes da Ater no assentamento: “agora também estão ajudando a maioria dos agricultores a negociar as dívidas com o PRONAF, pois desde que foi feito o financiamento houve muito endividamento.” (Fala da agricultora Mercês).

O planejamento para o futuro está relacionado ao plantio para diversificação dos produtos, com a produção de doces e artesanato a partir do buriti, através da utilização da máquina, e assim ter a possibilidade de comercializá-los. Por a família compreender a importância do resultado da luta pela terra é que vai construindo aos poucos uma rede de relações sociais que é fundamental para desenvolver a propriedade.

Na família “buritirana e associativos”, o desejo de autonomia é expresso, em toda sua plenitude, na história da agricultora Mercês, que tem uma longa experiência como representante da comunidade, participando atualmente da gestão do STR e já participou de outras gestões do sindicato. Mesmo sendo recatada, de pouca conversa, não deixa de assumir um papel de destaque no processo de organização dos agricultores voltados para a “conquista da terra”, também assumindo um papel protagonista nas estratégias socioeconômicas da família e compreende que o processo de exploração da cultura do buriti deve ser melhor articulado. As atividades à frente da associação ajudaram a perceber que as políticas públicas são uma estratégia para assegurar a renda oriunda do trabalho na terra, no entanto a participação

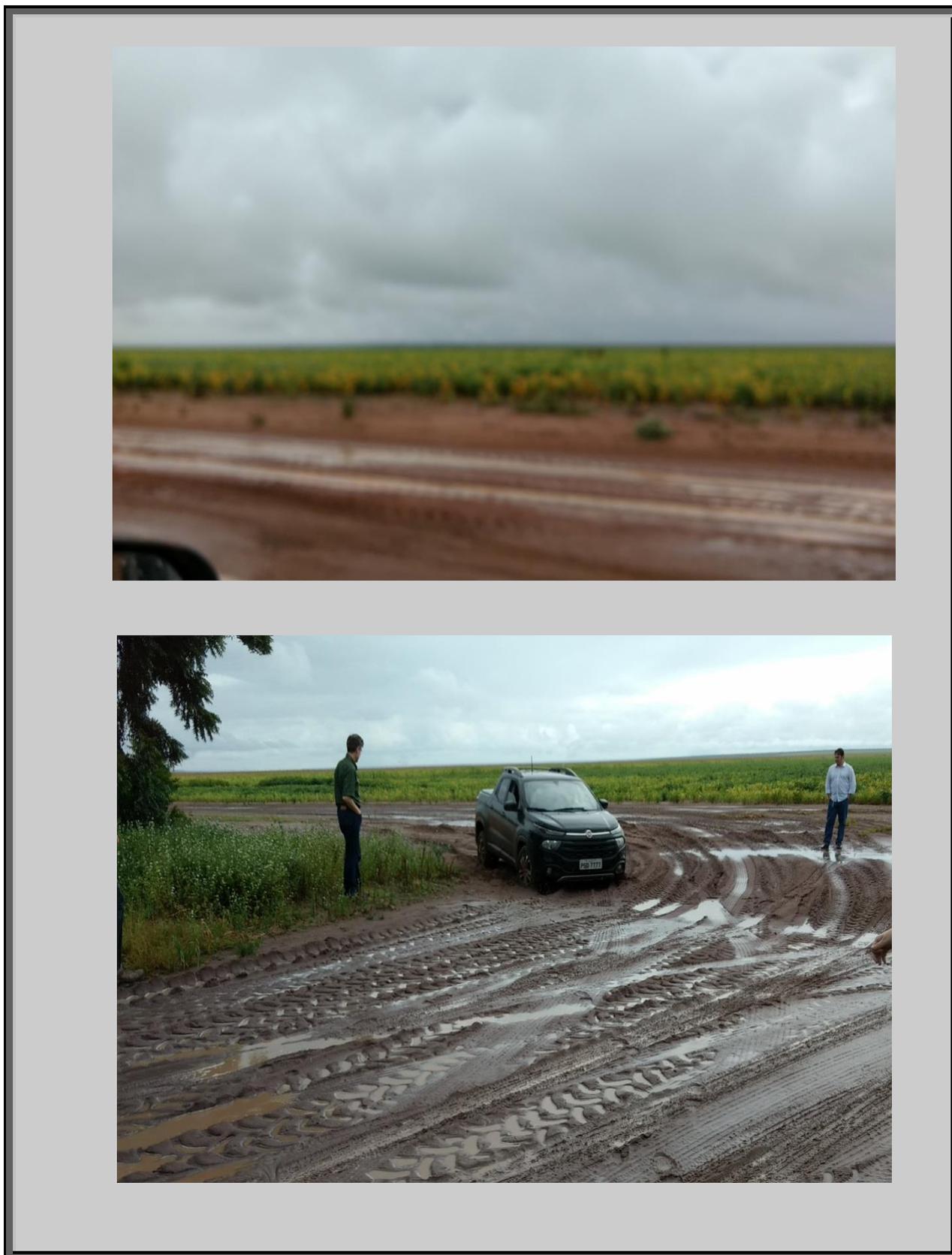
efetiva dos (as) agricultores (as) da comunidade nas reuniões promovidas pela associação não são tão exitosas, e a participação da família “buritiranas e associativos” retrata as estratégias para assegurar a renda da terra. A ação política, através da participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais, que garantiu a terra, retrata o anseio de um camponês de fato, trabalhando em sua própria terra, utilizando o conhecimento sociocultural/produtivo e o adquirido através de cursos, sobretudo daqueles que carregam suas perspectivas de vida e exercem influência nos modos de funcionamento da família “buritirana e associativos”, para cujos anseios de trabalho em sua própria terra, sob a diversificação da produção, visam à garantia da autonomia da família na obtenção de melhores condições de vida.

A estratégia dessa família agricultora demonstra a participação das trabalhadoras rurais do Piauí na luta pela conquista da terra, visibiliza-se a mulher no processo de construção de novos sujeitos, reluz também aos espaços de organização e de apoio a participação das trabalhadoras rurais, porta de saída para a diminuição da pobreza e conquista de direitos.

4.2.7 Família “Mangabaranas e Mangabeirinhas” ou “Morro de Dentro”

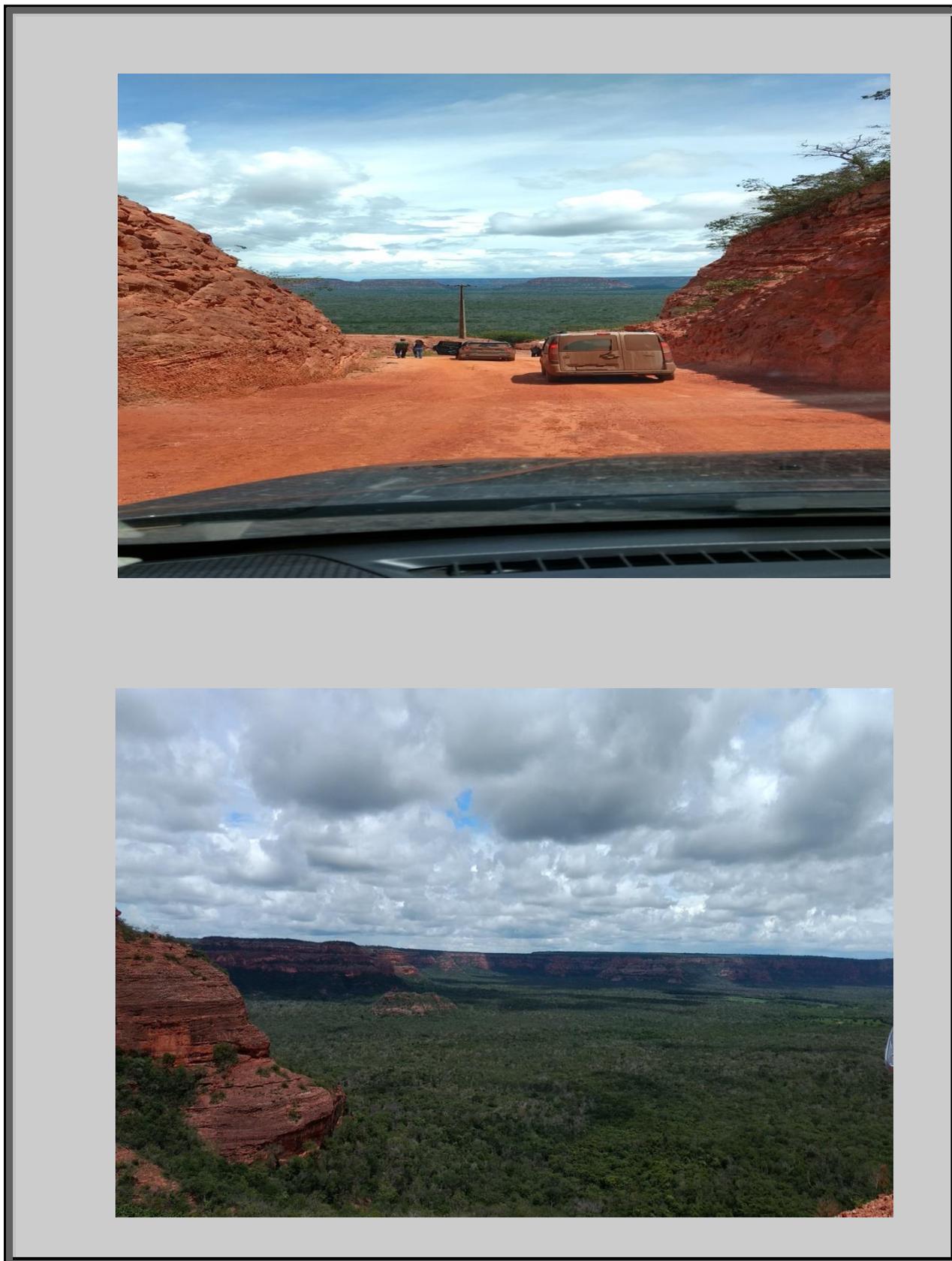
A propriedade está localizada numa área ainda não demarcada para a constituição do assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O trajeto percorrido para a comunidade passa pelas grandes fazendas nas áreas denominadas chapadas até os baixões, onde se localiza o assentamento. Esse trajeto foi realizado pela pesquisadora numa carona juntamente à expedição Matopiba, realizada em outubro de 2016, coordenando pelo Instituto de Pesquisas e Proteção da Amazônia (IPAM), conforme demonstram respectivamente as imagens. A Expedição teve o objetivo de mapear as áreas de desmatamentos e extensões de terras para o plantio de soja nos cerrados dos Estados da Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão.

Figura - 14 Trajeto da Serra do Quilombo ao assentamento Rio Preto.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Figura 15 - Trajeto da Serra do Quilombo ao assentamento Rio Preto.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Figura 16 - Colheita de arroz no assentamento Rio Preto.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

No acampamento residem 41 famílias. Na retratada, a mãe com 56 anos e o filho adulto aguardam a construção das casas e infraestrutura com recursos de programa habitacional. O acampamento fica a 80 km da cidade, na área de baixões, próximo às cabeceiras dos rios, depois do cerrado, onde se localizam as grandes fazendas monocultoras de soja.

A família de Marisa, pais e avós, residem no local há 80 anos, sendo ela de uma família de 10 irmãos, sendo 9 vivos, todos residentes no acampamento. Na localidade do Assentamento, para que os filhos estudem, as mães precisam largar a família para acompanhar os filhos nas cidades de Bom Jesus ou Currais, distantes 80 km e 30 km, respectivamente. Marisa não estudou e o filho somente as séries iniciais.

Enfrentaram no ano de 2007 um ataque de violência a vários moradores do acampamento, por pistoleiros dos grileiros de terras. A área onde o acampamento se localiza é, desde 2008, Área de Proteção Permanente por localizar-se na nascente do Rio Urucuí.

Figura 17 – Nascente do Rio Uruçuí-Preto.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A família produz uma diversidade de produtos para o autoconsumo, como mandioca, batata-doce, feijão, arroz, um pomar com mangabeiras, laranjas, goiabeiras, ananás e colhemburiti, sendo a mão de obra familiar. A família tem um viveiro de plantas das espécies nativas, sendo mais de 100 plantas. Entre elas, podemos citar a *Tabebuia* ou vulgarmente conhecida como Pau d'arco ou Ipê Amarelo, Copaíba ou Podói, *Pterodon Pubescens Beth* ou Sucupira, *Cecropia Palmata* ou Umbaúba, *Licania Tomentosa* ou Oiti, *Mouriri Pusa* ou Puçá ou Macaúba, *Massaranduba Emarginata* ou Gararoba, *Eugenia dysenterica* ou Cagaita, e pretendem aumentar. O território vem sendo devastado fortemente e ainda não há nem mesmo um estudo aprofundado sobre as espécies do cerrado na região.

Os alimentos e demais produtos para casa, adquiridos no comércio, custam em torno de R\$ 300 a R\$ 350 por mês, custeados com o dinheiro da aposentadoria de Marisa.

Participam das atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no acampamento, articulam reuniões e Marisa é ativa no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus.

Quanto à ATER, entendem que são bem atendidos pelos extensionistas da EMATER, com quem se relacionam desde o início do acampamento. Foi elaborado um projeto para crédito de custeio PRONAF, e o projeto de Assentamento foi elaborado juntamente com os (as) agricultores (as), intermediado pela STR e o INCRA, do qual recebem constantemente visitas de 3 a 4 vezes por ano.

O planejamento para o futuro está relacionado à construção da “casa nova” e à instalação de fábrica para o aproveitamento do buriti pelos grupos familiares assentados.

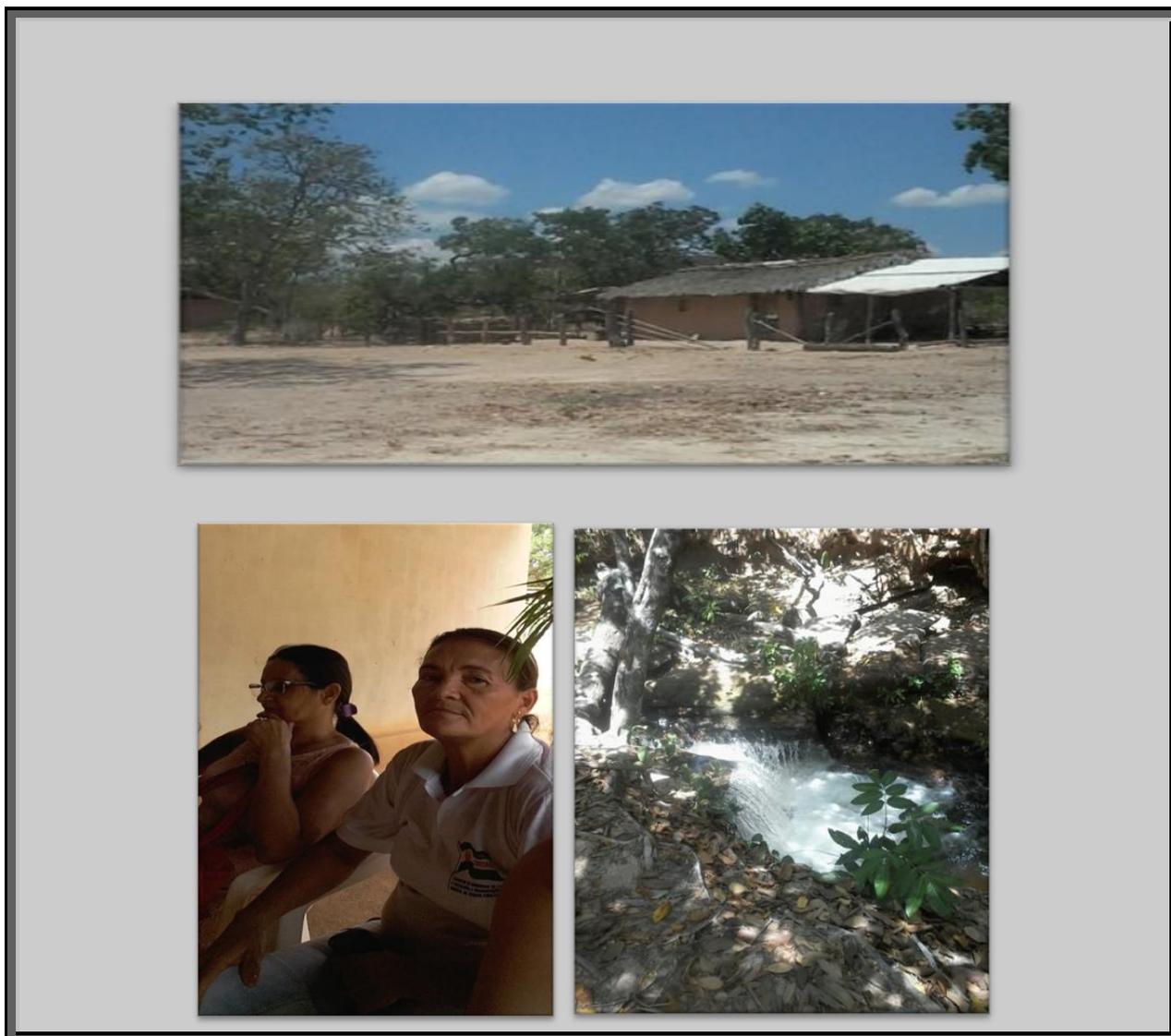
Há constantemente discussão relacionada à sucessão na propriedade, pois recentemente enfrentaram ameaças de pistoleiros. Há também uma intensa rede de relações socioeconômicas, resultado do processo de luta pela conquista da terra, com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Piauí (FETAG), com o INCRA, o IBAMA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Bom Jesus, a EMATER, a Comissão Pastoral da Terra e Juízes da Vara Agrária.

Como estratégias de reprodução da vida social da família “mangabaranas e mangabeirinhas”, o acampamento dá a ideia de que a territorialização camponesa é contínua, marcadas por lutas permanentes para assegurar sua condição de existência. A presença de forças hegemônicas, principalmente dos *projeteiros*³⁷ no modo de vida desses camponeses, e a resistência pela posse da terra, demonstram que os camponeses podem sobreviver fora da esfera mercantil e na diversificação das fontes de rendimentos e têm na disponibilidade da força de trabalho familiar suas armas. O problema da região é mais complexo, pois a ATER não consegue atender as demandas do campo, as escolas têm fechado e aos poucos as famílias têm percebido o impacto do agronegócio na região, a relação com a questão fundiária e isso ajuda a entender esta dimensão da permanência de um modo de vida e de arranjos sociais e espaciais característicos da comunidade, principalmente a grilagem de terras que vem gerando conflitos.

Nesse sentido, o protagonismo das práticas sociais dessa família remonta a uma especificidade camponesa que é a compreensão da realidade do conflito social e de classe, condições recriadas pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo. Assim, a relação com a terra é parte de um arranjo territorial não dissociado da produção de identidade familiar.

³⁷ Denominação dada aos agricultores empresários que plantam nas chapadas (Serra do Quilombo), e nessa produção estabelecem relações puramente capitalistas com a terra, é nesta região onde se encontram os maiores números de conflitos agrários do Território Chapada das Mangabeiras.

Figura 18 – Propriedade da Família “Mangabaranas e Mangabeirinhas”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

4.2.8 Família “Parceiros e Eficientes”

A família agricultora “Parceiros e eficientes” é formada pelo casal. Ela tem 43 anos e ele 46 anos, e juntos têm cinco filhos, mas somente dois moram com o casal. Os outros três são casados, dois morando em localidades próximas e outro morando na mesma comunidade dos pais; cada casal tem um filho.

Joelma e Durval são filhos de agricultores e residiam em localidades distintas, quando casaram e compraram um lote de terra, onde criam seus filhos sempre trabalhando com roça.

Joelma e Durval cursaram as séries iniciais, um dos filhos já concluiu o ensino médio, um cursa o ensino médio e os outros o ensino fundamental.

A área onde o casal trabalha é de propriedade particular de Francisco Hélio, em que lhes foi cedido 1 hectare para o plantio de hortas mandalas, mas não há contrapartida na produção. Os donos da propriedade residem lá, mas são idosos e exploram a pecuária. A infraestrutura do hectare cedido é uma caixa d'água de 10.000 L.

Figura 19 – Propriedade da Família “Parceiros e Eficientes”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A família utiliza esterco do gado que é cedido pelo dono da fazenda, ganhando cerca de um salário mínimo em produção de hortaliças folhosas. “Nós estamos correndo atrás de formar uma cooperativa... Para poder ter mais auxílio... Para organizar a venda dos orgânicos”, ressalta Joelma sobre a valorização e reconhecimento dos produtos produzidos sem o uso de agrotóxicos. A mão de obra utilizada é a da família e o casal comercializa os produtos na feira livre tradicional, mas há limitação da produção, pois produzem em terra alheia.

Participam de organizações sociais. As relações socioeconômicas são fortalecidas pelo vínculo ao Programa PAES oferecido pelo SEBRAE/BJ, futebol (esposo e filhos) da comunidade, a igreja (esposa) da comunidade, e foi através dessa iniciativa que a família pôde

ter um pedaço de terra para trabalhar e, mais recentemente com Ater, organizar a documentação para aderir ao crédito.

Figura 20 – Agricultora local na feira livre tradicional.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

O planejamento familiar é de continuar a produção orgânica. Do ponto de vista da ATER, a família deve estar mais atenta às possibilidades de mercado, buscar diversificar mais a produção. Mesmo sendo parceiros, é inegável que esta família é movida por uma racionalidade camponesa específica, eles se organizam e reorganizam com o intuito de reprodução social, e, pode-se dizer, de adaptação ao sistema econômico, quando resistem através do plantio de orgânicos (HILLIG, 2008). Essa característica é o que permite aproximá-la aos princípios estratégicos da sustentabilidade. Neste caso, as políticas públicas favorecem o surgimento de uma nova perspectiva neste espaço rural, uma ressignificação das relações entre homem e o ambiente, ou configurando novas dinâmicas nos âmbitos sociais, econômicos e culturais nesta realidade rural (WANDERLEY, 1999).

As estratégias de reprodução da Família “Parceiros e Empreendedores” estão alicerçadas na junção dos conhecimentos sobre a lida com terra e a partir das estratégias viabilizadas por uma política pública. No caso, realizada por uma instituição privada que, por volta de 2008, iniciou os primeiros trabalhos de mediação na busca de alternativas para agricultura familiar camponesa através da parceria entre prefeitura municipal, SEBRAE e

agricultores, sendo o requisito a posse da terra e presença de água. Tomando Wanderley (1999) como base:

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais da agricultura familiar, uma vez que se funda na relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global. (WANDERLEY, 1999, p. 25).

Neste caso a Família “Parceiros e Eficientes” englobaria este universo, em que a preocupação não seria somente nos modos de produção e nos aspectos que caracterizam as organizações internas da família, mas nos diferentes contextos que envolvem questões referentes ao modo ao crescimento do êxodo rural, à significação das fronteiras agrícolas, à ampliação das atividades rurais e sua produção mercantil. É neste contexto que se enquadram as estratégias utilizadas por esta família para sua reprodução social que, não tem a posse da terra, mas a solidariedade demarca mais uma estratégia e esta é a da formação de redes que pressupõe relações sociais baseadas em participação democrática, geração de trabalho, renda e inclusão social.

4.2.9 Família “Parceiros e Economia Solidária”

A família agricultora é formada por Carmelita e seus 8 filhos, sendo que três são casados, e compartilha o uso de uma propriedade particular de posse de Francisco Hélio para o plantio de hortaliças (alface, jiló, rúcula, almeirão, manjericão, alfaces crespa e americana, couve-flor e cheiro-verde). Trabalha todos os dias na plantação, mas só colhe uma vez por semana para levar à feira livre tradicional para comercializar. Cultiva também um pomar de goiabeiras e acerolas no lote de terra onde residem, aproveitando as frutas da época para fazer polpas e comercializa também galinhas caipiras. A mão de obra utilizada é da família.

Figura 21 – Propriedade da Família “Parceiros e Economia Solidária”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Com a venda dos produtos a família garante uma renda de R\$ 1.500,00, os custos para a manutenção da casa estão em torno de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 por mês, além da energia elétrica.

A mãe é ativa, em termos de organização social, participando de reuniões da Associação de Moradores, sindicatos e capacitações oferecidas pelo SEBRAE. Já o filho que ajuda na plantação gosta de futebol na comunidade e *games*. As outras três são mulheres e ajudam na preparação das polpas e nos molhos das hortaliças e, quando há necessidade, vão comercializar na feira.

Figura 22 – Agricultora Local na feira livre tradicional.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Carmelita é filha de agricultores de uma cidade 40 km de Bom Jesus e mudou-se depois que casou com um filho da terra. Ficou viúva tem alguns anos. Seus filhos casados começaram a estudar, já os solteiros estudam o ensino médio em escola na comunidade. Carmelita não estudou porque “... Naqueles tempos, os pais butavam a gente era para trabalhar, desde pequena ajudei na lida..” (ressalta Carmelita).

A produção baseada em princípios ecológicos é o ponto forte da família, a ver: “faço da maneira como aprendi desde criança com meus pais, a lida com a terra... sem ter que butar esses venenos... essas coisa só prejudica nós, né...”, ressalta Carmelita sobre a maneira de agir, baseada em conhecimentos repassados por seus antepassados, diz também que é importante o trabalho dos técnicos que tentam passar a ideia da agroecologia nos cursos de capacitações. A relação com a terra não se pauta apenas na produção para comercialização, e embora seja parceira, D. Carmelita se identifica com o lugar em que trabalha, que dista cerca de 300 metros de sua residência. O que sobressai é que a base de sua estrutura de produção, o *habitus* (BOURDIEU, 1989), baseia-se numa relação simbiótica do homem com a natureza, de maneira mais abrangente à totalidade de suas vidas e da reprodução social da família (CANUTO; SILVEIRA; MARQUES, 1994, p. 64).

Observa-se que o espaço rural como campo simbólico, tal qual define Boudieu (1989), reveste-se de interesses que priorizam os aspectos sociais, por exemplo, a qualidade de vida desses agricultores e a política pública do PAES, ao valorizar o saber peculiar destes (as) agricultores (as), a exemplo das famílias “parceiros e eficientes” e “parceiros e economia solidária”, possibilita a construção de estratégias fundamentadas em potencialidades locais, pois o grupo local de agricultores (as) encontra-se diretamente vinculado à produção de hortaliças e leguminosas.

4.2.10 Família “Empreendedores e Interação Solidária”

A família é formada por João, 42 anos e Ana Clara, 38 anos e seus 4 filhos menores. João realiza atividades de pedreiro para complementar a renda.

A área total é de 4 hectares, com 1 hectare aproveitado para o cultivo de hortaliças folhosas. A propriedade é herança do pai de João, e a infraestrutura é uma casa, água encanada, forno à lenha, galinheiro, caixa d’água, sistema de irrigação por asperção. Reside na propriedade toda a família.

Figura 23 - Propriedade da Família “Empreendedores e Interação Solidária”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências de agricultores/as ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

Figura 24 - Horta mandala na propriedade “Empreendedores e economia solidária”.



Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A família agricultora adquire esterco de gado comprado na propriedade vizinha e utiliza receitas caseiras para o controle de insetos e fungos, aprendidos em curso de capacitação ofertado pelo SEBRAE.

Os produtos agrícolas comercializados são frutas (acerolas, mamão, banana) e hortaliças, sendo que a colheita das hortaliças é realizada uma vez por semana e os hortifrutos são levadas à venda na feira livre tradicional, por Ana Clara. As frutas para preparo das polpas são colhidas duas vezes por semana.

A renda bruta mensal com o trabalho na terra é de 1 salário. A participação social se dá de forma restrita à comercialização dos produtos, à escola e às visitas de parentes e amigos na comunidade, sendo que recebem os parentes da cidade.

João e Ana Clara moram desde que nasceram na comunidade. Eram amigos de infância e estudaram juntos na escola da comunidade, onde seus filhos também estudam. Cabe salientar que o vínculo com terra de origem influencia na decisão de criar os filhos como foram criados em função de compromissos morais, culturais, laços de reciprocidade no seu local e a partir da capacitação para atividades alternativas de renda e trabalho, pode-se envolver numa estratégia sustentável e solidária.

4.3 Perfil da produção de base agroecológica do município de Bom Jesus-PI

No município de Bom Jesus encontra-se um total, segundo análise feita a partir dos dados apresentados pelo EMATER, de 850 famílias, que trabalham na agricultura familiar camponesa e desenvolvem todas as atividades necessárias, desde a produção até a colheita. De acordo com os relatórios mensais da instituição, nessas propriedades o uso da mão de obra familiar é traço fundamental na organização da produção.

Corroborando com este levantamento a pesquisa de campo realizada para a confecção deste trabalho em 10 propriedades rurais, com o perfil de agricultores agroecológicos. A faixa etária do grupo familiar é bastante diversificada, mas em 03 (três) das famílias pesquisadas encontrou-se uma pessoa acima de 60 anos de idade; a representação maior foi na faixa etária de 40 a 58 anos, representando um total de 06 (seis) entre os (as) agricultores (as) pesquisados (as). Pode-se perceber na pesquisa, que há um processo de envelhecimento do campo, pois, mesmo se apresentando significativamente, o grupo compreendido entre os 11 e 30 anos de idade as pessoas desta faixa etária, geralmente, são os filhos de agricultores que, posteriormente, tendem a abandonar os estabelecimentos, pois se direcionam à cidade em busca de empregos ou para continuarem os estudos.

A escolaridade das pessoas que compõem o grupo familiar é considerada baixa entre os proprietários, sendo que apenas 01(um) casal possui ensino médio completo, enquanto que 02 (dois) cursam o ensino fundamental e nas 07 (sete) outras propriedades alguns concluíram

somente as séries iniciais. Todas as crianças e adolescentes que compõem o grupo familiar frequentavam a escola pública rural regularmente.

Em relação à área física das propriedades das famílias agricultoras, percebe-se que as mesmas não possuem uma área representativa, que tem como referência o número de módulo fiscal correspondente a 70 hectares de terras (INCRA, 2013). Essa característica específica da estrutura fundiária, quando se fala de agricultores que são parceiros e muitos não detêm sequer o título de posse da terra, é um ponto crítico quando se fala em políticas públicas para a agricultura familiar.

A produção de base agroecológica reveste-se de importância, pois facilita a transição total de uma agricultura convencional para a de base agroecológica, e de acordo Gliemann (2009) os princípios agroecológicos são melhores aplicados em uma escala relativamente pequena, além da importância de se voltar para sistemas de alimentação onde se valoriza os pequenos agricultores locais. Ao contrário do que se tem investido nas últimas décadas na região, pois na Serra do Quilombo área onde se tem instalada mais de 50 propriedades que variam de mil a 10 mil hectares de terras e uma das áreas mais tecnificadas do Sul do Estado do Piauí (Bunge, Manganelli, Pieta, Agro Santos, entre outras, que possuem estrutura de armazenagem própria) e com empreendimentos que valorizam o uso de fertilizantes químicos e Organismos Geneticamente Modificados (OGM) quando se tem muitos questionamentos sobre as consequências de tais produtos e organismos na saúde humana.

No que concerne ao número de anos trabalhados com atividades de base agroecológicas, todos os agricultores familiares trabalham há 4 (quatro) anos ou mais com estas atividades (01 agricultor desenvolve atividades há 04 anos, 05 agricultores desenvolvem atividades há 10 anos e 04 fazem há mais de 10 anos).

Quanto aos produtos cultivados pelos (as) agricultores (as), apenas uma agricultora cultiva frutas como objeto comercial (maracujá), que são comercializados na feira tradicional local. Um agricultor desenvolve a atividade leiteira. Os demais agricultores entrevistados desenvolvem atividades produtivas ligadas à olericultura (hortaliças folhosas, couve-flor, etc).

A produção é destinada, em sua maioria, à comercialização na feira tradicional, sendo também destinada para o Programa de Aquisição de Alimentos, ao comércio varejista e não foi apontada a comercialização para o comércio de ponta de rua.

Com base na análise do destino da produção de base agroecológica, apenas 02 (duas) famílias entrevistadas destinam sua produção por meio de entrega direta ao mercado local, principalmente fruteiras e verduras, como é identificado pelos moradores do município, realizada em todos os dias da semana por uma família e de 2 a 3 vezes por semana por outra

família. Estas duas famílias são as que apresentam o maior grupo familiar entre os (as) agricultores (as) entrevistados (as), que possuem mão de obra suficiente envolvida na produção, fator que influencia o contato com outros meios para comercializar seus produtos. Sobre a rede de comercialização organizada, está em vias de organização uma feira agroecológica, a primeira ocorreu no ano de 2016, a perspectiva é que a feira ocorra a cada primeira sexta feira do mês, denominada de “feira da lua”, deve ocorrer preferencialmente no final do dia e início da noite, é organizada pelas parcerias dos/as agricultores/as, com o SEBRAE e a Prefeitura Municipal.

Para o trabalho na lavoura, as atividades são basicamente manuais, pois os agricultores não possuem maquinários agrícolas, e quando fazem uso de equipamentos (trator, motosserra, grade, etc) pagam por hora de serviço utilizada, pois seu uso ocorre de maneira limitada.

Para o cultivo dos produtos, todos os/as agricultores/as entrevistados (10 agricultores (as)) recebem ou já receberam assistência técnica do órgão público (EMATER). A ATER não possui regularidade: em 02 (dois) dos estabelecimentos os técnicos são chamados de acordo com as necessidades dos (as) agricultores (as). Nesse sentido, afirma-se que a PNATER, enquanto política, não está conseguindo realizar o seu papel, porque não cumpre os objetivos a que se propõe.

A EMATER, ao buscar uma dinamicidade de métodos ou condução das demandas, do ponto de vista institucional, acaba deixando de lado um alinhamento e rediscussão sobre o papel da extensão rural. Poderia restabelecer a forma de atuação do escritório municipal de Bom Jesus, pois a atribuição de vários papéis acaba fragmentando as ações, afastando a extensão rural de seu papel fundamental. Planejar as atividades com a participação dos (as) agricultores (as) é outro ponto fundamental, já que o agricultor deve ser sujeito ativo no planejamento de Ater.

É importante destacar, também, que além da ATER pública, são realizados com 03 (três) dos entrevistados palestras e reuniões pelo SEBRAE, e pelo projeto hortas mandalas discutem meios de comercialização e outros aspectos relacionados à produção de base agroecológicas.

Quando perguntados (as) sobre a participação em cursos, palestras ou atividades técnicas, os (as) agricultores (as) 08 responderam que participaram de uma a quatro das atividades técnicas, 04 responderam que participaram de um a três cursos e 05 responderam que participaram em mais de três palestras.

Apenas 01(um) agricultor utiliza financiamento para sua produção (Agroamigo), 02 (dois) admitem terem já utilizado o PRONAF, 04 (quatro) adquiriram beneficiamento do Projeto Hortas Mandalas - SEBRAE/Município.

O que merece destaque é que não existem chamadas públicas de ATER agroecológica no município. É importante destacar que o florescimento de uma agricultura de base agroecológica vem se destacando por estar fortemente vinculada às estratégias de reprodução econômica e social mobilizadas pelos agricultores familiares camponeses (SCHIMITT, 2011), mas no reconhecimento em que a presença de mediadores se destaca tanto como um elemento fundamental no surgimento quanto na continuidade dessas práticas sociais ao longo do tempo, mesmo com a modernização da agricultura e apesar das transformações ocorridas nos modos de vida dessas populações.

Trabalhar algumas temáticas como as de gênero e geração, lazer e cultura, implica no processo de sucessão da agricultura familiar, para isso há a necessidade de capacitação profissional atendendo às diversidades pedagógicas, sociais e tecnológicas.

No quadro abaixo, apresenta-se todas as organizações segundo proximidade e intensidade com as propriedades familiares. Entre as 10 famílias, dezessete organizações que estão próximas e com forte ligação. Destas dezessete, uma delas, a igreja, aparece em seis propriedades rurais diferentes. Nos outros quatro restantes a igreja também está próxima, mas não com tanta intensidade. A igreja católica é a organização de maior influência na vida das famílias pesquisadas, aparece em 3 (três) das 6(seis); as outras três restantes são as evangélicas, tanto que, no momento da entrevista é a primeira das organizações a ser citada pelo membro da organização familiar.

A EMATER, que é a organização pública de extensão rural da região, aparece em oito propriedades rurais, mas em apenas três está entre as organizações mais próximas e quanto à intensidade de ligação, somente em uma propriedade rural é alta, nos demais é baixa. A EMATER, como organização social, vive um processo social com seus conflitos internos, estruturas de dominação e disputas de poder.

Quadro 7 - Objetivos das organizações que interagem com as propriedades rurais pesquisadas.

OBJETIVOS	ORGANIZAÇÕES
Religioso	Igreja – católica/evangélica
Organização de Classe	STTR-BJ, CPT, Associação Comunitária
Comercialização	Feira tradicional local, mercado público, pequenos mercados, compradores individuais.
Social e Lazer	Futebol
ATER	EMATER, SEBRAE, Colégio Técnico Agrícola
Educação	Escolas
Crédito	Banco do Nordeste
Serviço Público	Prefeitura, INCRA, CMDR

Fonte: Adaptações e/ou resistências ao processo de transição agroecológica em Bom Jesus-PI, 2016.

A região deste estudo é fortemente marcada pela presença de empresas agrícolas do *agrobusiness*. Alguns estudos sobre os camponeses brasileiros contribuem para a compreensão das práticas sociais e das transformações pelas quais estes atores sociais vêm passando, como apresentado no referencial teórico em capítulos anteriores.

No caso dos cerrados do Piauí, conforme define Moraes (2000) sobre o desencantamento do sertão e a abertura da fronteira agrícola, como sendo movimento contraditório, mas não antagônico, que pôs o Estado e o capital a direcionar suas ações em torno de uma racionalidade empresarial, que ao mesmo tempo trouxe a integração ao território nacional como fragmentou os (as) camponeses (as) locais.

Também nas análises de Monteiro (2002); Araujo (2006); Alves (2009); Barbosa (2013), sobre a (re) organização socioterritorial e a formação do mercado de terras a partir da modernização agrícola na região de cerrados do Piauí, atualmente se destaca pela sua especulação no mercado imobiliário internacional. As mudanças ocorrem na paisagem, no bioma e sua diversidade, mas também sobre os espaços de usos dos (as) camponeses (as) que desaparecem diante da ocupação e da apropriação privada de antigas áreas onde a população local praticava diferentes usos. Observa-se sobre essa realidade que a política de

modernização recolocou a histórica desigualdade dos usos dos recursos naturais e técnicos no mercado.

Porém, é possível compreender que a produção não desapareceu ao longo do tempo e seu caráter familiar ainda é uma importante forma de produção e de trabalho, que permite as interações tanto no espaço rural quanto no urbano. O agricultor familiar camponês se reproduz e isto permite sua permanência no campo (WANDERLEY, 2009), ou ainda, como nos diz Shanin (2008) sobre a flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir seu modo de vida e não o de acumulação, mas de ajuda mútua encontrada nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, é um ponto que se destaca na família “empreendedores e interação solidária”. Ainda sobre esse assunto, nota-se na fala da agricultora Joelma aspectos empreendedores, no seguinte trecho:

Lá eu e ele, nós trabalha junto, sou filha de agricultor, aprendi a lidar com a roça desde pequenina... lá o que agente planta nós negocea com uns conhecidos lá da cidade, pouco se estraga. (Fala da agricultora Joelma, família agricultora “parceiros e eficientes”).

Segundo Van Der Ploeg (2009), os agricultores (as) às vezes desempenham um papel discreto, mas decisivo em lugares altamente mecanizados. Tal fato é o que se ressalta na fala de d. Carmelita, “[...] o que nós planta, pouco se estraga, a procura existe [...]”

Mas também na organização da agricultura familiar camponesa a relação estabelecida com a terra não se pauta apenas na produção para comercialização da produção, sendo identificada com o lugar em que se trabalha e vive. Em muitos casos, foi no mesmo “*pedacin*” de terra que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de sentimentos de posse e identificação (valores simbólicos) (WANDERLEY, 2009). Isso identifica as características peculiares que explicam a adaptação e a permanência no contexto da atual agricultura camponesa.

Ao tomar por base a propriedade familiar camponesa, como sistema básico de análise, diverso e dotado de interações/relações, endógenas e exógenas, buscou-se o significado dos fatos e das relações no contexto em que expressa relação com a totalidade envolvente (CARNEIRO, 2008).

Neste estudo, não se buscou tipificar os (as) agricultores (as), mas identificar as adaptações e resistências, observar as práticas e suas interações com a ATER. Os (as) agricultores (as) são capazes de construir estratégias econômicas e sociais para permanecerem ativos no contexto produtivo desse espaço rural.

Em linhas gerais, foram encontradas as seguintes características: nas propriedades familiares entrevistadas há uma prevalência de adultos (idades entre 40 e 58 anos), indicando uma disponibilidade de força ativa para o trabalho. A presença de idosos, acima de 60 anos, indica a existência de renda, que é complementada através da previdência rural. A maioria é do sexo masculino, embora a mulher seja triplamente explorada, realizando as tarefas domésticas combinadas com o trabalho agrícola e às vezes a comercialização, ainda assim é visto apenas como “ajuda” (WOORTMANN, 1995).

A maioria dos (as) entrevistados (as) é proprietário (s) das terras, sendo que conseguiram através da compra e pretendem que suas terras sejam herdadas pelos seus filhos. Têm-se extensas jornadas de trabalho diárias em períodos de colheita e não colheita (HEREDIA, 2009). Muitos outros pesquisadores, como Spanevelho et al (2010), apontam que atualmente a agricultura familiar vem encontrando dificuldades em caracterizar a sua reprodução social em razão da saída dos filhos, salientando que os filhos saem em busca de melhores condições de vida na cidade em razão da penosidade do trabalho rural. Com a saída dos filhos, limita-se a perspectiva sucessória e os pais usam de distintas estratégias para transmitir o patrimônio.

A pesquisa de Spanevelho et al (2010) mostrou que os pais se dividem entre os que querem vender as propriedades; deixar para os filhos, embora saibam que os mesmos não retornarão para exercer a atividade agrícola; ou ainda, esperam para mais para frente resolver esta questão, mas com a esperança de um dos filhos voltar ou tomar a decisão de ficar com os pais. Conforme esta pesquisa, os aspectos citados acentuam a desestabilização da dinâmica sucessória da agricultura familiar resultante da ausência de sucessão nas propriedades e os diferentes arranjos dos agricultores quanto à transmissão do patrimônio, e refletem as aflições e incertezas dos pais quanto ao seu amparo na velhice.

Quanto à mão de obra, não há entre os (as) entrevistados (as) a ocorrência de contratação de mão de obra. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade) surge como uma alternativa de reprodução social da agricultura familiar camponesa. A pluriatividade representa, conforme as análises de Schneider (2001), a combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, que tanto pode ser uma mesma família, um recurso ao qual a família faz uso, como representar uma estratégia individual dos membros que constituem a família agricultora. Schneider (2001) salienta ainda que a pluriatividade de membros da família não afeta a produção agrícola, caracterizando-se basicamente como estratégia de emprego de mão de obra excedente na agricultura.

No que se refere aos parâmetros de produção, o auto consumo familiar é diversificado e garante a segurança alimentar da família, tendo ela acesso aos alimentos básicos (quadro 7). A produção de hortaliças (figura 16) e leite é semiespecializada (tanto para o consumo doméstico quanto para a venda).

Em parte significativa das propriedades familiares entrevistadas existe um ou dois membros do grupo familiar aposentado. A previdência social rural, na fala dos (as) entrevistados (as), serve como renda complementar no financiamento de algumas atividades agrícolas (Brumer, 2002).

Quadro 8 - Ordem de importância das atividades na formação da renda familiar.

Ordem	Tipo de atividade
1°	Hortaliças
2°	Feijão – verde
3°	Leite
4°	Mandioca
5°	Aposentadoria
6°	Galinha caipira
7°	Banana

Fonte: adaptações e/ ou resistências ao processo de transição agroecológico em Bom Jesus-PI, 2016.

Na caracterização do quadro 7, observou-se que nas propriedades estudadas ocorre baixo nível de modernização da agricultura, em que a maioria dos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) realizam o cultivo orgânico. A prática de conservação do solo mais utilizada é o plantio direto. A maioria das propriedades visitadas já foi ou é atendida pela ATER pública e já acessaram algum tipo de crédito rural, porém o sucateamento da instituição inviabiliza a realização dos trabalhos. Quanto aos recursos hídricos, as propriedades apresentam rede hidrográfica bem característica da região do Vale do Gurgueia: nascentes de curso d'água, poços jorrantes e artesianos, mas a maioria possui canalização para o uso doméstico.

Como as áreas rurais ocupam a maior parte do território das bacias hidrográficas, os (as) agricultores (as) assumem importante papel de gestão das mesmas, pois as características físicas dos rios associadas à ação antrópica influenciam a disponibilidade hídrica tanto em quantidade como em qualidade. A fala de Marisa, agricultora da família Mangabaranas e Mangabeirinhas ressalta o processo que vem ocorrendo: “Eles desmatam a serra, enriquecem os bolsos e nós tudo sofre com a seca e contaminação dos rios...” as populações tradicionais já estão mais conscientes dos prejuízos causados pelo agronegócio, essa fala se refere à preocupação com o desmatamento dos cerrados para o plantio dos grãos e com os projetos de irrigação dos mesmos, mas também a ausência da extensão rural e do próprio Estado com seu agente fiscalizador.

Figura 25 - Imagem de queimadas e desmatamento no município de Bom Jesus-PI.



A partir dessas características se entende a reprodução e a manutenção dos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) (COSTA NETO, 2007) no espaço rural, os quais apresentam arranjos no que se refere à organização da produção, pois estão condicionados tanto por fatores internos quanto externos de configuração da sociedade contemporânea (SABOURIN, 2003).

Nessa perspectiva, entende-se a importância dessa forma social de produção da agricultura e, no caso da realidade agrária brasileira, parte-se da diversidade. Como diz Van der Ploeg (2009) “a atual luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização...” (VAN DER PLOEG 2009, p. 18).

Em parte significativa das entrevistas observa-se que a co-produção é feita a fim de compor os interesses e expectativas da família camponesa, pois uma parte é comercializada e a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família. Sobre isso, Silva (1978) esclarece que:

O ponto fundamental no que diz respeito à mão de obra ocupada na agricultura brasileira é a presença marcante do trabalho familiar. A sua participação é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis, ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar. (SILVA, 1978, p. 245).

Nesse aspecto a lida com a terra se faz como ponto central de recursos, ela representa certo nível de independência, ponto de resistência do passado e do presente, não só do ponto de vista material, mas também simbólico.

Sob o ponto de vista do patriarcado (SANTOS, 2010) as discussões sobre o papel da mulher, são muito fortes, inclusive quando se trata de um ambiente de ação que é do predomínio conservador masculino, tanto como ponto característico da vida camponesa, como também da cultura nordestina em que a religião monoteísta (cristianismo, judaísmo) contribuiu para construções sociais e simbólicas de subserviência e dominação das mulheres pelos homens, sem protagonismos representativos.

A combinação de estratégia de resistência da vida do agricultor familiar camponês em Bom Jesus está orientada por regras de precedência hierárquica, que fazem distinções, por sexo e idade, como, por exemplo, a organização do trabalho da família, baseada numa divisão sexual de tarefas variadas, consideradas próprias aos homens e/ou às mulheres (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). A exemplo da família “Águia”, em que há a renegociação no grupo doméstico, nos espaços de produção/reprodução, quando Seu Antônio parte para prover recursos monetários na serra, e D. Laura permanece para garantir a agricultura, a manutenção das relações sociais e o retorno de seu Antônio.

Em Heredia (1979), ao analisar o lugar das mulheres nas propriedades camponesas no Nordeste brasileiro, observa-se que a organização social obedece a um padrão de divisão sexual muito rígido e bipolarizado, entre o roçado como espaço da produção pública e, por isso, predominantemente masculino; já a casa é a esfera do consumo, de domínio feminino.

Nessa perspectiva, Heredia (1979) diz que:

[...] as atividades da casa, por estarem ligadas ao consumo, não são consideradas como trabalho e correspondem à esfera de domínio feminino. O campo de ação da mulher, é a casa e, por consequência considera-se que esta não trabalha [...]. (HEREDIA, 1979, p. 80)

Entre os (as) agricultores (as) da família “retirantes e empreendedores” tal classificação parece assim, bem rígida. As mulheres são dedicadas quase que exclusivamente aos afazeres da casa e cuidado com os filhos. As atividades dos quais as mulheres participam em menor proporção são a limpeza e organização dos produtos (hortaliças) e frutas para o homem levar à comercialização.

Isso é tão fortemente enraizado, que este ponto é relatado que sobressai na fala de todos os extensionista pesquisados “quando a mulher vem procurar a Ater ... é atendido o casal ... o projeto vai no nome dela, mas o que prevalece é a vontade do marido.

As relações hierárquicas de poder masculino sobre o feminino estão legitimadas, inclusive na atuação dos extensionistas, como nos revelou FIUZA et all (2009) em sua pesquisa sobre a relação distintas de gênero dentro da instituições de extensão rural no Brasil, relações assimétricas, mas voltadas para atuação do extensionista agrônomo. Mas que um ponto que se destaca na própria pesquisa de FIUZA é que durante este período, mesmo que de um difusionismo de práticas tecnológicas, a atuação da extensionista rural sofre influência das questões postas pelos feminismo, a favor da economia doméstica, pode-se dizer de desenvolvimento de atividades exitosas, mas sem grandes avanços dentro da instituições públicas de ATER.

No Piauí, das 17 regionais da instituição publica de Ater há pelo menos em 5 uma extensionista social, ao basear nos estudos de Fiuza et all. (2009), que observou que as EMATER's pelo *habitus*, ao longo de sua história, por parte dos técnicos, ocorre a naturalização destes espaços como destinados ao homem, pela própria necessidade do Estado em promover a “modernização” do setor agropecuário. Dentro desta perspectiva produtivista, agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos agrícolas se projetaram em relação às extensionistas sociais e, conforme a autora, estas predisposições práticas voltadas para a reprodução de práticas sexistas por parte dos extensionistas da EMATER persistem mesmo com direcionamento políticos antidemocráticos.

Em relação às famílias “buritirana e associativos”, “mangabaranas e mangabeirinhas”; “parceiros e economia solidária” e “parceiros e interação social”, tem-se como ponto em comum a presença marcante da mulher nas tomadas de decisão. Observa-se que as necessidades de sobrevivência da família orientaram as novas estratégias de reprodução dos agricultores familiares camponeses, significando uma rearticulação das relações de gênero como consequência das mudanças nas relações de poder na família, que se tornam mais associativos, embora não se rompa com as representações ideológicas de gênero.

Outro ponto a ser abordado é que algumas destas mulheres trabalham na feira livre tradicional, numa luta pela sobrevivência, mas também numa busca de reconhecimento da sua identidade enquanto trabalhadoras.

Sobre essa luta pelo reconhecimento, Brumer (2002) aponta que a previdência social rural no Brasil tem um perfil diferenciado da forma como é aplicada em outros países da América Latina, pioneiros da reforma da previdência (ainda nos anos 90) “esses países introduziram contas de investimentos individuais privados para complementar ou substituir os sistemas de tipo contributivo regidos pelo Estado.” (BRUMER, 2002, p.51). Como ressalta Brumer, o modelo de previdência adotado para as cidades não pode ser o mesmo para os trabalhadores do campo, pois no fator salário e/ou renda, fator que pesa ao setor rural, os trabalhadores não contam com rendimentos regulares.

A previdência rural assume um papel preponderante na composição da renda familiar, apesar das dificuldades em termos de equilíbrio entre as contribuições da cidade e do campo, mas nos últimos anos a cobertura social dos trabalhadores rurais vem se aproximando dos trabalhadores urbanos. Um fator importante é que se para os trabalhadores rurais foi tardia em relação a outros trabalhadores, a incorporação da aposentadoria feminina foi mais ainda, pelo fato de que para receber precisaria ser reconhecida como trabalhadora, uma vez que seu trabalho era invisível, geralmente declarado como ajuda. Uma questão importante observada por Brumer (2002) diz respeito aos dois polos de acesso aos benefícios serem resultados de “doações” por parte do Estado ou como “conquista da luta de trabalhadores rurais”. A autora examina seus impactos, ressaltando seu papel na diminuição da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda, apontando sua importância material e simbólica na mudança na relação de gênero no meio rural.

Sobre a luta por autonomia, a produção camponesa assume uma relação de troca não mercantilizada com a natureza. Para ela, esses meios e insumos são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico (no caso dos entrevistados (as): o uso de esterco de gado, galinha e a compostagem de folhas servindo como adubo para o plantio, a venda de excedentes das árvores frutíferas). Assim também, a busca por organização de feiras orgânicas, além da feira livre tradicional, articulados por meio do SEBRAE, do Sindicato, da EMATER e da Secretaria de Agricultura do município de Bom Jesus, tem facilitado o acesso às políticas públicas, com destaque para as frentes femininas. Acerca desse assunto, tem-se o que pensa a agricultora Antônia sobre os verdurões na cidade:

embora a abertura de verdurões na cidade, tenha melhorado o acesso a frutas que ninguém conhecia e com preços baixos... as pessoas vêm à feira comprar porque conhecem a gente, sabe como agente planta. **(Fala de D. Antônia, entrevistada da família agricultura, feirante há 30 anos na feira livre municipal).**

A fala de D. Antônia dialoga o que Van der Ploeg (2009) diz que os consumidores valorizam cada vez mais a autenticidade, os produtos recém-colhidos, o sabor, valorizam a origem dos produtos. Sob este aspecto, é de fundamental importância notar, com base na autonomia dos agricultores familiares camponeses em estudo, que a maioria não está endividada e as políticas públicas como o PAES, Microcrédito e mesmo os agricultores camponeses resistem pela diversidade da produção de alimentos, “quando os espaços de produção são organizados em termos de co-produção... a produção será mais alinhada aos ecossistemas locais.” (VAN DER PLOEG, 2009, p. 28).

Sobre este posicionamento pode-se reportar ao lugar social da agricultura camponesa no município de Bom Jesus (WANDERLEY, 2009, p.37), fato que leva a necessidade de aliar o conhecimento acumulado ao longo das vivências dos (as) agricultores (as) e conhecimentos técnicos levados através de extensão, como ressalta Joelma: “nós já tivemos curso de capacitação... Hoje é mais fraco... Mas aprendemo muito... E com o que agente já sabe fica melhor...”

Nesse sentido é importante destacar que mesmo reprimidos (as), os (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) resistem, através de uma participação significativa. A forte participação em instituições como as igrejas e o sindicato dos trabalhadores rurais tem sido de fundamental importância para que os (as) agricultores (as) pesquisados (as) busquem assumir um protagonismo diante da proposta de fundar uma cooperativa de produtos orgânicos. Fundar uma cooperativa significa dar institucionalidade a um conjunto de demandas e reivindicações que abrangem temas variados, como produção agrícola, crédito, entre outras.

De acordo com a discussão sobre a participação nas atuais propostas de extensão rural no Brasil de Schimitz (2005), pode-se destacar alguns pontos que dialogam com o campo pesquisado. Tomando por base a natureza contraditória da extensão rural durante sua história, quando de sua definição como intervenção, é tida como uma prática de natureza autoritária, quando o conteúdo é levado aos agricultores de maneira planejada. Com base no perfil dos (as) agricultores (as) pesquisados (as), há uma predominância ainda destes tipos de práticas extensionistas, “o agricultor chega com sua proposta mais ela precisa ser adequado ao conteúdo da planilha.” (fala do técnico-extesionista Jorge), mas, como é possível observar na fala dos extensionistas, já há uma busca por atendimento da demanda do público:

Quando um agricultor nos procura querendo ver como realiza um projeto, nos iniciamos a modalidade de contato, depois a gente vai em loco verificar as condições de acesso, água, condições de viabilidade, assim podemos trabalhar com inúmeras alternativas, vai depender da receita da própria família, no caso das mulheres, elas vem fazer o cadastro, mas o homem é que, diz a demanda. **(Fala do técnico-extensionista Guilherme)**.

Com base em Schimitz (2005), nos projetos que envolvem os beneficiários a definição da demanda é o ponto de partida. Ainda em diálogo com Schimitz (2005), as duas propostas de extensão devem levar em conta a relação dos serviços, se estão orientados à oferta ou à demanda, ou se as políticas públicas estão compatibilizadas com o interesse do governo ou da coletividade. Nesta pesquisa, a questão ambiental, quando se trata de mudança (transição) com carácter participativo no serviço, é outro ponto relevante, pois o processo de transição agroecológica gera disputa dentro da própria instituição publica de Ater:

a modernização já veio ... o uso de transgênicos, só vejo como benefícios para alimentação **(fala do extensionista Guilherme)**; a agricultura sustentável ela precisa ser valorizada..criação de galinhas caipiras, sementes crioulas **(fala do extensionista)**; e ainda “se agente quiser e fizer dar certo...estou com um experimento numa fazenda aqui perto...porque o povo não quer falatório ou conversar , eles querem ver na pratica. **(Fala do extensionista Mauricio)**.

Nas duas propostas de extensão rural no Brasil, tanto as articuladas pela SAF quanto as do INCRA, postos anteriormente no referencial teórico, partem do princípio da difusão da agroecologia entre os agricultores. O que significa isso para um (a) agricultor (a) familiar camponês (a) do cerrados do Piauí, que produz maracujá em 1 hectare de terra de forma agroecológica, sem incentivos de programas e políticas específicas? E, ao contrário, veem-se não restrições ao uso de produtos agroquímicos ou de energias não sustentáveis na agricultura empresarial.

Dessa discussão, o que sobressai é o papel do extensionista. A extensão rural não deve ser confundida com o serviço de intervenção, nem transmissora de propostas do governo ou de grupos sociais. No caso de interesse coletivo, a demanda pela ATER pode ser incentivada por projetos financiados para os quais eles podem concorrer ou através de cursos oferecidos aos extensionistas e aos (as) agricultores (as) pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) ou órgãos como a Universidade Federal do Piauí. Quando se perguntou ao extensionista sobre o trabalho de extensão em Bom Jesus, ressalta-se nas falas que a extensão rural não pode só pegar e levar ao (à) agricultor (a), pois:

ele tem o conhecimento dele... Essas tecnologias são um choque de realidade, o produtor vinha de uma produção 'só para o sustento'. O incremento é bom, mas tem que ser trabalhado com certa moderação, por exemplo, um agricultor que nunca criou, nunca plantou, quando partiu para financiamento de banco se deram bem... mas há casos que o agricultor que nunca plantou ou criou, pergunta se pode mexer com a agropecuária, pode sim, mas a prioridade deve ser a agricultura. **(Fala do extensionista Guilherme)**.

Ressalta-se da fala que o conhecimento sobre a importância da extensão rural é genérico e mutável, e que as diversas instituições prestadoras de serviços de extensão no Piauí, e especificamente em Bom Jesus: EMATER, serviços de prefeitura e SEBRAE, mesmo com muitos problemas, na prática existem diferenças em termos de organização. Enquanto algumas dispõem de certa autonomia operacional, há aquelas que sofrem mais influência da esfera política.

Tendo em comparação as trajetórias diferenciadas dos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) abordados nesta pesquisa, que são diversos e com marcadores identitários das zonas territoriais do município de Bom Jesus, a diversidade existente não permite que se pense numa homogeneização das análises em torno da tese da fronteira agrícola dos cerrados do Piauí, mas com o que se observa de acordo a história de ocupação do território, das políticas públicas e das condições agroecológicas.

Há sim, uma limitada apropriação por parte destes sujeitos das tecnologias geradas pelas instituições de pesquisa, principalmente pela restrita ação da Ater pública no município, a ausência de enfoques de projetos e desenvolvimentos para promover o protagonismo destes atores no município, ressalta-se também a ineficácia na viabilização das diversas políticas públicas, bem como na relação intersetorial das instituições que poderiam servir como meios, como o caso do CMDRS, que enquanto instrumento de viabilização das políticas públicas, de empoderamento desses sujeitos, ele por si só não está assentado em articular o conhecimento e informação para defender o território.

Ao pensar nas estratégias de adaptação e resistência que resultam das experiências constitutivas do *habitus* (BOURDIEU, 1989), das respostas das pressões geradas no contexto das políticas públicas, bem como dos projetos futuros estabelecidos pelas famílias agricultoras é que se assenta a reflexão sobre a relação da PNATER com a perspectiva de conversão para uma produção mais natural. As adaptações e resistências são decorrentes das (re) significações de conhecimentos tradicionais das famílias produtoras de hortaliças, feijão-verde e mandioca, pois proporciona identidade sociocultural de agricultor agroecológico, capital simbólico perante a sua comunidade, mas se busca acesso às políticas públicas voltadas para a conservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais.

Visto que o modelo tecnicista, historicamente utilizado pelo serviço público, não contempla as várias dimensões da sustentabilidade buscadas na transição agroecológica, o ponto mais presente entre os extensionistas entrevistados é a diversificação de atividades, e tendo como consequência a sobrecarga de trabalho. Para o planejamento estratégico da EMATER-PI, o trabalho de pesquisa e extensão rural é organizado em 10 redes temáticas:

Fortalecimento da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite;
 Agroindústria familiar, produtos e mercados;
 Apoio à comercialização dos produtos e serviços e serviços da agricultura familiar;
 Atividades não agrícolas (turismo na agricultura familiar e no artesanato);
 Biodiesel;
 Formação de agentes de Ater;
 Agroecologia;
 Crédito, Seguro da Agricultura Familiar, Garantia Safra, Metodologias Participativas. (EMATER, 2017).

A questão que se coloca é que sem um planejamento estratégico, como é trabalhada uma atividade a mais que precisa ser realizada, sem conexão com um plano de desenvolvimento, por exemplo? Os planejamentos mensais das atividades a serem executadas em nível de coordenação regional seguem as orientações hierárquicas da EMATER, são registrados em planilha simples feita no *Word* só para controle interno, sendo repassada uma via para o coordenador fazer análise e sugerir alterações e outra via é para ser seguida pelos técnicos.

Há ações (sementes, garantia-safra) que são frutos de reuniões passivas ou consultivas entre comunitários e os agentes de desenvolvimento (STR, CMDRS, EMATER, Secretaria Municipal de Agricultura), na maioria das vezes as prioridades regionais já foram definidas fora do âmbito das comunidades e os programas governamentais chegam formatados, e a possibilidade de direcionamento com a família é limitada.

No entanto, ambas as instituições que desenvolvem trabalhos voltados à agroecologia apresentam uma proposta que concorre uma com a outra, o SEBRAE em âmbito da educação rural e do agronegócio, isso pode ser percebido na Comunidade Piripiri, o SEBRAE se faz presente, para articular a agroecologia. Na ausência do Estado, o agricultor busca a transição agroecológica com o banco. Nesse sentido se configuram as relações mistas que são estabelecidas para além da PNATER, que não é a única expressão da transição agroecológica para essas famílias, estabelecendo a resistência pela forma como estes agricultores jogam com a estrutura, na ausência do Estado, é agroecológico com o agente financeiro, marcando aqui a capacidade de adaptação e/ou resistência.

No geral, há uma ausência de interação entre as instituições para elaboração de planejamentos, a tendência maior é de ocorrer o planejamento de cada instituição em separado, apesar de que todos interagem com os mesmos agricultores como será visto na caracterização das famílias agricultoras. Quanto às avaliações das ações, estas são informais, tanto com os agricultores, quanto com as demais instituições.

Há um predomínio do modelo tradicional de planejamento, em que sobressai o papel da extensão, como diz NEVES (2005), com ações delegadas e verticalizadas, que ao invés de promover as redes de interações dos diversos atores para a organização social das inovações justificam pelo discurso. ‘Há uma crise financeira da instituição’ (**fala do extensionista Maurício**).

Outro ponto é quanto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural que, teoricamente, é um instrumento criado para articular a construção de um plano de desenvolvimento rural integrado entre as várias instituições, fortalecer a participação dos (as) agricultores (as) em conhecimentos e informações para defender o território, mas acaba funcionando para aval de programas governamentais, o que, do ponto de vista da transição agroecológica, aprofunda uma instabilidade nos (as) agricultores (as), principalmente a nível de associativismo.

A fim de assegurar autonomia dos (as) agricultores (as), que levem em consideração questões de gênero, geração e etnias, da reforma agrária, dos quilombolas, das pessoas que recebem ou deveriam receber as políticas públicas (jovens, comunidades) que vivem, produzem e consomem, questões que tratem sobre quem trabalha e vive da agricultura brasileira e que pertencem ao território nacional, no sentido de articular também propostas de transição agroecológicas que cheguem aos planos nacionais de desenvolvimento rural sustentável, que promovam o empoderamento nos contextos sociais,

A demanda de trabalho associada a ações fragmentadas está entre as principais dificuldades apontadas pelos extensionistas, o quadro de apoio do EMATER (ver anexo A) nos dá uma base dessa demanda na regional de Bom Jesus, esta conta com o total de 18 extensionistas da área agrônoma.

Quando se traz essa discussão é para reafirmar a importância do investimento na diversidade de profissionais extensionistas, bem como no seu engajamento político na constituição do agricultor familiar (NEVES, 2005). Nesse sentido, para compreender a importância dos extensionistas rurais como protagonistas no reconhecimento da categoria sócio-profissional do/a agricultor/a familiar como dotada de direitos e de acesso a recursos que venham a auxiliar suas estratégias de reprodução social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma época em que os desejos são ilimitados, porém um novo estilo de desenvolvimento, determinado por um imperativo socioambiental, constitui-se em novos desafios por parte dos agentes envolvidos em processos de transição. A extensão rural durante muitos anos esteve pautada num enfoque de intervenção rural difuso e homogeneizador dos espaços rurais e que auxiliou a implantação do modelo de agricultura da Revolução Verde.

Diante da realidade das consequências ambientais e sociais do modelo de desenvolvimento predominante, os “olhares” sobre a sustentabilidade são muitos e diversos, que vão desde as concepções ecotecnocráticas, que se baseia num crescimento econômico continuado, mesmo que aceitando os limites impostos pela natureza ao tentar equilibrar crescimento, sociedade e meio ambiente mediante otimização tecnológica e artifícios econômicos, até as tendências ecossociais, baseadas nos pluralismos tecnológicos num desenvolvimento que respeite os diferentes modos de vida e as culturas e que favoreça a preservação da biodiversidade.

A agroecologia serve como paradigma direcionador para a ação extensionista, visto que se baseia nas circunstâncias socioeconômicas e culturais das populações rurais. Afasta-se da ideia de progresso a qualquer custo e do obscurantismo às tecnologias modernas, como modelo alternativo de desenvolvimento rural, observadas as especificidades culturais, e o reconhecimento da racionalidade econômica camponesa, através de uma ação social coletiva de caráter participativo, é baseado numa sustentabilidade multidimensional: produtividade, resiliência, confiabilidade, estabilidade, adaptabilidade, equidade e autonomia.

A transição agroecológica é um processo que envolve a conversão dos sistemas de produção e o estabelecimento de novas relações com o mercado, dependendo em um nível amplo da pesquisa e extensão rural, políticas públicas e ações sociais coletivas, acesso à terra e sucessão hereditária, microcréditos e circuitos curtos de comercialização.

Assim buscou-se atender ao primeiro objetivo específico, identificar os agricultores e as agricultoras familiares em processo de transição, que evidenciaram alguns elementos de adaptação e/ou resistência ao modelo de modernização da agricultura, fato que se sobressai sob repensar da transformação sociocultural e ambiental provocado pelas mudanças nos processos produtivos estabelecidos no extremo sul do Piauí, de vocação pastoril para agrícola, como parte de incorporação ao desenvolvimento regional.

Entretanto a interação das famílias agricultoras com várias organizações de apoio à agricultura familiar é um fator que possibilita almejar a formação de redes de serviços, de

comercialização, troca de experiências e apoio técnico, ou seja, é um elemento que vai fazer com que os/as agricultores/as caminhem no sentido de construção de estratégias de reprodução de seu modo de vida.

Porém, as limitações são postas pela falta de integração entre as organizações, formando assim um campo de disputas entre essas por trazerem propostas que concorrem entre si (O SEBRAE, O Colégio Técnico, o Banco e o EMATER), bem como suas vulnerabilidades, como a falta de recursos financeiros.

Vale ressaltar o fator da reciprocidade assimétrica, pois existe uma avaliação insuficiente das consequências em termos de participação, capacidade organizativa dos/as agricultores/as, distribuição do poder, de estatuto, de um lado; e do setor privado e poderes públicos, pelo outro lado. Esse fator, que historicamente é estruturante das políticas públicas de desenvolvimento rural para agricultura familiar no Nordeste, e conseqüentemente no Piauí. O que nos faz pensar sobre a transição agroecológica é que a mobilização da reciprocidade é ponto de aprimoramento das configurações sociais nas relações entre agentes e instituições.

A diversificação da produção de alimentos para o autoconsumo se dá, no geral, sem uso de agrotóxicos, com a utilização de esterco e folhagens. Ou seja, uma adaptação ao ecossistema local que gera renda e economia de recursos.

A cultura de grãos deixa rastros de exclusão social entre os (as) agricultores (as) da região. No entanto, abre caminhos para a busca de novas alternativas de relações com o mercado, como a comercialização em circuitos curtos, que já foi experimentada por alguns agricultores. Os programas da agricultura familiar têm atuação tímida, porém já se sente a contribuição como estratégias de inserção no mercado.

A olericultura, a fruticultura, o cultivo de milho, feijão e mandioca a partir da exploração do saber local, são vistos como uma possibilidade de inclusão social para as famílias agricultoras. Considera-se que os pontos destacados necessitam ainda de um grande esforço coletivo tanto dos (as) agricultores (as), quanto de suas organizações representativas e da própria extensão rural para se configurar uma rede de atuação na região, com uma preocupação ainda maior de superar as fragilidades percebidas na caracterização das famílias agricultoras.

Há pontos em que os recursos naturais, como o solo, estão comprometidos devido aos impactos negativos da agricultura empresarial na região e sua influência sobre as técnicas utilizadas pelos demais agricultores, que ocasionou a sua degradação. Tem-se observado grandes extensões de terras descobertas, compactadas e a conseqüente falta de atividade biológica do solo, e a contaminação das águas pelo alto uso de pulverizadores aéreos de

agrotóxicos nas chapadas, que corrompem as áreas de proteção permanente e são levados pela água das chuvas para os mananciais superficiais de comunidades localizadas na parte baixa denominada de baixões.

Então refletir sobre o desenvolvimento rural sustentável que se tem sobre os gargalos e a evidente necessidade que se tem de operacionalidade em termos de articulação das trocas entre mercados, uma saída para esta operacionalização seria associar as políticas públicas de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar e dos seus espaços rurais com a territorialidade produtiva do local.

A produção de soja é tida como atividade âncora para a economia da região. No entanto, a diversificação econômica é uma necessidade para o desenvolvimento sustentável. As famílias agricultoras que trabalham com a pluriatividade sofrem menos impactos em momentos de crise. A incorporação de áreas de baixões pelos empresários da soja e da grilagem de terras é um fator a ser considerado. Outros fatores são as questões de gênero e geração, valorização da cultura dos povos do campo e a regularização fundiária, dentre outros temas que estão associados ao ambiente da pesquisa.

Diante desta realidade social com possibilidades, mas também desafiadora para a transição agroecológica, buscou-se indagar: como se encontra a extensão rural pública da regional de Bom Jesus? Trabalhou-se para atender o terceiro e quarto objetivos específicos da pesquisa.

Em primeiro lugar, percebe-se que a EMATER-Bom Jesus trabalha de forma isolada em relação a outras organizações que atuam no meio rural, embora os (as) agricultores (as) estabeleçam vínculos com outras organizações. Um ponto relevante para sua resistência é que ocorre uma ausência organizativa destes (as) agricultores (as). Porém a EMATER, conforme os discursos em que se incluem os de ausência de recursos financeiros, também padecem de maior interação com outras instituições.

Outro ponto é a sobrecarga de trabalho no escritório municipal da EMATER. Atuam com programas governamentais, sem planos de trabalho anual, embora programe a agenda mensalmente. Como resultado, há distanciamento entre a extensão rural aos agricultores e suas demandas significativas.

Do ponto de vista metodológico, a atuação da extensão rural no escritório local também se distancia dos enfoques que mais se aproximam da perspectiva da transição agroecológica, prevalecendo o tecnicismo e uma ATER de gabinete para atendimento às demandas de enfoque participativo pelos extensionistas. A participação dos (as) agricultores (as) no planejamento de trabalho é ausente.

O quadro pessoal do escritório regional é de extensionistas rurais, assim constata-se a falta do exercício da prática da interdisciplinaridade, visão reducionista, predominância do enfoque difusionista modelo pressuposto da insustentabilidade e exclusão da maioria dos (as) agricultores (as). Assim também as temáticas de gênero e geração, segurança alimentar, fundamentais para a agricultura familiar não estão presentes nesta regional.

Ao realizar a correlação entre as principais temáticas significativas, identificadas para famílias estudadas, com os projetos desenvolvidos pela extensão rural pública na regional em estudo, a produção para autoconsumo é a única que está contemplada pela EMATER. A cadeia produtiva do buriti aparece nos projetos da EMATER numa perspectiva focalista, desconectada das outras atividades produtivas como o milho, o feijão a mandioca e a olericultura.

As possibilidades de promoção da transição agroecológica neste território têm como principal fator positivo os processos de resistência da agricultura familiar, aqui importante deixar clara a sua diversidade entre vazanteiros e sequeiros: a organização social, a produção diversificada para o autoconsumo com a comercialização do excedente e o saber local são os pilares fundamentais para a construção do desenvolvimento sustentável em bases agroecológicas.

A transição agroecológica em Bom Jesus passa também pela institucionalização dos mercados públicos, numa dimensão de reciprocidade e de justiça nesse sistema de trocas como o do mercado agrícola, da extensão rural pública agir com fundamento instrumento capaz de potencializar o capital social dos agricultores para a sustentabilidade do território, pois são as famílias agricultoras que devem assumir o papel de sujeitos ativos nos processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades.

Com base no perfil dos/as agricultores/as pesquisados pode-se ter considerar eu há diversos agricultores/as locais que garantem ainda a produção e reprodução da família, devido, sobretudo à autonomia a esse sistema de trocas globalizadas, mas também pela adaptação às demandas de mercados diversificados, esse fator é primordial, pois a maioria dos mercados locais no mundo está associada às práticas de troca e reciprocidade respectivamente.

Por isso, o potencial que se desenvolve como nichos de mercado, seja pelo banco ou pelo SEBRAE, com políticas específicas de apoio os coloca também a uma variedade de acessos de mercados locais, como as feiras tradicionais e a feira da lua, a venda direta na propriedade, seja pelo fornecimento aos restaurantes, de certa forma reduzem o efeito de

concorrência capitalista, pois e tratam de mercados protegidos e territorializados que são complementados pela proteção do Estado com os PAA e o PNE.

Contudo, a transição agroecológica nos territórios rurais de Bom Jesus passa pelo aprimoramento da aplicação e formação de políticas públicas para fortalecer os espaços rurais locais e que se busque um modelo de desenvolvimento rural a partir dos processos de transição da agricultura convencional para processos agroecológicos.

O fato é que se tem um amplo caminho pela frente, devido o legado histórico, econômico e cultural que se construiu no país, um lugar de predomínio dos campos latifundiários e monocultores, de escravidão e uma agricultura voltada para exportação.

Nosso país tem um projeto paralelo que é crescer economicamente, mas também de incluir economicamente as pessoas mais desfavorecidas desse processo, entram nesse os agricultores, assentados e povos quilombolas, entre outros numa distribuição de renda e estabilidade.

O fato que é em se tratando do Estado do Piauí as políticas públicas são algo bem recente, suas ações ao longo da história do Estado foram de favorecimento ou de políticas paternalistas para favorecimentos do desenvolvimento regional e nacional, desde o aprisionamento e extinção da maioria de seus povos tradicionais até aos crescentes incentivos às lavouras de grãos nos cerrados do Piauí.

Por fim, esta pesquisa tem por base contribuir para com conhecimentos e reflexões para que gestores locais alavanquem as potencialidades contidas numa agricultura de base ecológica no aumento da renda, preservação ambiental, na conservação das práticas de vida camponesa, no fortalecimento da extensão rural, como subsídios para compreensão em termos da relação entre agroecologia e agricultura familiar.

A importância acadêmica do tema está em ampliar o “olhar” sobre essa realidade rural, que não é restrita ao fenômeno do agronegócio, embora este influencie nas dinâmicas de vida dessa população.

Este estudo aponta para a necessidade de pensar sobre a transição agroecológica como um processo a ser alavancado pelas potencialidades de capital social do município em estudo, passa pela legitimação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, especificamente na regional em estudo, e nesse sentido contribuir para visibilizar as potencialidades contidas na agricultura de base agroecológica do município. Para auxiliar gestores e representantes da agricultura familiar na definição de prioridades para o meio rural em estudo, na conservação dos seus espaços de vida e produções sociais, culturais, econômicos e políticos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. N. A (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ALTIERI, M. **Agroecologia - Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Expressão popular, 2000. 400p.
- ARAUJO. M. R. **Expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses, (des) territorialização e os desafios para o desenvolvimento territorial: o caso do município de Bom Jesus**. TROPEN/PRODEMA/MDMA, Teresina, 2006.
- ANA/FASE. **Caderno pedagógico: agroecologia, desenvolvimento territorial e políticas públicas**. Rio de Janeiro: ANA/FASE, 2014. Disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/cadernoFase_ANA%20politicass%20e%20programas%20agroecologicos.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2016.
- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v.4, n.2, p.379-397, abr/jun. 2000.
- ASSIS, R. L. **Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas**. 2002. 150 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BARBOSA, A. M. Análise da paisagem do cerrado piauiense: uma proposta de avaliação a partir do modelo do GTP. **Revista brasileira de Geografia Física**, vol. 7, n. 4, 2014. Disponível em <www.revista.ufpe.br/rhgfe/index.php/revista/article/view/719>. Acesso em: 23 de abr. .2016.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, C. R. **Diário de campo: a antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, C. **Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder**. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA, F. N.A. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco referencial, agroecologia**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2004a.
- _____. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2004b.
- INCRA. **Estatísticas Cadastrais anuais**, Brasília, 1992.
-

BRUMER, Anita. Previdência rural e gênero. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 4, nº7, jan/jun 2002, p. 50-81 Disponível em <www.scielo.com.br>, Acesso em 22 de março de 2017.

BRUYNE, P.et. al. (Org.). **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: F. Alves,1991.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre, v.1,n.1, jan/mar. 2000 Disponível em: <frcaporal.blogspot.com/p/livros.html> acesso em: 02 de setembro de 2016.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1. 30 p.

CAPORAL, F. R.; PETERSON, P. Agroecología e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Revista Agroecología**, v.6, p.63-74, 2012. Disponível em:<revista.um.es/agroecologia/article/view/160681/140551>. Acesso em: 5 nov. 2016.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**(texto provisório para discussão).Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER, RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

_____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

CANUTO, J. C. A pesquisa e os desafios da transição agroecológica. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.133-140, 2003.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. IN: MOREIRA, Roberto José e COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (Orgs). **Mundo rural e cultura**.Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CAVALCANTI, J.S.P (Org). **Participação território e cidadania: um olhar sobre a política territorial no Brasil**. Recife: UFRPE, 2014.

COSTA NETO, C. Diversidade social e tecnológica em unidades de produção. In: DE LIMA, Eli Napoleão et al. **Mundo Rural IV**. Rio de Janeiro: EDUR/MAUAD, 2007.

COSTA, K. V. da. **Permanência e transformação na agricultura familiar: um estudo de caso sobre resistência dos agricultores familiares no submédio São Francisco**. 2014, 219 f, Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CRUZ, L. A; LOBATO, R.I. **A participação da trabalhadora rural na luta pela terra no Piauí e os novos espaços de organização**. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, São Luis-MA, 23 a 26 de agosto de 2005. Disponível em: <http://joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp/html/trabalhos2/lindaura-alves-Rosa-Ilma.pdf> . Acesso em: 04 de abril de 2017.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil – 1965-1985**. São Paulo: Icone, 1985. Coleção América Latina.

DIAS, M. Educação rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo serviço de ATER. **Caderno ciência e tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 3, 2004.

_____. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Ensaio: perspectivas em políticas públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 101 – 114. jan./jun. 2008.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EMATER-PI/SDR. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2005. Versão preliminar.

FERREIRA, J. (Org). Da vida ao tempo: Simmel e a construção da subjetividade, no mundo moderno. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n. 44, out.2000. **Disponível em: www.scielo.br/pdf**. Acesso em: 23 de ago. de 2015.

FIGUEIREDO, R. P. de. Extensão rural no Brasil: novos tempos. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 4, p. 19-25, jul./ago. 1984.

FIUZA, A. L de C. et all. **A extensão rural e a difusão de tecnologia para as mulheres**. Viçosa, MG, 2009. Disponível:<<http://www.ufmg.gov.br>>. Acesso: 28 de junho de 2015.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: edições Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONOMICAS E SOCIAIS (CEPRO). Teresina, 1999.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONOMICAS E SOCIAIS (CEPRO). Teresina, 2004.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fortes, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOLDENBERG, M. **Entrevistas e questionários**. In:_____. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012, 280f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GUAZIROLI, C. E et al. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil (1996 e 2006). In: **Revista de RESR**, Piracicaba,SP,v. 50, n. 522, p. 351-357, abr./jun. 2012.Disponível em : <www.scielo.com/pdf/resr/v50n2a09.pdf> . Acesso em: 31 de out. de 2016.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Ed. Rev. Atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HILLIG, C. **A cidadania e racionalidade técnico-burocrática nas estratégias de apropriação do PRONAF pelos agricultores familiares**. 2008. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000677250.pdf>>. Acesso: 20 jun. 2015.

INCRA/FAO/IBGE. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA/SADE/FAO, fev. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário e Demográfico 2000/2010**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública**. FÓRUM, Série: desenvolvimento rural sustentável, v. 23, Brasília, 2015. Disponível em <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 15 de dez 2016.

JOLLIVET, M. A vocação “atual” da sociologia rural. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, novembro, 1998:5-25. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org/ar/libros/Brasil/cpda/estudos/onze/jolive11.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

KAGEYAMA, Ângela A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro – Do complexo rural aos complexos agroindustriais. IN: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILA VERDE, Carlos Monteiro (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996. p. 113-223.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas. Ed: UNICAMP, 1993. A anaise da empresa familiar agrícola ou industrial. IN: Associationdes Ruralistas Français. Le monde rural etles Sciences Sociales: omission ou fascination. Trad.: Auro Luiz da Silva. Paris, XIX Colóquio da Associationdes Ruralistes Françaises, 1994.

_____. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Ângela Maria NaokoTijwa. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan/mar. 2002.

LIMA, M.F. “**Só a luta muda a vida**”: o MST e o papel da família na historia da luta pela terra no Piauí (1989-1996). 2007. Monografia (História). Universidade Federal do Piauí, Teresina,

LIMA, F. A. X. **A agroecologia e a extensão rural para o fortalecimento da agricultura familiar**: o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde – PE. 143f. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural Desenvolvimento Local) - Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

LIMA, T. O; FREITAS, C.O; OLIVEIRA, B.E; FREITAS, G. L. Chamadas Públicas e Ater: sementes para sustentabilidade do campo, das florestas e das águas. XLVIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). Macéio - AL, 2016.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

LORENTZ, S. **A cultura do buriti no município de Palmeira - Piauí**. Brasília: Instituto ecológica, 2011.

MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola – verdades e contradições**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, A. de S. et al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo – Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **O sujeito oculto – ordem e transgressão na reforma agrária**. Serie Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZZETO, C. E. S. **A dinâmica dos projetos de assentamentos de reforma agrária na região metropolitana de Belo Horizonte**. In: XVI Encontro de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu, MG, 2008.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. Deptº de Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade estadual São Paulo(UNESP), Marília, SP, 2004. Disponível em: www.sepo.org.br/llsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf. Acesso em 16 out. 2016.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise agrária contemporânea. Tradução Cláudia F. Falluh balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MATHOS, M. **Matopiba**: na fronteira entre a vida e o capital. FIOCRUZ/EPJSV, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br> . Acesso em: 04 jan 2017.

MELO, S. P. **Construção coletiva dos projetos de assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário**: artefatos de uma ação coletiva. A experiência dos assentamentos Mato do Meio e Pedras, do município de Esperantina – PI. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.

MELO, S. P. **Trajatórias de proximidades, redes e feiras**: as práticas de agricultores familiares feirantes em Água Branca e Delmiro Gouveia – AL. 253f. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MELGAREJO, L. **Debate sobre as reflexões e propostas da mesa de controvérsias sobre transgênicos**. NEAD/MDA/CONSEA. Brasília. 10 de julho de 2013. Disponível em: www.docplayer.com.br/17476225.leonardo-melgarejo.gea-nead-mda-melgarejo-leonardo-gmail-com.html. Acesso em: 10 de out. 2016.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do documento, pesquisa qualitativa em saúde**. 3ª ed. São Paulo:Hucitec/Rio de Janeiro. Abrasco, 1996.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. 222f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MORAES, M.D.C. **Memória de um sertão desencantado (Modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense)**. 471p. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP, Campinas.

MORIN, Edigar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Saraiva, 2011.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e o caminho do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

NEUMANN, P. S. et al. **PNATER (2004 – 2014): da concepção à materialização**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). Política pública de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

NEVES, D.P. **Campesinato e reenquadramento sociais**: os agricultores familiares em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 8, 2005.

OLIVEIRA, F. de. **A questão regional**: a hegemonia inacabada. In: Estudos Avançados 7(18), 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pib=s0103> acesso em 05 maio de 2017.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, out. 2008. Série: textos para discussão. Disponível em:<www.senado.gov.br/conteg/texto_discssão.htm>pdf. Acesso em: 15 set. 2015.

PEREIRA, F. C. **A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurgueia - PI**: contribuição de novas identidades socioprofissionais. 262f. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências.** 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares, lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio(org.). A diversidade da Agricultura Familiar. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PORTILHO, M. S. B. **Extensão rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor.**1998. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Do rural e do urbano no Brasil.** In: Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978..

SABOURIN, E.; CARON, P. **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil.** Tradução: Ana Lucia Caldeira Menescal, Embrapa, Cirad, Brasília, 2003.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas no Brasil. **Ruris**, v. 6, n. 2, setembro de 2012. **Disponível em:** <<http://core.ac.uk/download.pdf>. **Acesso em: 05 de maio de 2017.**

SANCHES, I. **Estratégias de transição para o séc. XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** Prefácio M.F. Strong. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), 1993.

SANCHEZ DE PUERTA, F. Extensión agrária y desarrollo rural. Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion, Secretaria Geral Tecnica, **Madrid**, Série Estudios, nº 12, 1996. Disponível em: <http://www.mapama.gob.es/ministerio/pgs/biblioteca/fondo/pdf/8283_all.pdf> Acesso em: 05 maio, 2017.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 1 e 3.

_____. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências: para uma ecologia de saberes. In: **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Bomtempo, 2007.

_____. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 455-559.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas: abordagem territorial histórico – crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai./ago. 2014. Disponível em:<www.mercator.ufc.br>. Acesso em: 4 nov. 2016.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. IN: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas.** Brasília: ENAP, 2006. p. 21- 42. v. 1.

SAUER S. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. p.19-73.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). **Balanco Piauí**, Teresina, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BOM JESUS, **Relatório de Cadastro Ambiental**, Bom Jesus, 2016.

SPANLEVELHO, R. M; MATTE, A; AZEVEDO, L. F. **A reprodução social n agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessão**. Congresso Sober, Campo Grande, 2010.

SCHINEIDER. S. A pluriatividade como estratégias de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v.30, n. 3(119), p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHIMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 27, p. 82-112, mai./ago. 2011.

_____. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural**: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sergio e Balestro; VILLAMIL, Moises (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SCHUMACHER, E. F. **Smallisbeautiful**: o negócio é ser pequeno. Tradução Octávio Alves Filho.4.ed. Zahar, 1975.

SCOTT, R. P.; CORDEIRO, R. (Orgs). **Agricultura familiar e gênero – Práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2006.

SERVILLA GUSMAN, E. **El desarrollo rural de la “outra modernidad”**: elementos para recampesinizarla agricultura desde La agroecología. In: ENCINA, J. Ávila M.A.; MONTSEROA, M. F. (Org.). **Práxis participativos desde el médio rural**. Construyendociudadanía. Madrid: IEPALA EDITORIAL CIMAS, 2003.

SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações. In: **Revista Nera**, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://revistafct.unesp.br/index.php/nera/article/viewfile/1456/1432>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

SHANIN, T. **Lições camponesas**. Conferência ministrada na sessão de encerramento do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. In: Paulino, Eliane Tomiasi (org.) **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.SILVA, J. G. (Coord).

Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. Col. Estudos Rurais). São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).

SILVA, R. O. **Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o caso da EMATER de Bom Jesus no Piauí:** perspectivas para pensar agroecologia. 54^a Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Macéio –AL, agosto, 2016.

SILVA, R. O. **PNATER e a atuação da Delegacia Federal do MDA no PI.** Relatório de estágio curricular do curso de Ciências Sociais (mimeo). 2006.

_____. **O novo rural brasileiro.** *Nova economia*, v.7, n. 1, p.43-81, 1997.

_____. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 43, p.37-50, 2001.

SPINK, M. J. **As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentidos no cotidiano.** In: _____. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: e-books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, J.; MONTEIRO, M.P.S. **Políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido piauiense na década de 90:** o caso do PRONAF. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 27 a 31 de julho, Goiânia, 2014. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/2/1104.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento.** Interações. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. V. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002a.

VIANNA, V. M. **Biologia e manejo de fragmentos de florestas naturais.** In: Congresso Florestal Brasileiro, 6, Curitiba, 113p. WWF-PRO-CER, De grão em grão, o cerrado perde espaço (Cerrado impacto do Processo de Ocupação). Brasília, WWF, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: XX Encontro da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- O “rural” como espaço singular e ator coletivo.** In: Estudos, sociedade e agricultura, 2000.

_____. **Agricultura familiar e campesinato:** rupturas e continuidades. In: WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura e ruralidade.** Porto alegre, Ed. da UFRGS, 2009.

_____. **O agricultor familiar no Brasil:** um ator social da construção do futuro. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro – AS-PTA, 2009, p. 33-45.

_____. **Um saber necessário:** os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** Tradução H.H Gerth and C. Wright Mills. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WHITAKER, D. et al. **A questão do registro e da memória do pesquisador.** In: Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à margem, 2002.

WOORTMANN, E. **Teorias do campesinato.** In: Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo; Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

APÊNDICE A**ENTREVISTA PARA OS TÉCNICOS – EXTENSIONISTAS**

Identificação:

Nome _____
Idade _____
Sexo _____
Cor _____
Grau de instrução _____
Área de formação: _____ Área de atuação: _____
Estado civil _____

1. Há quanto tempo trabalha na extensão rural? Ao adentrar o serviço público teve capacitação? Em qual frequência ela ocorre?
2. Qual a sua visão sobre a extensão rural, possibilidades e limites?
3. Quais suas reflexões e avaliação dos impactos que as diferentes tecnologias vêm tendo sobre a população rural?
4. Qual o seu vínculo (extensionistas) com a comunidade? O Sr. também é agricultor?
5. Como vê o processo de reestruturação da Política Nacional de ATER, e a nível do Estado do Piauí e no nível local?
6. Ao partir para o planejamento de um projeto, quais as iniciativas perante os (as) agricultores (as), fatores organizacionais e institucionais moldam as preferências e interesses dos atores e a capacidade de influenciar ou controlar essas preferências?
7. Como se compreende a relação entre as metas orientadas aos beneficiários da Política da ATER e as metas com foco no social, ou seja, até que ponto as políticas devem olhar os indivíduos e até que ponto devem olhar para as questões coletivas?
8. Como é feita o trabalho de adaptação das políticas desenhadas no âmbito federal no momento da implementação?
9. A ATER em Bom Jesus, realiza trabalho junto às associações/cooperativas?
10. A assistência técnica e a extensão rural são realizadas a partir de um trabalho em rede? Se sim, como é articulado este trabalho?

11. Sob qual ponto vê o processo da modernização, somente o da evolução das tecnologias ou também sob o ponto de vista dos produtores e trabalhadores rurais, como também sob a ótica dos impactos ambientais das técnicas utilizadas?
12. O que entende por agroecologia?
13. E por agricultura sustentável?
14. É possível tornar a agricultura sustentável?
15. Em Bom Jesus, há algum lugar com produção agroecológica?
16. No seu entendimento, os princípios da agroecologia também dão base para o trabalho com a pecuária?
17. Atualmente, no Piauí, existe uma política pública de estímulo à agroecologia?
18. Qual a sua postura em relação aos processos de modernização da agricultura e aos transgênicos?

APÊNDICE B

ENTREVISTA PARA AGRICULTORES(AS)

Identificação:

Nome _____
Idade _____
Sexo _____
Cor _____
Estado civil _____

1. Há quanto tempo reside no local?
2. Tem filhos(as)? Se sim, quantos(as)?
3. **CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:**
 - a) Área total da sua propriedade: _____
 - b) Modo como teve acesso a essa terra: _____
 - c) Tipo de Posse: _____
 - d) Visita o estabelecimento ou mora nele: _____
 - e) O que existe na propriedade – infra estrutura: _____
4. **A PROPRIEDADE E SEUS ANTECEDENTES** (Perguntas a serem feitas, caso a posse da terra tenha sido por herança)
 - a) Com relação ao seu antecessor, você fez ou faz alguma benfeitoria na propriedade?
 - b) Houve alguma mudança na forma como produz ou cria do seu antecessor?
 - c) Houve alguma mudança no rendimento da produção na agricultura?
 - d) Houve alguma mudança no rendimento da produção animal?
 - e) Aconteceu uma maior diversificação na produção da agricultura?
 - f) Aconteceu uma maior diversificação na produção da pecuária?
 - g) Fez/faz mais empréstimos que ele/a?
 - h) Seu pai trabalhou só na agricultura?
 - i) Você trabalha mais do que ele trabalhou?
 - j) Sua família consome mais produtos da propriedade do que na época do seu pai?
 - k) Você sente que compra mais produtos para poder produzir do que na época do seu pai?

- l) Dá a impressão de ter mais problemas do que na época dele?
- m) Sente que vive melhor do que seu pai?
- n) Seus familiares alugavam terra para plantar?
- o) Seus familiares alugavam terra para criar animais?

5. Quanto ao **Calendário da produção agrícola: quais produtos agrícolas são explorados (SE COM TECNICAS DA ASSISTENCIA TECNICA, etc.), uso de produtos químicos ou naturais para produção?**

6. Se tem produção animal, quais? E como é mantida, tipo de alimentação, beneficiamento da produção, quem cuida – pai, mae, filhos, etc.

7. Sobre a **COMPOSIÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR E EMPREGO:**

a) Relação familiar há uma divisão do trabalho entre os familiares:

b) Como é incorporado o trabalho da mulher e dos filhos (as)

b) Grau de instrução ou situação escolar de cada membro da família:

d) Local de Residência: _____

e) Profissão: _____

f) Local de Trabalho: _____

g) Renda: _____

h) Atividades sociais, forma como se mantém informado: _____

8. **RELAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO COM O MERCADO E MEIO AMBIENTE**

a) Utilização de Mão de obra: _____

b) compra de insumos: _____

c) assistência técnica: _____

d) crédito bancário, etc.: _____

9. Há quanto tempo utiliza o credito rural?

10. De que maneira ocorre a elaboração do projeto?

11. Recebe apoio técnico? Com que frequência e sob quais circunstancias e recursos?

12. Quais capacitações receberam? E as formas que foram feitas as abordagens pelos técnicos-extensionistas?
13. Como ocorre o diálogo(se é que ocorre) entre os técnicos e o saber da comunidade?
14. Em sua comunidade há algum mecanismo de resistência ao modelo de produção do agronegócio? (associações, feiras, algo de consumo coletivo)
15. Visão de futuro sobre produção familiar, vida social local:
16. Principais problemas enfrentados na produção, comercialização, gerenciamento, financeiro, mão de obra.

ANEXO A

Profissão/Região	B. Jesus	C. Maior	C.Buriti	Corrente	Esperantina	Florianópolis	Oeiras	Parnaíba	Paulistana	Picos	Piripiri	S. João do Pi	S. Pedro do PI	S.R.NONATO	Uruçuí	Valença	THE	Estadual	Total
Agrônomo	3	6	2	2	2	5	3	7	0	8	5	5	4	2	1	5	21	52	133
Técnico Agrícola	12	15	7	12	14	19	16	9	8	18	10	16	17	6	9	15	26	9	238
Assistente Social	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0	1	1	1	3	5	16
Veterinário	0	6	1	1	1	1	1	4	0	2	1	0	1	2	2	1	3	5	32
Ag. Téc de Serviço	3	6	2	6	4	9	5	6	0	8	1	3	10	1	3	5	14	70	156
Ag. Oper. De Serviço	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	19	23
Motorista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12
Professor	0	1	1	3	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	9	5	23
Economista	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3
Engº Pesca	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Zootecnista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
Geógrafo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Econ.Dom. NM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	1	4
Econ. Dom. NS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Administrador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Advogado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Nutricionista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Pedagogo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências Contábeis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Filosofo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Estatísticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
TOTAL	18	34	13	24	21	34	25	32	10	38	17	26	34	12	16	29	84	193	660

ANEXO B**Produção Agrícola Municipal de Bom Jesus PI – Lavoura Temporária (2010)**

PRODUTOS	AREA PLANTADA/COLHIDA	QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR DA PRODUÇÃO
Abacaxi	2 há	20 mil frutos	20 mil reais
Arroz (em casca)	3 733 há	3 648 toneladas	2 381 mil reais
Cana de açúcar	20 há	1000 toneladas	48 mil reais
Fava	50 há	15 toneladas	30 mil reais
Feijão	4 902 há	2510 toneladas	3915 mil reais
Mandioca	300 há	3600 toneladas	399 mil reais
Milho	2910 há	13 781 toneladas	5613 mil reais
Soja	34 635 ha	69 390 toneladas	33 515 mil reais

Fonte: IBGE (2011).

ANEXO C

Anexo C - Divisão do Estado do Piauí em Territórios da Cidadania



Fonte: Portal ATI Piauí (2008).